

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ
CAMPUS DE CAMPO MOURÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E DA EDUCAÇÃO**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR
SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO - PPGSeD**

TIAGO FERREIRA RIBEIRO

**GOVERNANÇAS E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:
UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE APUCARANA-PR**

**CAMPO MOURÃO - PR
2024**

TIAGO FERREIRA RIBEIRO

GOVERNANÇAS E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:

UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE APUCARANA-PR

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento (PPGSeD) da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociedade e Desenvolvimento.

Linha de Pesquisa: Formação humana, políticas públicas e produção do espaço

Orientador: Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa

**CAMPO MOURÃO - PR
2024**

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema de Bibliotecas da UNESPAR e Núcleo de Tecnologia de Informação da UNESPAR, com Créditos para o ICMC/USP e dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Ribeiro, Tiago Ferreira
Governanças e o desenvolvimento territorial: uma análise no contexto de Apucarana/PR / Tiago Ferreira Ribeiro. -- Campo Mourão-PR, 2024.
134 f.: il.

Orientador: Fabio Rodrigues da Costa.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação Mestrado Acadêmico Interdisciplinar: "Sociedade e Desenvolvimento") -- Universidade Estadual do Paraná, 2024.

1. Governança. 2. Desenvolvimento. 3. Território.
I - Costa, Fabio Rodrigues da (orient). II - Título.

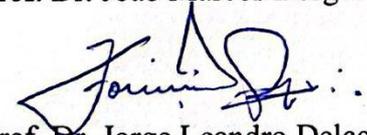
TIAGO FERREIRA RIBEIRO

**GOVERNANÇAS E O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL:
UMA ANÁLISE NO MUNICÍPIO DE APUCARANA-PR**

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Fábio Rodrigues da Costa (Orientador) - Unespar, Campo Mourão

Prof. Dr. João Marcos Borges - Unespar, Campo Mourão


Prof. Dr. Jorge Leandro Delconte Ferreira - Unespar, Campo Mourão

Data de Aprovação

8/05/2024

Campo Mourão - PR

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a todas as pessoas que, vislumbradas em um mundo mais justo, lutam para transformar a realidade à sua volta, começando pela sua comunidade, seja politicamente, profissionalmente ou de qualquer outra forma voluntariamente. Àqueles que desejam viver em um mundo melhor no sentido de que haja de fato a liberdade no nível mais pleno para que todas as pessoas, em sua subjetividade, possam buscar a autorrealização de modo que a realização individual transborde benefícios para a coletividade.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que contribuíram para a conclusão desta dissertação. Este é um marco importante em minha jornada acadêmica e não teria sido possível sem o apoio e a orientação de muitas pessoas incríveis.

Agradeço à Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR – *campus* de Campo Mourão, especialmente ao Programa de Pós-Graduação Sociedade e Desenvolvimento – PPGSeD, por proporcionar um ambiente acadêmico estimulante e recursos excepcionais que tornaram este trabalho possível. Agradeço aos professores, funcionários e colegas de classe que criaram um ambiente de aprendizado inspirador e desafiador.

Agradeço o meu orientador, Dr. Fabio Rodrigues da Costa. Sua expertise, paciência e orientação foram fundamentais para o desenvolvimento deste projeto. Suas valiosas contribuições e seu profissionalismo ao cobrar as entregas necessárias para esta pesquisa moldaram a qualidade desta dissertação e meu crescimento acadêmico e profissional.

Aos meus colegas de classe, obrigado por compartilhar essa jornada comigo. Nossos debates, trocas de ideias e colaborações tornaram essa experiência enriquecedora e memorável. Não tenho dúvidas que, juntos, crescemos como estudantes e seres humanos.

À minha esposa, Josiane, a qual merece um agradecimento especial. Sua compreensão, apoio e sacrifícios foram inestimáveis. Você esteve ao meu lado, apoiando-me nos altos e baixos deste caminho acadêmico e me ajudou a harmonizar com minha vida profissional e conjugal. Sua presença trouxe equilíbrio à minha vida e tornou este percurso mais significativo.

Em resumo, esta dissertação é o resultado do trabalho árduo e do apoio de muitas pessoas maravilhosas. Estou profundamente grato por todas as formas de ajuda que recebi ao longo desta jornada. Obrigado a todos por fazerem parte deste importante capítulo da minha vida acadêmica.

“[...] Há quem busque o saber por si mesmo, conhecer por conhecer: é uma indigna curiosidade. Há quem busque o saber só para poder exhibir-se: é uma indigna vaidade. Estes não escapam à mordaz sátira que diz: Teu saber nada é, se não há outro que saiba que sabes.

Há quem busque o saber para vendê-lo por dinheiro ou por honras: é um indigno tráfico.

Mas há quem busque o saber para edificar, e isto é amor. E há quem busque o saber para se edificar, e isto é prudência.

De todos estes que buscam o conhecimento, só os dois últimos não incorrem em abuso do saber, já que o buscam para praticar o bem. [...]”

São Bernardo de Claraval

RIBEIRO, Tiago F. **Governanças e o Desenvolvimento Territorial: uma análise no município de Apucarana-PR.** 133f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento, Universidade Estadual do Paraná, *campus* de Campo Mourão, Campo Mourão, 2024.

RESUMO

Desenvolvimento é um conceito amplo, interdisciplinar, complexo e empregado em vários contextos. O paradigma dominante ainda está focado no crescimento econômico, porém novas contribuições foram introduzidas no debate acadêmico e político nas últimas décadas; entre elas pode-se destacar o desenvolvimento territorial. O que torna um local mais desenvolvido do que outro é objeto de estudo de pesquisadores da economia, da ciência política, da geografia, da história, da sociologia, da administração, entre outras áreas do conhecimento. Com base no exposto, a pesquisa tem como objetivo analisar o papel das governanças no desenvolvimento territorial no município de Apucarana, situado no interior do estado do Paraná, abordando as dimensões econômicas, da justiça social e da sustentabilidade ambiental. Também pretende mapear quais são os fatores que contribuem ou dificultam o desenvolvimento territorial do município. Trata-se de uma pesquisa interdisciplinar, exploratório-descritiva, na qual se realizou uma pesquisa documental, beneficiando-se de fontes primárias e secundárias, tais como do levantamento bibliográfico, avaliação dos indicadores existentes e mapeamento das iniciativas coletivas orientadas para o desenvolvimento. Foram identificadas as principais governanças e as ações realizadas por elas. Espera-se que os resultados possam contribuir para que os gestores públicos e a iniciativa privada, em parceria com a sociedade civil, estabeleçam ações direcionadas para melhorar a vida da população.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Território; Governança.

RIBEIRO, Tiago F. **Governances and Territorial Development: an analysis in the municipality of Apucarana-PR.** 133f. Dissertation (Master) - Society and Development Interdisciplinary Postgraduate Program Society and Development, State University of Paraná, Campo Mourão Campus, Campo Mourão, 2024.

ABSTRACT

Development is a broad, interdisciplinary, complex concept that is used in various contexts. The dominant paradigm is still focused on economic growth, but new contributions have been introduced into the debate in recent decades, among them territorial development can be highlighted. What makes a place more developed than another is the object of study by researchers in economics, political science, geography, history, sociology, administration, among other areas of knowledge. Based on the above, the research aims to analyze the territorial development in the municipality of Apucarana, located in the interior of the state of Paraná, addressing the economic dimensions, social justice and environmental sustainability. It also intends to map which are the factors that contribute or impede the territorial development of the municipality. It is an interdisciplinary, exploratory and descriptive research, in which it is intended to carry out a documental research, benefiting from primary and secondary sources, such as bibliographical survey, evaluation of existing indicators and mapping of collective initiatives oriented towards development. It is hoped that the results can help public managers and the private sector, in partnership with civil society, to establish targeted actions to improve the lives of the population.

Keywords: Development; Territory; Governance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Interdisciplinaridade.....	21
Figura 2 - Etimologia de "desenvolvimento"	24
Figura 3 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável	41
Figura 4 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).....	44
Figura 5 - Patrimônio Territorial	50
Figura 6 - Processo de Desenvolvimento Territorial.....	51
Figura 7 - Significado de Apucarana.....	63
Figura 8 - Localização de Apucarana no Paraná	64
Figura 9 - Divisa Fronteiriça de Apucarana	64
Figura 10 - Trabalho e Rendimento de Apucarana e Arapongas (2022).....	68
Figura 11 - Distribuição espacial de renda per capita de Apucarana em 2023	69
Figura 12 - Mapeamento de Empresas Ativas em Apucarana (2023).....	78
Figura 13 - Quantidade de organizações em Apucarana por natureza jurídica.....	81
Figura 14 - Entidades participantes da governança do Conecta Apucarana em 2023.....	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Elementos políticos da Governança Territorial	57
Quadro 2 - Categorias de Governanças Territoriais.....	57
Quadro 3 - Estrutura hierárquica das redes político-administrativas portadoras de Arranjos Produtivos Locais (APLs)	58
Quadro 4 - Fatores e variáveis relacionadas a análise da governança e ao patrimônio territorial de um recorte espacial	60
Quadro 5 - Empresas por setor em agosto de 2023.....	78
Quadro 6 - Instituições de Ensino Superior e oferta de cursos	80
Quadro 7 - Principais eventos da ACIA em 2023	84
Quadro 8 - Principais Conquistas da ACIA desde sua fundação	85
Quadro 9 - Principais ações do Conecta Apucarana em 2023	88
Quadro 10 - Principais conquistas do Conecta Apucarana desde sua fundação	89
Quadro 11 - Principais ações do APL de Bonés em 2023	92
Quadro 12 - Plano de Ação do COMMAP 2024	95

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Setores da matriz inter-regional de insumo-produto	75
Tabela 2 - Dados gerais da economia de Apucarana em 2018	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução Demográfica de Apucarana e Araongas.....	65
Gráfico 2 - Taxa de crescimento populacional: Apucarana e Araongas	66
Gráfico 3 - Distribuição histórica da população apucaranesa por grupos de idade comparados.....	67
Gráfico 4 - Distribuição da população por grupos de idade comparados de Apucarana e Araongas no ano de 2022	67
Gráfico 5 - Evolução histórica do IDHM	70
Gráfico 6 - Evolução histórica do IDHM por critérios do PNUD	70
Gráfico 7 - Índice da Educação Básica (IDEB) de Apucarana e Araongas.....	71
Gráfico 8 - Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Apucarana e Araongas.....	72
Gráfico 9 - Quantidade de hectares destinados ao cultivo de cultura temporária	72
Gráfico 10 - Valor da produção agrícola pelo tipo de cultura temporária (em R\$1.000,00)...	73
Gráfico 11 - Quantidade de hectares destinados ao cultivo de cultura permanente	74
Gráfico 12 - Valor da produção agrícola pelo tipo de cultura permanente (em R\$1.000,00) .	74

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ABRAFAB'Q	Associação Brasileira dos Fabricantes de Bonés de Qualidade
ACE	Associação Comercial e Empresarial
ACIA	Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana
AGEUNI	Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável
AMUVI	Associação dos Municípios do Vale do Ivaí
APEX	Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos
APL	Arranjo Produtivo Local
ASERFA	Autarquia Serviços Funerários
ASSIBBRA	Associação das Indústrias de Bonés e Brindes de Apucarana
CDS	Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CIRETRAN	Circunscrição Regional de Trânsito
CNAE	Código Nacional de Atividade Econômica
CNUMAD	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável
COCAP	Cooperativa dos Catadores e Separadores de Materiais Recicláveis de Apucarana
COMMAP	Conselho Municipal do Meio Ambiente de Apucarana
CTNP	Companhia de Terras Norte do Paraná
DEMA	Departamento do Meio Ambiente de Apucarana
DETRAN/PR	Departamento Estadual de Trânsito do Paraná
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FACNOPAR	Faculdade do Norte Novo de Apucarana
FAP	Faculdade de Apucarana
FMMA	Fundo Municipal do Meio Ambiente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice da Educação Básica
IDEPLAN	Instituto de Pesquisa e Planejamento de Apucarana
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDR	Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná

INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
ISO	<i>Intertational Standard of Organization</i>
ITEDES	Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social
ME	Microempresa
MEI	Microempreendedor Individual
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
PIB	Produto Interno Bruto
PMAI	Programa Municipal de Atração de Investimentos
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPP	Parceria Público-Privada
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RFB	Receita Federal do Brasil
SANEPAR	Companhia de Saneamento do Paraná
SEBRAE/PR	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná
SEFAZ	Secretaria da Fazenda Nacional
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente de Apucarana
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Paraná
SENAI/PR	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial do Paraná
SEPARTEC	Sistema Paranaense de Parques Tecnológicos
SETI	Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
SIUP	Serviços Industriais de Utilidade Pública
SIVALE	Sindicado das Indústrias do Vestuário de Apucarana e Vale do Ivaí
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESPAR	Universidade Estadual do Paraná
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E GOVERNANÇA	23
2.1 A gênese do conceito de desenvolvimento.....	23
2.2 Paradigmas dominantes do desenvolvimento	26
2.2.1 O desenvolvimento econômico.....	26
2.2.2 O desenvolvimento pela modernização e progresso técnico	28
2.3 Novas concepções de desenvolvimento	31
2.3.1 Desenvolvimento enquanto bem-estar e justiça social	32
2.3.2 Desenvolvimento sustentável	38
2.3.3 Desenvolvimento humano	42
2.4 Desenvolvimento Territorial.....	45
2.4.1 Território e territorialidades	46
2.4.2 Abordagem territorial do desenvolvimento	52
2.5 A importância da governança para o desenvolvimento.....	54
2.5.1 Conceito e tipos de governanças.....	54
2.5.2 Governanças como fator de desenvolvimento territorial.....	59
3 GOVERNANÇAS E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM APUCARANA	62
3.1 Localização e características gerais de Apucarana	62
3.2 Avaliação dos indicadores socioeconômicos e das estruturas territoriais.....	65
3.3 Mapeamento das governanças.....	81
3.3.1 Governanças privadas.....	82
3.3.2 Governanças privadas-coletivas.....	83
3.3.3 Governanças estatal-privada	89
3.3.4 Governanças públicas-tripartite	90
3.4 Caminhos e alternativas para o desenvolvimento territorial	96
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	98
REFERÊNCIAS	101

APÊNDICE A – Mapeamento das governanças em Apucarana.....	110
APÊNDICE B – Primeira pesquisa de relevância de governanças.....	124
APÊNDICE C – Segunda pesquisa de relevância de governanças	127
ANEXO A – Dimensões, fatores e variáveis relacionadas ao patrimônio territorial de um recorte espacial	130
ANEXO B – Mapeamento do Ecossistema Local de Inovação de Apucarana 2023	133
ANEXO C – Missão técnica de negócios	134

1 INTRODUÇÃO

Conceituar desenvolvimento é um desafio sob diversos prismas, visto que se encontra na literatura científica convergências e divergências epistemológicas em sua definição, sendo uma palavra empregada em contextos diversos. De acordo com Amaro (2017), é importante resgatar reflexões sobre o tema sem encerrá-lo em definitivo. Segundo Oliveira (2002, p. 38) “[...] o debate acerca do conceito de desenvolvimento é bastante rico no meio acadêmico, principalmente quanto à distinção entre desenvolvimento e crescimento econômico”.

Segundo Amaro (2003, 2007), o entendimento do termo passou por algumas transformações ao longo do tempo. Em grande parte da história recente, o termo era objeto de domínio das Ciências Econômicas “[...] desde que Adam Smith escreveu, em 1776, a Riqueza das Nações, por muitos considerado o primeiro manual de Economia, e onde o autor precisamente tenta estabelecer ‘um inquérito à natureza e às causas da Riqueza das Nações’ [...]”. Permitindo, portanto, que se investigassem os motivos que distinguem a riqueza de uma nação em detrimento de outra. O autor conclui que o termo passa a ser designado como “progresso” e “desenvolvimento” (Amaro, 2003, p. 2).

Este conceito ganhou força no período pós segunda guerra mundial. Oliveira (2002) menciona que fora com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), que desenvolvimento se tornou sinônimo de progresso e crescimento econômico, e a instituição tem se preocupado em abordar todas as dimensões de desenvolvimento:

Desde sua criação, a ONU está empenhada em: promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade de vida ainda maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver problemas de ordem econômica, social, cultural ou de caráter humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor (Amaro, 2002, p. 39).

No entanto, Amaro (2003, 2007) aponta que o conceito dominante propagado no período pós-guerra foi economicista, pautado no progresso técnico e na modernização, disseminado principalmente pela ONU e por outros pactos internacionais, como a Carta do Atlântico de 1941, ou até mesmo políticas desenvolvimentistas como o Plano Marshall. Com isto foi estabelecida uma divisão do espaço mundial entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

[...] o subdesenvolvimento era visto como um atraso no desenvolvimento, a tradição um obstáculo à modernização, o campo e os meios rurais um passo atrás na caminhada para as cidades e para o progresso, as culturas e mentalidades não europeias um constrangimento à eficiência produtiva e ao bem-estar material, etc. (Amaro, 2003, p. 10).

Amaro (2003, p. 14), contudo, afirma que o conceito de desenvolvimento passa a ter novas concepções, principalmente a partir do momento em que os países denominados subdesenvolvidos se frustram com as promessas desenvolvimentistas e os “[...] modelos de desenvolvimento que lhes eram propostos ou impostos [...]”, bem como o “[...] surgimento de sintomas ‘mal-estar social’ nos países desenvolvidos [...]” representados pelo ativismo dos movimentos hippies, revoltas étnicas e raciais, revoltas estudantis entre outros, também pela crescente preocupação e surgimento de uma “[...] consciência ambiental sobre os problemas do desenvolvimento [...]”, sucessivas crises econômicas que perduraram em um intervalo de 30 anos iniciada predominantemente na década de 1970 e o aparecimento de “crises e mal-estares” econômicos em países socialistas desde o colapso da extinta URSS à queda do muro de Berlim. O autor denominou esta série de fatores como o “ponto de virada” do conceito de desenvolvimento.

Embora o termo tenha absorvido novas concepções, as respostas e adaptações capitalistas para o desenvolvimento ainda apresentam obstáculos na promoção de um mundo que possibilite o desenvolvimento social, a proteção ambiental e a justiça social. Destaca-se, portanto, que as nações se desenvolvem em estágios desiguais.

Costa (2016, p. 97), afirma que o: “[...] desenvolvimento desigual se manifesta em diferentes escalas [...]”, considerando que são as principais: “[...] global, nacional, regional e local”. Para esta pesquisa, delimita-se o estudo em escala local, no município de Apucarana, situado no norte do Estado do Paraná. Deste modo, é importante entender a dinâmica local, pois, segundo Costa (2016), nesta escala também é possível encontrar diferentes níveis de desenvolvimento, assim como no espaço urbano, bairros, distritos, áreas rurais, entre outros.

Considera-se que o processo de ocupação da cidade de Apucarana se encontra geograficamente consolidado em um território que, segundo Saquet (2007, p. 67), pode ser “[...] entendido como área delimitada, com edificações e relações sociais de intervenção e controle”. Assim, levanta-se a primeira hipótese de que os indivíduos dotados de algum poder podem influenciar na dinâmica de desenvolvimento, na cidade de Apucarana.

[...] Há zonas de concentração produtiva e outras de poder político. Apesar de reconhecer a atuação de indivíduos na organização do território, evidencia a

atuação do Estado através de políticas públicas. Os indivíduos ou grupos podem influenciar nas decisões governamentais, mas o Estado precisa legitimar e regulamentar estas decisões [...] (Saquet, 2007, p. 67).

No que se refere ao desenvolvimento territorial, a literatura disponível nos cursos de graduação se refere predominantemente sobre as estratégias a serem adotadas por líderes cujo objetivo seja o desenvolvimento econômico do território no qual estão domiciliados. No entanto, de acordo com Hodder (2001), de modo mais amplo e conceitual, pode ser considerado um processo composto de elementos e fenômenos existentes no âmbito econômico, social e político, abrangendo fundamentalmente uma busca contínua na melhoria da qualidade de vida populacional, ainda que seja apenas uma parcela (*apud* Andrade; Serra, 2017).

Assim, levanta-se a segunda hipótese de que o desenvolvimento territorial é uma decorrência de ações planejadas e coordenadas desempenhadas por diversos agentes, bem como motivadas por diversos interesses individuais ou coletivos, pautados por uma agenda ou objetivos em comum. Segundo Andrade e Serra (2017), o desenvolvimento territorial:

[...] trata-se de um processo de interação entre sujeitos locais (públicos, privados e suas várias parcerias) que compartilham, de modo implícito e explícito, alguma visão de desenvolvimento, para comissionamento e valorização dos recursos, as riquezas materiais e imateriais dos territórios. (Andrade; Serra, 2017, p. 581)

Neste sentido, importa destacar que o interesse pelo desenvolvimento territorial não se restringe somente aos pesquisadores. Talvez, motivados pelo discurso desenvolvimentista, pessoas, empresas e outras entidades, reúnem-se em formatos associativos formais ou em grupos informais, frequentemente autodenominados de governanças, sistemas locais, comitês regionais, sob a pauta do desenvolvimento local. Segundo Teixeira e Andrade (2021), o termo governança possui várias acepções e que, em uma definição mais ampla, consiste em um processo de coordenação social que permite o envolvimento de diversos atores e entidades. Os autores ainda mencionam que o termo pode ser visto também enquanto interdependência e, deste modo, as ações da governança podem romper a fronteira entre o papel do setor público e privado, permitindo então interações contínuas entre os atores governamentais e não governamentais de modo que garanta autonomia de ações públicas, que em tese seria papel dos atores governamentais, para os atores não governamentais.

Teixeira e Andrade (2021, p. 45063) traz a complexidade de significados atribuídos por diversos pesquisadores e mencionam que “não é por acaso que surgiram vários conceitos, como

boa governança, governança local, governança global, governança urbana, governança territorial e governança corporativa, entre outros”.

Destarte, independentemente da definição eleita, torna-se notório o envolvimento de diversos atores na criação e condução de uma governança, transcendendo a participação do Estado, e permitindo a participação de “[...] instituições privadas, como empresas e universidades, bem como organizações sem fins lucrativos, como ONGs, organizações voluntárias, grupos religiosos e comunitários, entre outros (Gregory *et al.*, 2009, *apud* Andrade; Teixeira, 2021, p. 45064).

Portanto, o estudo do desenvolvimento, bem como seus desdobramentos, torna-se importante porque ajuda a entender os processos de mudança e evolução que ocorrem na sociedade, no modelo econômico atual e no meio ambiente. Isso permite, ao pesquisador e a quem interessar, a identificação de oportunidades para melhorar a qualidade de vida das pessoas, promover a inclusão social, garantir a sustentabilidade ambiental e, talvez, transformar as matrizes econômicas em um modelo democrático e justo a todos. Além disso, a compreensão do desenvolvimento também é importante para avaliar políticas públicas e projetos de desenvolvimento, determinar o impacto que eles têm sobre as diferentes áreas da sociedade e medir o progresso alcançado em direção ao bem comum.

Diante do exposto, questiona-se a participação e o protagonismo destes movimentos no desenvolvimento territorial. Ou seja, o problema que conduz esta pesquisa é: existe contribuição das governanças no desenvolvimento territorial, no contexto de Apucarana? Se existe, quais são as governanças e suas contribuições no ano de 2023?

Ao investigar interdisciplinarmente essa problemática, a presente pesquisa tem o objetivo de compreender o conceito de desenvolvimento, território e governança para, então, identificar e analisar a existência da contribuição das governanças no desenvolvimento territorial, no contexto de Apucarana. São objetivos específicos: conceituar desenvolvimento, território e governança; verificar novas concepções de desenvolvimento; analisar o contexto e os indicadores socioeconômicos de Apucarana; identificar e mapear as iniciativas sociais existentes: governanças ou outros modelos; e analisar a correlação entre governanças e o desenvolvimento.

Para o atingimento desses objetivos, esta pesquisa interdisciplinar foi orientada pelo método hipotético-dedutivo. Define-se como método científico hipotético-dedutivo, segundo Popper (*apud* Marconi; Lakatos, 2003, p. 95), aquele que parte de uma questão problema, oferecendo uma espécie de solução provisória, o que o autor denomina de “teoria-tentativa”, passando-se depois a criticar e refutar a solução, com objetivo de eliminar erros e vícios da

pesquisa, assim como a dialética, “[...] esse processo se renovaria a si mesmo, dando surgimento a novos problemas”.

Destarte, o método hipotético-dedutivo “[...] se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos, acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese”. (Marconi; Lakatos, 2003, p. 105). O levantamento dos dados se deu a partir da pesquisa documental.

A pesquisa documental é caracterizada, de acordo com Marconi e Lakatos (2003 p. 174) pela coleta de dados restrita a documentos, sendo eles escritos ou não, e desta forma constituindo as fontes primárias e secundárias. Segundo os autores:

- a) Fontes Primárias - dados históricos, bibliográficos e estatísticos; informações, pesquisas e material cartográfico; arquivos oficiais e particulares; registros em geral; documentação pessoal (diários, memórias, autobiografias); correspondência pública ou privada etc.
- b) Fontes Secundárias - imprensa em geral e obras literárias (Marconi; Lakatos, 2003, p. 159).

Como fontes primárias, foram utilizados para esta pesquisa dados estatísticos provenientes da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Caderno do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), da base de dados da plataforma digital Atlas Brasil e materiais fornecidos pelas governanças identificadas.

No que se refere a pesquisa bibliográfica, na definição de Marconi e Lakatos (2003, p. 158), “[...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema”. O levantamento bibliográfico utilizado foram livros, artigos científicos, dissertações e teses que contemplam a temática da pesquisa.

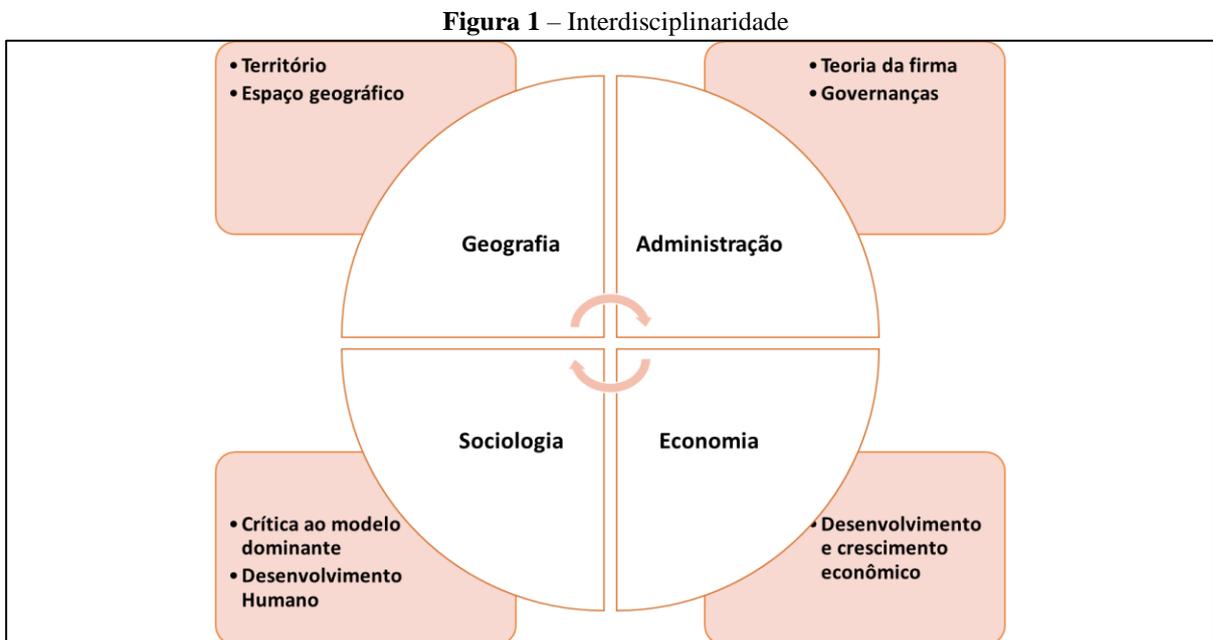
Tratando-se de um trabalho interdisciplinar, o desafio se encontra em estabelecer um diálogo criativo e fecundo entre distintas áreas do conhecimento. Assim, sob a luz das ciências humanas e das ciências sociais aplicadas, o tema desta pesquisa é objeto de discussão das disciplinas da geografia, da história, da sociologia, da filosofia, da administração, da economia, entre outros. Basta uma breve pesquisa empírica na plataforma *Scielo*, para trazer à luz a temática desenvolvida por pesquisadores brasileiros e, por ser uma plataforma virtual, é um importante instrumento na busca por produção científica no Brasil (Perez, 2018).

Interdisciplinaridade, de acordo com Fazenda (1998, 2008), é uma abordagem de estudo que busca integrar diferentes áreas do conhecimento para compreender um tema ou problema.

Essa abordagem procura unir conhecimentos e metodologias de diversas disciplinas para desenvolver uma compreensão mais completa e holística de um determinado fenômeno. Reconhecida, portanto, como uma estratégia importante para lidar com problemas complexos e multifacetados, que exigem abordagens integradoras e múltiplas perspectivas (Japiassu, 1976; Fazenda, 1998, 2008; Pombo, 2006).

Torna-se importante utilizar a interdisciplinaridade para pesquisar o desenvolvimento territorial porque os desafios atuais enfrentados pelos territórios são complexos e interconectados, exigindo uma abordagem multifacetada para compreendê-los e abordá-los de forma eficaz.

A interdisciplinaridade permite que pesquisadores de diferentes áreas trabalhem juntos, combinando seus conhecimentos e habilidades para estudar um problema a partir de uma perspectiva ampla e holística. Isso ajuda a identificar relações, conexões e interações entre diferentes fatores que influenciam o desenvolvimento territorial, como aspectos socioeconômicos, ambientais, culturais e políticos. A Figura 1 ilustra a dinâmica entre as disciplinas que contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.



Fonte: Elaborado pelo Autor (2024)

Além disso, a interdisciplinaridade permite abordar questões de maneira mais integrada, considerando tanto os aspectos locais e regionais quanto os regionais e globais, ou seja, possibilita ver o desenvolvimento territorial como parte de uma complexa rede de relações, tanto dentro como fora dos limites territoriais.

A pesquisa está organizada em quatro partes. A primeira parte se refere a esta introdução. Na segunda discute-se os conceitos de desenvolvimento, território e governança a partir de um olhar interdisciplinar. Na terceira parte aborda-se a localização, as principais características de Apucarana e seus indicadores socioeconômicos. Nesta parte também será realizado o mapeamento das governanças existentes e suas possíveis contribuições para o desenvolvimento territorial. A quarta parte contemplará as considerações finais.

2 DESENVOLVIMENTO, TERRITÓRIO E GOVERNANÇA

Desenvolvimento, território e governança são conceitos importantes quando se pretende compreender a realidade socioeconômica e ambiental de uma determinada sociedade para se estabelecer ações direcionadas para melhorar as condições de vida da população. No entanto, em muitos estudos acadêmicos tais conceitos são abordados separadamente, de forma unidimensional, o que prejudica a análise.

O objetivo desta seção é trazer uma discussão teórica e conceitual de caráter interdisciplinar e multidimensional com relação aos conceitos de desenvolvimento, território e governança. Também se propõe a investigar as conexões entre os conceitos, entendendo que tratá-los em conjunto pode enriquecer a análise.

Para atingir o objetivo delineado começamos apresentando a gênese do conceito de desenvolvimento e a ênfase no crescimento econômico. Na sequência, atentamos para as novas concepções de desenvolvimento elaboradas nas últimas décadas. Posteriormente apresentamos o conceito de desenvolvimento territorial e, por fim, destacamos a importância da governança para o desenvolvimento.

2.1 A gênese do conceito de desenvolvimento

Buscar a origem e a história da palavra desenvolvimento pode ser o passo inicial para entender como o conceito foi se transformando no decorrer do tempo e adquirindo novas interpretações, tendo em vista que as palavras evoluem e se transformam de acordo com as necessidades culturais da sociedade que a utiliza. Portanto, a etimologia pode ser fundamental para entender a jornada do conceito de desenvolvimento e compreender, com a criticidade que se requer, a abrangência de seus diversos significados. Pois, segundo Viaro (2013, p. 29), “[...] o que mais chama atenção do leitor atual, são as múltiplas etimologias que não se excluem, pois muitas vezes mostrariam diversos ângulos do mesmo ser”.

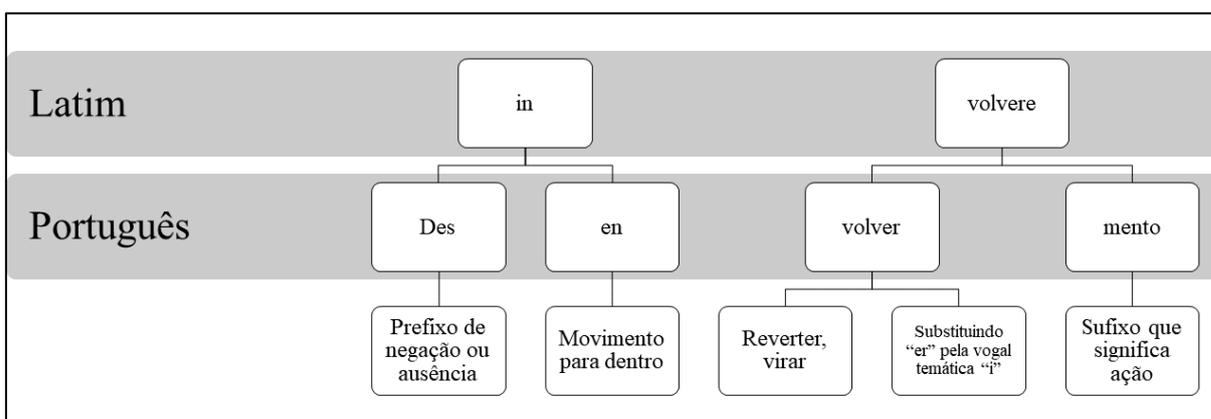
Deste modo, ao consultar o dicionário Houaiss (2022)¹, o substantivo “desenvolvimento” se apresenta com 11 (onze) significados e empregabilidades distintas, embora em alguns casos semelhantes. De maneira mais genérica, o dicionário aponta que significa “[...] aumento da capacidade ou das possibilidades de algo; crescimento, progresso,

¹ Busca de palavras no dicionário on-line pode conter variações de significados mediante atualizações de seus autores: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-1/html/index.php#3

adiantamento”. Outro exemplo é o emprego da palavra para as ciências econômicas que aponta como “[...] crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade, etc.” Para as ciências da terra o “[...] aumento das qualidades físicas; crescimento de uma planta”. A geometria entende como “[...] extensão da superfície de um corpo sólido sobre um plano”. Na matemática, desenvolvimento é a “[...] efetuação dos cálculos de uma equação algébrica, de uma função em série”. Também se observa que a música, a topografia, a religião, a medicina e outros campos do conhecimento, empregam a palavra em contextos que lhes permitem expressar esclarecimentos sobre suas respectivas áreas do conhecimento.

Verifica-se, portanto, que “desenvolvimento” remete ao verbo “desenvolver”, do verbo “envolver” que, por sua vez, vem do verbo “volver”. Este, oriundo do latim *volvere* no sentido de “voltar, tornar, levar ou trazer” e possui aplicabilidades diversas como sua palavra consoante, bem como o significado correlato a ela. Assim, escolhe-se essa como ponto de partida para entender a gênese de “desenvolvimento” (Diniz, 2010, p. 33). A figura 2 destaca o significado da palavra desenvolvimento do latim ao português.

Figura 2 - Etimologia de "desenvolvimento"



Fonte: Adaptado de Diniz (2010)

No entanto, após esta análise, resta talvez a questão primordial de como uma palavra que significa essencialmente “desenrolar” e poderia ser entendido, nas palavras de Santos *et al.* (2012, p. 46), como “[...] sem movimento para reverter em ação’ ou ainda ‘sem envolvimento”” possui diversos conceitos ou significados podendo ser empregados, sem necessariamente estarem incorretos, em inúmeros contextos ou áreas do conhecimento?

Santos *et al.* (2012), pretende responder essa questão apontando que o uso de “desenvolvimento” em outros contextos foi utilizado primeiramente por Charles Darwin, no sentido de “transformação” ao discorrer em sua obra uma reflexão sobre a evolução dos seres

vivos. O autor ainda sugere que a obra “A origem das espécies” chancela uma corrente teórica, outrora já iniciada nas últimas décadas no século XVII, que pressupunha que a sociedade busca sua própria evolução, isto é, seu próprio desenvolvimento.

A origem do conceito surge na biologia, empregado como processo de evolução dos seres vivos para o alcance de suas potencialidades genéticas. Com Darwin, a palavra desenvolvimento passou a ter uma concepção de transformação, vista como um movimento na direção da forma mais apropriada. Um organismo se desenvolve à medida que progride em direção à sua maturidade biológica. A transferência da biologia para a vida em sociedade ocorreu nas últimas décadas do século XVII e tomou corpo com o darwinismo social. Com ela, verificou-se que o progresso, a expansão e o crescimento não eram virtualidades intrínsecas, inerentes a todas as sociedades humanas, mas sim propriedades específicas de algumas sociedades ocidentais. Essas sociedades obtiveram o status de desenvolvidas, o que faz entender que elas eram capazes de produzir os seus próprios movimentos para o alcance do seu bem-estar (Santos *et al.*, 2012, p. 46).

Ao analisar a obra de Darwin (1859), identifica-se que a palavra “desenvolver” é utilizada em 42 (quarenta e dois) momentos. Sendo que a maioria das ocorrências se remetem ao sentido de transformação, mudanças dos atributos físicos e crescimento das espécies de seres vivos, plantas e sementes. Em algumas ocorrências se referia à escrita do próprio texto. O mesmo ocorre com a palavra “desenvolvido(s)” com 49 (quarenta e nove) ocorrências no total, “desenvolvida(s)” com 47 (quarenta e sete) ocorrências no total e “desenvolvimento” com volumosas 151 (cento e cinquenta e uma) ocorrências. Todas com sentidos semelhantes (Darwin, 1859).

Porém, a obra de Darwin pouco tem relação ao explicar o termo, tento em vista que seu objetivo principal era apresentar a teoria da origem e da evolução das espécies. Observa-se, no entanto, que foi o conceito de darwinismo social, mesmo sendo uma corrente de pensamento controverso devido aos conceitos de hegemonia e supremacia racial ou outras formas de discriminação, que mais contribuiu para os diversos usos do conceito de “desenvolvimento”. Segundo Leite (2019), foi o sociólogo Herbert Spencer² que transformou a abordagem biológica de Darwin em paradigmas e leis sociais, entendendo que a sociedade enquanto organismo se desenvolve sob a perspectiva da sobrevivência do mais apto. Tal perspectiva pressupõe que “[...] instituições sociais dominantes seriam as mais aptas enquanto hegemônicas” e que “[...] empresários e comerciantes que sobressaíssem o fariam por serem melhores e mais aptos que os demais menos evoluídos” (Leite, 2019, p. 78).

² Discussão iniciada a partir da obra *First Principles*, de 1862, disponível em Domínio Público pelo site: http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5053

Portanto, a obra de Spencer pode ser considerada como o marco de transição do conceito de desenvolvimento para outras áreas do conhecimento por estar intimamente ligada à concepção de evolução darwinista, bem como a aceitação de seus pressupostos pela comunidade acadêmica, empresários e intelectuais, somando-se a forma de interpretar, à época, estas premissas que contribuíram amplamente “[...] para legitimar práticas de monopolização de setores da economia em torno do argumento de que a sobrevivência do mais forte se aplicava como lei de mercado” (Leite, 2019, p. 79).

Assim, denota-se que a palavra fora amplamente utilizada pelas ciências naturais e biológicas e, na medida que seu conceito migrou para as outras áreas de conhecimento, por meio do darwinismo social, tornou-se possível entender que desenvolvimento adquiriu um significado de evolução, mudança, de sair de um estado atual para um estado superior de existência, permitindo, portanto, sua utilização em diversas áreas de conhecimento (Santos *et al.*, 2012).

2.2 Paradigmas dominantes do desenvolvimento

2.2.1 O desenvolvimento econômico

Apesar de entender que o darwinismo social contribuiu na construção do conceito de desenvolvimento amplamente utilizado nos dias de hoje, observa-se que esta corrente de pensamento foi utilizada apenas para chancelar ideologicamente que países, entidades e pessoas desenvolvidas se sobressaem e possuem superioridade em algum nível hipotético sobre outros países, entidades e pessoas (Leite, 2019). Segundo Santos *et al.* (2012) e Oliveira (2002), a preocupação com o desenvolvimento tem suas raízes nas ciências econômicas e os debates sobre o tema se intensificaram principalmente no período posterior à segunda grande guerra mundial.

Na perspectiva clássica do desenvolvimento econômico foram os trabalhos de Adam Smith (1776), Thomas Malthus (1798), David Ricardo (1817) e Karl Marx (1867) que apresentaram, segundo Santos *et al.* (2012, p. 47), o “[...] desenvolvimento como um fenômeno importante para a consolidação do sistema capitalista”. Diniz (2010) apresenta como relevantes os modelos de crescimento econômico de Adam Smith, de Thomas Malthus, de Joseph Schumpeter e de Harrod-Domar.

Santos (*et al.*, 2012), primeiramente discorre que Adam Smith (1776) defende a ideia de que o crescimento econômico de uma nação depende da capacidade da gestão e afastamento

do Estado ao permitir que os agentes econômicos satisfaçam os interesses individuais de forma orgânica e espontânea. Assim, Smith (1996, v. 1, p. 438) define que:

Ao preferir fomentar a atividade do país e não de outros países ele tem em vista apenas sua própria segurança; e orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções (SMITH, 1996, v. 1, p. 438).

Amaro (2003, p. 5) reconhece que Adam Smith foi um dos primeiros economistas a “[...] se inquietar com a natureza e a causa da riqueza das nações, formulando, na sua obra, o que se pode considerar o primeiro esboço de uma teoria do desenvolvimento”. Contudo, Diniz (2010, p. 18), menciona que Smith pretendia “[...] ligar o aumento de bem-estar ao processo de especialização” e que uma maior especialização em nível global aumentaria a produção total.

Smith (1996, v. 1, p. 101) diz, em síntese, que é por meio das relações de troca e da organização do trabalho especializado, que uma nação produz riquezas. Por meio da divisão correta do trabalho, promovida pelos agentes econômicos, o indivíduo tem a possibilidade de “[...] desenvolver seus talentos na execução do trabalho” permitindo-lhe entregar um trabalho com qualidade que faz jus ao seu “talento desenvolvido”, referindo-se que o preço acompanha a qualidade do que foi produzido, e que em um movimento coletivo, uma nação possa se desenvolver espontaneamente pelo que produz. Para Smith (1996, v. 1, p. 153-154), isso permite que o indivíduo tenha liberdade para trabalhar por seus próprios interesses, buscando aumento de seu próprio lucro, aumentando sua produção, regulando preços e, de maneira consecutória, promovendo a riqueza da própria nação, como que impulsionada por uma “mão invisível” conforme supramencionado. Concomitantemente, analisado por Santos, no seguinte trecho:

Ao procurar o seu próprio interesse o indivíduo promove o interesse da sociedade mais do que realmente procurasse promovê-lo. Tal mecanismo ficou conhecido pela imagem metafórica da mão invisível do mercado. Esta seria representada pelo conjunto de forças individuais operando na mais pura concorrência para realizar as necessidades de oferta e demanda da sociedade. A ordem do sistema econômico seria estabelecida quando atingisse o ponto de equilíbrio das forças aparentemente antagônicas do mercado - oferta e demanda - e o desenvolvimento smithiano seria então decorrente da livre iniciativa entre os agentes econômicos e da produtividade do trabalho útil. Com base nesse mecanismo seria possível promover o crescimento econômico e garantir o bem-estar de uma nação, cuja riqueza deveria ser quantificada pelo seu produto anual per capita (Santos *et al*, 2012, p. 47).

Amaro (2013) e Santos (*et al*, 2012) mencionam que David Ricardo traz uma perspectiva pessimista ao apresentar um conflito na lógica capitalista, relacionando o embate da taxa de lucro e taxa de salário. Destarte, Santos (*et al*, 2012) analisa Ricardo por abordar questões da distribuição de renda entre as classes, conforme a sociedade é dividida, considerando que a riqueza é distribuída em salários, lucro e renda fundiária. No entanto, dizendo que Ricardo enxerga que o salário é despesa, de modo a defender que somente os lucros e a renda da terra criam riquezas para uma nação, considerando a tributação no cerne do financiamento do Estado. Vale mencionar que, diferentemente de Smith (1776), que defendia somente os interesses individuais em uma dinâmica interna do país que proporciona uma vantagem absoluta para a riqueza das nações ignorando a prática do comércio internacional, Ricardo (1817) argumenta, em sua obra intitulada *Princípios da Economia Política e da Tributação*, que a liberdade econômica consiste nas vantagens comparativas e a prática de um livre comércio internacional sustentado pelo livre troca ancorada pelo padrão-ouro. As teorias de Ricardo foram base para as políticas de industrialização defendida em países tidos como subdesenvolvidos, a partir dos anos de 1950 (RICARDO, 1996)

Embora não mencionados por questões de coerência com o objetivo da dissertação, além de Smith, Malthus e Ricardo, economistas como John Stuart Mill (1806-1873), Jean Baptist Say (1768-1832), Joseph Schumpeter (1883-1950) também contribuíram com arcabouço teórico para se entender o conceito de desenvolvimento ainda que sob a perspectiva de crescimento econômico ou progresso tecnológico (Diniz, 2010).

Deste modo, observa-se a importância dos clássicos da economia na construção do conceito de desenvolvimento, talvez pelo fato de serem contemporâneos da Revolução Industrial. O tema volta a ganhar força e é abordado com maior ênfase no século XX. A crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial podem ter contribuído para a criação de uma nova estrutura de poder e até mesmo uma nova matriz econômica e política (Amaro, 2003; Santos *et al.*, 2012).

2.2.2 O desenvolvimento pela modernização e progresso técnico

Costa (2022) aponta que a ideia de progresso está presente desde a antiguidade, transitando pela idade média, pela modernidade até a contemporaneidade. Em alguns momentos o seu significado é distante ou próximo do entendimento predominante atualmente. O autor também avalia que “[...] a referência usada no conceito de progresso está ancorada na concepção

de evolução linear temporal, que parte de uma situação pior para outra melhor, ou seja, um processo histórico de evolução” (Costa, 2022, p. 23).

Stompka (2005), afirma que a noção de progresso foi incorporada ao conceito de desenvolvimento em meados da década 1940, com o advento da modernidade e como força ideológica de base para reconstrução social no pós-guerra. (*apud* Ballingieri; Souza e Miranda, 2018)

Costa (2022) pontua que a acepção dada ao progresso na modernidade se trata de uma herança do pensamento eurocêntrico. Um entendimento que se segue dentro dos limites do pensamento dominante.

A racionalidade eurocêntrica, construída a partir do século 17 e dominante nos séculos seguintes, foi disseminada para outras partes do mundo por meio do colonialismo e do imperialismo [...]. Estabeleceu-se um padrão dominante de pensamento orientado pela ciência moderna e, mais adiante pela economia liberal capitalista. Este padrão, visto como o melhor caminho a ser seguido, foi decisivo para a difusão do conceito de progresso em quase todo o mundo (Costa, 2022, p. 24).

Para Amaro (2003, p. 8), de forma consoante, o conceito de desenvolvimento eurocêntrico, principalmente a acepção “[...] que dominou nos primeiros 30 anos após a Segunda Guerra” é uma decorrência de processos históricos que aconteceram na Europa. Assim, ele menciona que estes episódios resultaram basicamente em dois marcos históricos, quais sejam a Revolução Francesa e a Revolução Industrial, de modo que estas revoluções moldaram a forma de replicação desses conceitos pelo mundo.

[...] a Revolução Industrial e a Revolução Francesa -, ao influenciarem decisivamente as sociedades industriais (nas suas várias versões), marcaram profundamente o conceito de desenvolvimento que as tomou como referência (Amaro, 2003, p. 8).

Santos (*et al.*, 2012, p. 50) destaca que, em 1949, o presidente dos Estados Unidos da América, Harry S. Truman, lança a primeira política norte-americana de ajuda ao desenvolvimento, que surge dentro das ciências econômicas como “[...] um campo do conhecimento com a finalidade de observar, descrever e explicar o fenômeno do desenvolvimento denominado de Economia do Desenvolvimento”. Concomitantemente, Ballingieri, Souza e Miranda (2018) mencionam que alguns historiadores consideram que o discurso proferido pelo presidente Truman deu início ao conceito de desenvolvimento do ponto de vista ideológico. Conforme observado abaixo:

Alguns autores, como Escobar (2007) e Esteva (2000) consideram o discurso de posse do presidente dos Estados Unidos, Harry Truman, proferido em 20 de janeiro de 1949, a inauguração do desenvolvimento enquanto conceito ideológico, quando ele se referiu a áreas subdesenvolvidas. A partir daí, então: i) fundou-se a divisão do mundo entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos; ii) preconizou-se a “necessidade” de os países subdesenvolvidos almejarem o modelo de desenvolvimento dos países industrializados, para o que deveriam adotar políticas voltadas ao crescimento econômico e à industrialização; iii) institucionalizou-se a busca do desenvolvimento, que seria efetivada com o auxílio de organismos internacionais (Organização das Nações Unidas – ONU, Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI etc.) (Bellingieri; Souza; Miranda, 2018, v. 51, p. 290).

No contexto brasileiro, segundo Ivo (2012), o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), foi um grande difusor das ideias do desenvolvimentismo e das ações do Estado no governo Juscelino Kubitschek, no intuito de orientar a classe empresária (burguesia à época) sobre seu papel nas transformações econômicas, sociais e culturais do Brasil. Criado em 1955, o órgão era vinculado ao Ministério de Educação e Cultura, porém, dotado de autonomia administrativa. Ivo (2012) afirma que:

Segundo os intelectuais do ISEB, a noção do desenvolvimento referia-se a um regime de acumulação capitalista baseado em industrialização, crescimento econômico e progresso técnico, e modernização das relações produtivas, com base no trabalho assalariado e na elevação do padrão de vida da população, sob a liderança do empresariado nacional. A esse conjunto de mudanças costumou-se chamar de ‘modernização brasileira’ [...]” (IVO, 2012, p 191).

Dessa forma o Estado se apropria da responsabilidade de principal ator econômico no desenvolvimento, bem como o principal difusor da ideologia do desenvolvimento pelo progresso técnico e modernização. Ainda que sob a tese de que o desenvolvimento e crescimento econômico somente ocorre pela modernização do estado e da indústria (Ivo, 2012 e Santos *et al.*, 2012)

Diniz (2010, p. 32) entende que desenvolvimento e crescimento “[...] andam de mãos dadas” de tal modo que se torna natural encontrar dificuldades em distingui-los. No que se refere ao desenvolvimento, o autor menciona que:

Ao desenvolvimento está associada a ideia de observação de uma determinada situação de partida a qual depois de uma reflexão se implemente um processo de crescimento indissociável à sua transformação e mudança para um estado qualitativamente e, não só quantitativamente, superior (Diniz, 2010, p. 32).

Assim, observa-se que o desenvolvimento não é o fato, mas sim o resultado de uma comparação entre duas ou mais situações observadas em um recorte de tempo determinado na qual seja “[...] conveniente tornar claro que desenvolvimento é um conceito normativo, sinônimo de melhoria de vida” (Seers, 1958 *apud* Diniz, 2010, p. 34).

Já a concepção de crescimento, segundo Diniz (2010), aparece ligada à evolução da economia e ao progresso. Turcotte (1977, *apud* DINIZ, 2010, p. 36), “[...] identifica o crescimento como uma via para o progresso e o desenvolvimento”. Deste modo, ainda que o paradigma dominante tente definir de modo racional e cientificamente o progresso como algo transcendente e imutável, também pode ser encarado “[...] como um processo gerado pela vontade humana”. Portanto, segundo Turcotte (1977):

[...] desenvolvimento aparecerá, num contexto de crescimento e progresso, antes de mais, como uma vontade coletiva de mudança positiva. Aliadas a dimensão econômica e política do crescimento e do progresso, aparecem, no conceito de desenvolvimento, com igual força a dimensão social e cultural, em que a ética condiciona o próprio desenvolvimento (*apud* Diniz, 2010, p. 36).

Contudo, desenvolvimento pode ser considerado como um processo complexo composto por vários aspectos os quais o paradigma dominante, o da abordagem econômica e o do progresso técnico, sozinhos não conseguem responder ou mesmo sanar as carências tanto de ordem humana, social e ambiental, quanto de ordem econômica. Diniz (2010), afirma que para que se ocorra desenvolvimento não só necessita de transformações profundas nas estruturas econômicas, mas também nas estruturas sociais, entendendo-o como progresso da sociedade como um todo.

2.3 Novas concepções de desenvolvimento

Conforme observado na subseção anterior a concepção de desenvolvimento, segundo o paradigma dominante, qual seja econômico ou do progresso técnico (modernização), torna-se insuficiente para responder aos dilemas e as carências complexas da humanidade e, deste modo, no decorrer da segunda metade do século XX, novas abordagens sobre sua concepção surgiram em pauta, não de forma linear ou cronológica, mas de forma dinâmica ao passo que a discussão do tema era permitida. Estas abordagens, revestidas de nomenclaturas e de propósitos específicos se apresentam como alternativas às falhas e carências geradas pelo modelo

dominante proposto, abrangendo e discutindo questões acerca do desenvolvimento social e humano, culturais, educacionais, ambientais, local ou territorial, entre outros.

Em sequência histórica, os anos 1960-70 são marcados por novas abordagens do desenvolvimento, acrescentando as dimensões sociais e ambientais amplamente representadas pelo movimento hippie, o movimento feminista e a Marcha sobre Washington (Amaro, 2003 e 2017).

Amaro (2003) aponta que o paradigma da modernização, provavelmente influenciada pela filosofia Schumpeteriana (referência ao economista Joseph Schupeter), de que a economia se renova sob o conceito de destruição criativa, teve importante influência nas teorias de desenvolvimento do ponto de vista econômico, sociológico, político e psicológico. Todavia, Amaro (2003) avalia que a modernização, o progresso técnico e o crescimento econômico trouxeram novas perspectivas e “[...] alteraram radicalmente os modos de produção, de consumo e de lazer”, porém, também trouxe consigo “[...] algumas formas de mal-estar e carência” em muitos países subdesenvolvidos, como doenças, desigualdades sociais, fome, miséria e outros problemas que ainda não foram superados (Amaro, 2003, p. 5).

Diante do exposto, para atender os objetivos da presente pesquisa se julga necessário discorrer sobre o desenvolvimento, não apenas sobre o prisma do paradigma dominante, mas sobre os conceitos que englobam o desenvolvimento enquanto bem-estar, justiça-social e desenvolvimento sustentável.

2.3.1 Desenvolvimento enquanto bem-estar e justiça social

A presente pesquisa não poderia deixar de mencionar a contribuição de Karl Marx para o debate do desenvolvimento. Apesar de discorrer abrangentemente sobre os processos de desenvolvimento da maquinaria, das forças produtivas, da luta permanente das classes e do acúmulo exploratório do capital, conforme Santos (*et al.*, 2012, p. 48), as relações de trabalho e o conceito de mais-valia estão no cerne da teoria do desenvolvimento econômico de Marx.

Em sua obra é possível identificar que o desenvolvimento econômico aflorado por algumas nações durante a Revolução Industrial, na realidade foi somente possível porque precedeu de um período de dominação. Assim, a nação dominante ou colonizadora tinha condições favoráveis para um acúmulo primitivo de capital, o que permitiu o financiamento e os investimentos necessários para o desenvolvimento econômico já no início da industrialização (Santos, *et al.*, 2012).

Nesta perspectiva, podemos então considerar que o momento histórico do mercantilismo funcionou como um período de acumulação de capital, destinado ao financiamento da etapa de industrialização dos países centrais. A partir desse momento, é estabelecida uma relação entre centro e periferia, em que o centro, na condição de país desenvolvido dominante, explora o país não desenvolvido e periférico. As causas mais profundas do subdesenvolvimento são para Marx o imperialismo e o desvio do excedente, e a única forma de escapar dessa situação seria através de uma revolução socialista (Santos *et al.*, 2012, p. 48).

Tendo em vista que a crítica marxista pode ser considerada como ponto inicial para repensar o conceito de desenvolvimento, Amaro (2003 e 2017) ainda menciona que diversos fatores colaboraram para o nascimento de um novo conceito, com *status* científico a partir do contexto do pós-guerra e, deste modo o surgimento de proposições de desenvolvimento alternativo. O autor lista, dentre outros, alguns acontecimentos históricos que fundamentam este entendimento:

[...] as novas afirmações idealistas saídas da Segunda Guerra Mundial, a favor do progresso e da paz entre os povos, que se traduziram em inúmeras referências e compromissos da ONU., bem como em declarações e afirmações solenes, como «As Quatro Liberdades» do presidente Roosevelt (1941) — que incluíam a liberdade de não passar necessidades —, a Carta Atlântica, assinada por Churchill e Roosevelt (1941) — que se propunha, entre outros aspectos, «promover o livre acesso de todos os países ao comércio externo e ao aprovisionamento de matérias-primas», bem como garantir que «todos os seres humanos em todos os países possam viver sem sentir medo ou sofrer necessidades» — e o famoso «Ponto Quatro» da declaração do presidente Truman (1949), que foi o primeiro programa dos Estados Unidos de ajuda ao desenvolvimento (Amaro, 2003, p. 4).

Neste contexto, Oliveira (2002), aponta que a Carta Atlântica de 1941, sendo a primeira Declaração Interaliada que demonstre intenção internacional de aliança na qual o presidente dos Estados Unidos da América cunhou o termo “nações unidas”, e nela se expressa o desejo de se criar condições para todas as pessoas poderem usufruir de boas condições econômicas e sociais, principalmente pelos fatores que antecedem este período e que ainda assolam toda humanidade, quais sejam: “[...] guerra, miséria, desemprego, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais” (Oliveira, 2002, p. 38).

Nessa fase do desenvolvimento econômico, no contexto pós-guerra e permeada por todos os problemas não superados pelo paradigma do desenvolvimento econômico e da modernização, Santos (*et al.*, 2012) apresenta uma dualidade de abordagens e expectativas acerca do desenvolvimento:

De um lado, a proposta de um desenvolvimento pautado nos princípios do liberalismo moderno, centrado na individualidade, na propriedade privada, na social-democracia e no Estado-Provedor. Noutro, a proposta de um desenvolvimento pautado no pensamento marxista, com base na coletivização, na propriedade estatal na justiça social e no Estado-Centralizado, porém, ambos na perspectiva de uma sociedade industrializada e urbanizada. O resultado dessa disputa ideológica proporcionou o surgimento do Estado do Bem-Estar Social, que assume a responsabilidade imediata do bem-estar de seus cidadãos, por meio de uma gama de serviços tais como: saúde, educação, previdência, habitação, entre outros (Santos *et al.*, 2012, p. 52).

As sementes do Estado de Bem-Estar Social foram plantadas na Europa do século XIX, período de profundas mudanças sociais, econômicas e políticas. A Revolução Industrial trouxe consigo uma urbanização acelerada e condições de trabalho precárias, gerando desigualdades sociais e pobreza em larga escala. Alguns países como a Alemanha e Inglaterra inauguraram formas de intervenção pública por intermédio do Estado (Kerstenetzky, 2012).

Os primeiros passos rumo ao Estado de Bem-Estar Social foram dados na Alemanha, durante o governo do chanceler Otto von Bismarck, na década de 1880. Ele implementou uma série de políticas sociais pioneiras, como a introdução de seguro de saúde, acidentes de trabalho e pensões para idosos. Bismarck, no entanto, buscava com essas medidas conter o avanço do socialismo e garantir a estabilidade política do país (Souza; Moraes, 2019; Kerstenetzky, 2012).

No início do século XX, outros países europeus seguiram o exemplo, expandindo a proteção social e a adoção de políticas trabalhistas. A influência das ideias socialistas e a preocupação com a ordem social após a Revolução Russa de 1917, também foram fatores que impulsionaram a consolidação do Estado de Bem-Estar Social (Souza; Moraes, 2019).

O termo Estado de Bem-Estar Social, amplamente difundido como *Welfare State*, ganha destaque com Temple (1928), em sua obra *Cristianity and the State*³. Em sua obra ele aborda o papel do Estado e os valores do cristianismo empregados ao desenvolvimento e que todos os cidadãos são responsáveis, sob os auspícios do Estado, pela promoção do bem-estar social e da boa convivência. Segundo Kerstenetzky (2012):

O termo *Welfare State* foi originalmente cunhado pelo historiador e cientista político britânico Sir Alfred Zimmern nos anos 1930. Estudioso das relações internacionais, não propriamente das políticas sociais, Zimmern visava registrar terminologicamente a evolução do Estado britânico, em seu entender positiva, de um *power state* para um *welfare state*. Este último se caracterizaria pelo predomínio da lei sobre o poder, da responsabilidade sobre a força, da Constituição sobre a revolução, do consenso sobre o comando, da

³ Termo *Welfare* amplamente discutido em *Cristianity and the State*, disponível em: https://openlibrary.org/books/OL14024799M/Christianity_and_the_state

difusão do poder sobre sua concentração, da democracia sobre a demagogia. Nessa acepção, um *welfare state* não se distinguiria muito de um estado democrático de direito. Ainda nos anos 1930, a expressão cairia no uso popular graças à associação entre a Inglaterra e o *welfare state* e a Alemanha nazista e o *power state*, sugerida publicamente pelo então arcebispo de York (e depois de Canterbury) William Temple. Aparentemente, o contraste estaria entre um Estado voltado para uma agenda doméstica e outro motivado pela dominação externa. Depois da Segunda Guerra Mundial, o termo passa a denotar, na Inglaterra, e de modo nem sempre abonador, a provisão de vários serviços pelo Estado de uma maneira centralmente coordenada e centralizada (Kerstenetzky, 2012, p. 1-2).

Para a autora, “[...] a nova linha de ação compromete o Estado com a proteção da sociedade, em especial dos trabalhadores assalariados, contra certos riscos associados à participação em uma economia de mercado” (Kerstenetzky, 2012, p. 5).

Após a Segunda Guerra Mundial, muitos países passaram por um período imediato de reconstrução, onde o estado de bem-estar desempenhou um papel crucial, tanto na contribuição para os esforços de reconstrução como na obtenção de benefícios disso. Sua expansão foi impulsionada por altas taxas de crescimento e participação no mercado de trabalho, resultando em níveis baixos de desemprego e inflação. Além disso, várias nações implementaram reformas em suas políticas sociais, adotando medidas keynesianas (referente ao economista John Maynard Keynes) para garantir pleno emprego e crescimento econômico, o que permitiu o financiamento do aumento de benefícios e, especialmente, de serviços sociais públicos (Kerstenetzky, 2012).

A obra *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*⁴, publicada em 1936, é considerada o marco fundamental das teorias econômicas e teve forte influência na construção de Estado de Bem-estar Social. Keynes (1996), argumentou que o livre mercado nem sempre se autorregula para atingir o pleno emprego, defendendo a intervenção governamental como uma medida necessária para estimular a economia.

Keynes (1996) também defendeu que, em tempos de recessão ou depressão econômica, o Estado deveria aumentar seus gastos e investimentos para estimular a demanda agregada e, assim, criar empregos e impulsionar o crescimento econômico. Ele também propôs o uso de políticas monetárias (controle da oferta de moeda e taxa de juros) e fiscais (gastos do governo e impostos) como ferramentas para controlar o ciclo econômico e garantir a estabilidade econômica. Ele entende que o consumo e a demanda efetiva eram fatores-chave para a

⁴ A *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, disponível em formato PDF em: <https://edisciplinas.usp.br/course/view.php?id=1154§ion=6#tabs-tree-start>

prosperidade econômica, e o Estado poderia influenciá-los positivamente, principalmente por meio de políticas de bem-estar social que aumentassem o poder de compra da população.

Deste modo, segundo Kerstenetzky (2012) e Diniz (2010), as ideias de Keynes forneceram uma base teórica para o desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social. Ao defender a intervenção governamental para impulsionar a demanda e combater o desemprego, ele influenciou os formuladores de políticas a adotarem políticas sociais e econômicas que visavam garantir o bem-estar e a segurança social dos cidadãos.

No contexto de países latino-americanos, todavia, entende-se que o próprio modelo dominante de desenvolvimento colapsa em si mesmo. Assim, o Estado de Bem-estar social e todas as suas bases teóricas surgiram como uma reação à própria crise do capitalismo (como a Crise de 1929) e o contexto pós-guerra, já supramencionado. As desigualdades geradas pela crise impactavam principalmente países menos industrializados. Segundo Ivo (2012, p. 188) foi justamente “[...] diante da crise estrutural do capitalismo contemporâneo e os resultados apresentados pelas economias de países latino-americanas – que combinam crescimento com distribuição, com base num papel ativo de central do Estado [...]”. Entende-se, portanto, que o Estado passa ter protagonismo nas discussões econômicas e na intermediação e regulamentação de convenções sociais.

Compreende-se, então, que as inflexões e rupturas entre os pactos prevaletentes entre o Estado, a classe empresária e trabalhadores assalariados, segundo Ivo (2012), serviu como sustentação ao projeto nacional-desenvolvimentista dos anos 1930 a 1970. Para a autora:

Tais inflexões possibilitam observar novos arranjos, atores e dimensões entre Estado, mercado e sociedade, no encaminhamento da questão social, no contexto pós-consenso de Washington. Esse resgate ultrapassa abordagens exclusivamente econômicas (objetivos da estabilidade e da capacidade competitiva do país), ou restritas ao papel intervencionista do Estado brasileiro, de uma perspectiva exclusivamente institucional, privilegiando dimensões sociais nas temáticas do conflito e no seu contraponto, ou seja, a temática da integração social, que envolve, de um lado, a justiça redistributiva e, de outro, o horizonte da política voltada para o objetivo de bem-estar social e da cidadania, sustentadas por coalizões e contradições de classes (Ivo, 2012, p. 188).

Esta inflexão marcada pela crise de 1970, segundo Santos *et al.* (2012), levou os economistas a reconhecerem a existência de um desequilíbrio na forma em que os países entendidos como industrializados e hegemônicos se relacionam com países periféricos predominantemente agrícolas e dependentes. Os industrializados possuem uma taxa de produtividade maiores em relação aos periféricos, gerando um bloqueio de crescimento. Assim,

o investimento em tecnologia, capital social e humano se torna alternativa para reverter este estágio. Santos *et al.* apresenta:

[...] Porém, os esforços para explicar o subdesenvolvimento e consequentemente a pobreza, deram origem às teorias de desenvolvimento, e neste caso, o conceito de desenvolvimento está relacionado com o grau em que estão satisfeitas as necessidades humanas, ampliando a discussão com outros campos de conhecimento como a Sociologia, a Ciência Política e a Antropologia. As teorias possibilitaram uma discussão tanto teórica quanto política sobre crescimento e desenvolvimento. O debate ganha forma no âmbito da ONU, entretanto, é com a CEPAL que o conceito de desenvolvimento social se expande. Influenciados pela teoria keynesiana, autores como Myrdal, Hirschman, Prebisch, Furtado, Cardoso, entre outros, abrem a discussão de que falar em desenvolvimento é falar em seu contrário, uma vez que existe forte relação entre as duas realidades (desenvolvimento e subdesenvolvimento) (Santos *et al.*, 2012, p. 53).

Os autores latino-americanos entendem o subdesenvolvimento como “[...] uma condição criada para integração no sistema global de trocas que se originou no século XVI, no início do capitalismo e não um isolamento geográfico [...]” (Santos *et al.*, 2012, p. 54).

Segundo Islam e Henalt (1988), o conceito de desenvolvimento deve abranger a possibilidade de uma redução gradual e, por fim, a eliminação da desnutrição, doenças, analfabetismo, miséria, desemprego e desigualdades. Dessa forma, eles propõem que os princípios de crescimento econômico e acumulação de riqueza sejam substituídos pelos princípios das necessidades básicas.

De acordo com Santagada (1993), a perspectiva do desenvolvimento vai além das dimensões econômicas e do progresso técnico, tendo suas raízes no final da década de 1960. Nesse período, diversos organismos mundiais e regionais começaram a se engajar na criação de indicadores sociais, buscando acompanhar a evolução da qualidade de vida e do bem-estar dos cidadãos. A expressão "indicadores sociais" surgiu nos EUA em 1966, em um momento turbulento da história do país, marcado por acontecimentos importantes, como o assassinato do presidente Kennedy, a participação na Guerra do Vietnã e os movimentos de protesto liderados por negros, "chicanos" e porto-riquenhos. Esse cenário evidenciou um paradoxo entre o crescimento econômico e as demandas sociais não atendidas. Santagada (1993) argumenta que esse paradoxo destacava a necessidade de o Estado implementar ações de Bem-Estar Social para garantir políticas sociais adequadas. (*apud* Santos *et al.*, 2012, p. 54)

Portanto, entra em contexto a abordagem social no conceito de desenvolvimento, exigindo uma nova postura do Estado e das instituições internacionais como a ONU, o FMI, o BRD e a OMC. Principalmente devido ao modelo capitalista se mostrar insuficiente para

resolver suas próprias crises, a exemplo do ocorrido em 1929, 1973, 1979 e em 2008, e ao modelo socialista por fracassar nas promessas de progresso e deixar de se expandir pelo esgotamento de seu próprio modelo.

2.3.2 *Desenvolvimento sustentável*

Segundo Sachs (2000 *apud* Ballingieri, Souza e Miranda, 2018), as oscilações dos debates sobre o desenvolvimento internacional acompanham de perto as flutuações das agendas políticas nos países do Hemisfério Norte, independentemente de serem positivas ou negativas. O autor menciona que o entusiasmo desenfreado pelo crescimento econômico se revelou em diferentes momentos históricos.

Santos (*et al.*, 2012), aponta que talvez tenha sido Thomas Malthus o primeiro a apresentar a problemática do abastecimento de alimentos devido aos limites dos recursos naturais, reconhecendo que a produção de alimentos crescia de modo linear, enquanto o aumento populacional avançava em progressão geométrica. No entanto, sua obra *Ensaio Sobre o Princípio da População* restringia-se basicamente em modelos matemáticos e formas de inibir a fertilidade humana, sob o medo de a expansão agrícola ter que ser infinitamente maior que a capacidade terrestre, talvez como uma preocupação da renovação de recursos naturais.

No entanto, em 1945, conforme mencionado nas subseções anteriores, isso refletiu o desejo do Ocidente de reconstruir suas economias após uma guerra devastadora. Posteriormente, a ênfase no planejamento da mão-de-obra refletiu o temor dos Estados Unidos da América após o choque do lançamento do Sputnik em 1957 pela URSS. Nos anos 1960, a descoberta das necessidades básicas foi impulsionada pela luta interna dos EUA contra a pobreza, liderada pelo presidente Lyndon Baines Johnson, gerando preocupações sobre as desigualdades no mundo. Deste modo, para Sachs (2000), o significado atribuído ao desenvolvimento está intimamente ligado à perspectiva das nações mais ricas, e o tema do meio ambiente não foge a essa regra (*apud* Ballingieri, Souza e Miranda, 2018).

Portanto, foi a emergência da questão ambiental no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, que provocou a primeira grande transformação no conceito de desenvolvimento. Segundo Sachs (2000), após o entusiasmo pelo crescimento econômico nas décadas de 1940 e 1950, seguido pela descoberta das necessidades básicas e de bem-estar nos anos 1960, a sobrevivência do planeta passou a ser o novo foco do desenvolvimento a partir da década de 1970, impulsionando um novo frenesi em direção a essa preocupação (*apud* Ballingieri, Souza; Miranda, 2018).

O ponto de virada, respeitando a cronologia dos fatos, foi em abril de 1968, com o surgimento de um grupo formado por 30 pessoas (dentre elas se encontravam cientistas, educadores, economistas, empresários, servidores públicos), oriundas de 10 países, denominados Clube de Roma⁵. No entanto, apenas a partir da publicação do relatório denominado *Limites do Crescimento*, um estudo realizado pelo MIT encomendado pelo próprio grupo que o fez ser conhecido mundialmente. Os objetivos deste estudo e do Clube de Roma pode ser visto no seguinte trecho do relatório:

O objetivo do projeto é examinar o complexo de problemas que afligem os povos de todas as nações: pobreza em meio à abundância; deterioração do meio ambiente; perda de confiança nas instituições; expansão urbana descontrolada; insegurança de emprego; alienação da juventude; rejeição de valores tradicionais; inflação e outros transtornos econômicos e monetários. Estes elementos aparentemente divergentes da "problemática mundial", como os denomina o Clube de Roma, têm três características em comum: ocorrem, até certo ponto, em todas as sociedades; contêm elementos técnicos, sociais, econômicos e políticos; e, o que é mais importante, atuam uns sobre os outros. O dilema da humanidade é que o homem pode perceber a problemática e, no entanto, apesar de seu considerável conhecimento e habilidades, ele não compreende as origens, a significação e as correlações de seus vários componentes e, assim, é incapaz de planejar soluções eficazes. Fracasso que ocorre, em grande parte, porque continuamos a examinar elementos isolados na problemática, sem compreender que o todo é maior do que suas partes; que a mudança em um dos elementos significa mudança nos demais. (Meadows *et al.*, 1978, p. 11)

No ano de 1973, em meio a cenários de projeções ambientais alarmantes e influenciado pela Primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que ocorreu no ano anterior em Estocolmo, surgiu o conceito de *ecodesenvolvimento*. Esse conceito foi definido pela *United Nations Environment Program* (Unep) – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – que, segundo Nobre e Amazonas (2002, p. 35 *apud* Ballingieri, Souza e Miranda, 2018, p. 291), é tido como o processo de “desenvolvimento em níveis local e regional (...) consistentes com os potenciais da área envolvida, dando-se atenção ao uso adequado e racional dos recursos naturais e à aplicação de estilos tecnológicos”.

Para autores como Layrargues (1997) e Sachs (2000), a abordagem do *ecodesenvolvimento* apresenta uma visão prospectiva que abrange décadas ou até mesmo séculos no futuro. Essa abordagem pressupõe a necessidade de um amplo entendimento das culturas, dos ecossistemas e das interações entre os indivíduos e o meio ambiente. Além disso, demanda a participação ativa dos cidadãos na formulação de estratégias de planejamento. Outro

⁵ História do Clube de Roma pode ser encontrada em: <https://www.clubofrome.org/history/>

ponto importante é que o conceito de ecodesenvolvimento encontrou resistência devido à sua sugestão de desacelerar intencionalmente o crescimento econômico como forma de mitigar os impactos no ambiente. Isso levou a uma recepção não muito favorável desse conceito, abrindo caminho para o surgimento e a subsequente consolidação, a partir de 1987, do paradigma do desenvolvimento sustentável que advogava pelo crescimento econômico como meio de reduzir a pobreza e, conseqüentemente, os desafios ambientais (*apud* Ballingieri, Souza e Miranda, 2018).

Outro marco importante na consolidação do conceito de desenvolvimento sustentável aconteceu em 1992. Na ocasião, a Organização das Nações Unidas (ONU) realizou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD) no Rio de Janeiro. Essa conferência ficou mais conhecida como Rio 92, fazendo referência à cidade que a sediou, também como a “Cúpula da Terra”, pois mediou acordos entre os Chefes de Estado presentes. Durante a Rio 92, 179 países participantes concordaram e assinaram a Agenda 21 Global. Essa agenda é um programa de ação baseado em um documento com 40 capítulos, representando a mais abrangente tentativa já realizada de promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” foi utilizado para expressar intenções e o desejo de mudança para esse novo modelo de desenvolvimento no século XXI.

Em 2000, os países membros da ONU propuseram os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecendo metas para o período de 2000 a 2015. Houve avanços significativos na redução da pobreza global, no acesso à educação e à água potável. Com o sucesso dessa primeira iniciativa, surgiu o desejo de continuar o trabalho já realizado, definindo novas metas para os próximos 15 anos. Assim, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) surgiram como sucessores dos Objetivos do Milênio (ONU, 2024).

Na conferência Rio+20⁶, realizada pelas Nações Unidas no Rio de Janeiro em junho de 2012, os 193 Estados membros discutiram o desenvolvimento sustentável, ou seja, uma forma de progresso que atenda às necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades. Foi nesse evento que os ODS foram estabelecidos, um plano de ação com 17 objetivos globais a serem atingidos até 2030,

⁶ Para um olhar aprofundado recomenda-se Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/desenvolvimento-sustentavel/o-brasil-e-o-desenvolvimento-sustentavel>

conforme exposto na Figura 3, visando promover o crescimento e a cooperação de todos os países em uma agenda de sustentabilidade (ONU, 2024).

Figura 3 - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Organização das Nações Unidas (2024)

Se de um lado este novo paradigma surge como um potencial substituto ao velho paradigma industrial, econômico e do progresso técnico, por outro lado, um olhar mais crítico pode observar que toda esta nova acepção se trata um aditivo ao conceito predominante, conforme já foi observado por diversos pesquisadores:

Diversos autores criticam o conceito de desenvolvimento sustentável, por entenderem que seu sentido é frágil, vago e inacabado. Por exemplo, Layrargues (1997) afirma que o desenvolvimento sustentável não está preocupado em preservar o meio ambiente, mas sim em manter a lógica do livre mercado. Sachs (2000) e Escobar (2007) defendem que o conceito transformou a natureza em meio ambiente, tornando-a passiva e sem vida. Para Nobre e Amazonas (2002), o conceito possui força justamente pela sua imprecisão, ou seja, tornou-se aceito porque agregou posições teóricas e políticas contraditórias (Ballingeri, Souza; Miranda, 2018, p. 292).

Desde que o conceito se tornou popular, a literatura disponível demonstra não existir consenso entre pesquisadores sobre qual a melhor forma de mensurar e avaliar os níveis de desenvolvimento. A Comissão para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (CDS) divulgou as Diretrizes e Metodologias para Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, mais

conhecidas como o "Livro Azul"⁷. Esse documento estabelece as bases do desenvolvimento sustentável em quatro dimensões: social, ambiental, econômica e institucional, incorporando um conjunto de cinquenta indicadores essenciais e mais 46 indicadores complementares (UN, 2007).

Ballingieri, Souza e Miranda (2018), no entanto, afirmam que muitos autores, incluindo Veiga (2010), reconhecem a complexidade de mensurar o desenvolvimento sustentável, devido à ampla diversidade, heterogeneidade, ambiguidade e subjetividade de seus indicadores.

2.3.3 *Desenvolvimento humano*

Na busca de um indicador que pudesse representar o desenvolvimento, desde o final da década de 1980, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tem acompanhado a performance de países na aplicação de políticas públicas. Deste modo, inspirados pelas premissas liberais do economista Amartya Sen, o PNUD pôde definir o desenvolvimento humano como um processo que engloba a expansão das opções individuais, permitindo o acesso a uma vida longa e saudável, a aquisição de conhecimentos e a disponibilidade de recursos essenciais para manter um padrão de vida adequado (Ivo, 2012).

Para Sen (2000), o desenvolvimento é como o progresso de uma nação está intrinsecamente ligado às chances que ela proporciona a sua população para efetuar escolhas e exercer plenamente sua cidadania. Isso abrange não somente a garantia dos direitos sociais fundamentais, como alimentação, saúde e educação, mas também as liberdades ligadas à instrução, à participação política, à rejeição da censura e outras. Logo, o desenvolvimento autêntico só se manifesta quando os frutos do crescimento contribuem para ampliar as opções e as possibilidades individuais, viabilizando uma vida duradoura, saudável e o acesso aos recursos essenciais para uma qualidade de vida condizente com a atual e as futuras gerações. Em suas palavras:

O desenvolvimento requer que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos. A despeito de aumentos sem precedentes na opulência global, o mundo atual nega liberdades elementares a um grande número de pessoas – talvez até mesmo à maioria. As vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de

⁷ *Indicators of Sustainable Development: guidelines and methodologies* – Disponível em <https://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/guidelines.pdf>

obter uma nutrição satisfatória ou remédios para doenças tratáveis, a oportunidade de vestir-se ou morar de modo apropriado, de ter acesso a água tratada ou saneamento básico. Em outros casos, a privação de liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social, como por exemplo a ausência de programas epidemiológicos, de um sistema bem planejado de assistência médica e educação ou de instituições eficazes para a manutenção da paz e da ordem locais. Em outros casos a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas a liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade (Sen, 2000, p. 18).

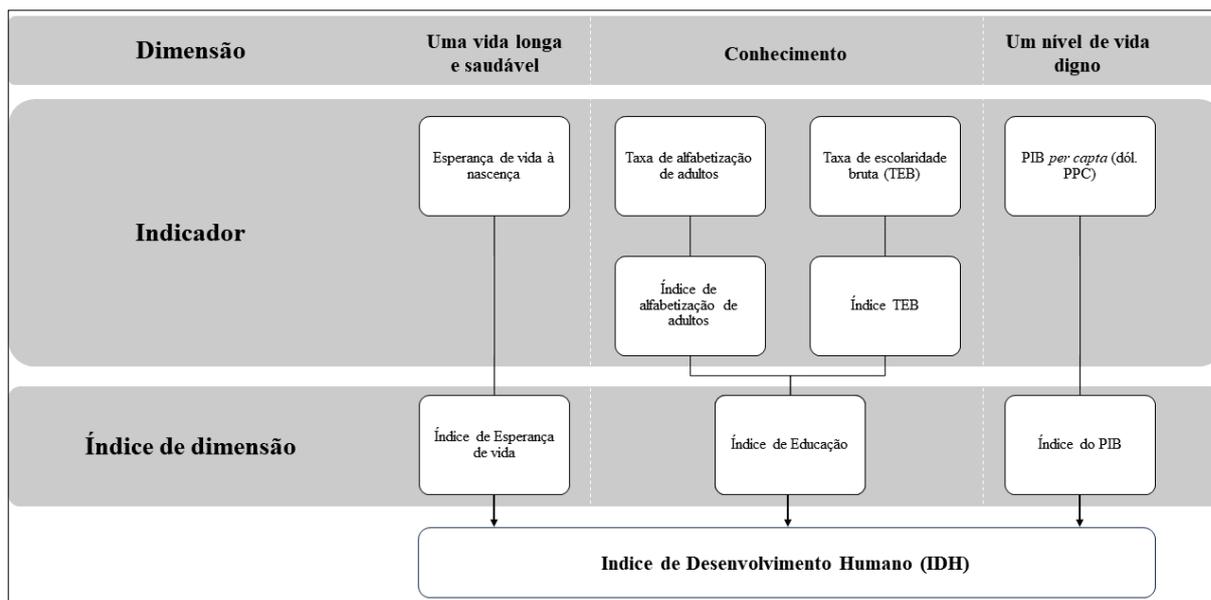
Ballingieri, Souza, Miranda (2018) e Santos *et al.* (2012) apresentam que através dos trabalhos dos economista Amartya Sen e Mahbul ul Haq⁸, o PNUD adotou novas perspectivas acerca do desenvolvimento sob o olhar social e humano. Ivo (2012, p. 203) analisa que o diagnóstico de Sen (2000) “[...] sugere a mobilização e o poder dos ‘pobres’ no enfrentamento da sua própria condição de pobreza”. Essa proposição fortalece a visão emancipatória de autonomia e responsabilidade individual para aqueles em situação de pobreza e vulnerabilidade social. Ela pressupõe a conversão dos indivíduos denominados pobres de um estado de passividade para se tornarem agentes ativos, impulsionando a mudança social.

Portanto, com base nos ideais expostos, em 1990, foi lançado o primeiro Relatório sobre o Desenvolvimento Humano sobre o qual se apresenta o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Para Oliveira (2002, p. 46) “[...] a publicação do primeiro relatório sobre o desenvolvimento humano suscitou uma série de debates acerca da eficiência das políticas de desenvolvimento humano”.

Diante disso, o IDH passa a ser o termômetro de avaliação das políticas públicas para o desenvolvimento. Segundo Diniz (2010), o IDH é fundamentalmente calculado a partir de outros 3 indicadores que monitoram o desempenho da renda per capita que representa um nível de vida digno; o acesso à saúde e saneamento que pode ser traduzido em uma vida longa e saudável; e a educação através da indicação da média de tempo dedicado ao ensino formal e as taxas de alfabetização. A formação deste indicador pode ser observada sinteticamente na Figura 4:

⁸ Também pode ser visto em: <https://www.undp.org/pt/brazil/o-que-é-o-rdh>

Figura 4 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: Adaptado de Diniz (2010, p. 50)

Ballingieri, Souza, Miranda (2018, p. 292) mencionam que o indicador “[...] se tornou uma medida de desenvolvimento bastante aceita, adaptada por muitos países para uso nacional, estadual e municipal, inaugurando e institucionalizando, assim, o paradigma do desenvolvimento humano”.

Para Ivo (2012) este paradigma está fundamentado na visão liberal de autonomia do indivíduo empoderado, no caso o pobre ou mais vulnerável, e não aborda as condições estruturais cruciais que determinam a pobreza e a vulnerabilidade social. Esse enfoque tem exercido influência sobre a formulação das políticas sociais modernas, que se baseiam em paradigmas como o do capital humano, capital social e governança local. Essas abordagens perpetuam a ideia de que o desenvolvimento ocorre apenas através da capacitação individual dos vulneráveis, na busca por superar suas próprias circunstâncias de vulnerabilidade.

Destarte, precipita-se a conclusão de que não há paradigma ou modelo de desenvolvimento que de fato transborde o atendimento das necessidades reais da sociedade? Pôde-se perceber que cada paradigma traz consigo coerências e incoerências pontuais. Desenvolvimento, portanto, torna-se um conceito multidimensional, ao mesmo tempo que é subjetivo, também é coletivo.⁹

⁹ O *paradigma do desenvolvimento subjetivo* surgiu a partir dos anos 2000, sendo que o governo do Butão construiu o índice que no Brasil é denominado de Felicidade Interna Bruta (FIB) e pode ser visto com detalhes no site: <https://www.fib2030.com.br/sobre-o-fib>

Dallabrida (2017) faz um vasto estudo sobre as Teorias do Desenvolvimento e apresenta outros modelos e teorias, grande parte já elencada nesta pesquisa, que possivelmente transitam por diversos paradigmas, mas o ponto em comum entre elas é a crítica aos modelos propostos pelo paradigma dominante como: As Teorias Clássicas Espaciais ou da Localização; Teorias do Crescimento Regional; Nova Geografia Econômica; A Escola da Especialização Flexível; Os Sistemas de Inovação Regional; O Neoevolucionismo de Rostow; A Teoria da Dinâmica Circular Cumulativa; A Teoria dos Encadeamentos Produtivos; A Teoria dos Polos de Crescimento; Teoria Neoclássica de Crescimento; a Teoria do Crescimento Endógeno; a Teoria da Modernização, O Enfoque da Ciência Regional; e as contribuições das Teorias Neomarxistas no debate sobre o desenvolvimento¹⁰.

Deste modo, com a finalidade de trazer uma abordagem multidimensional e interdisciplinar sobre desenvolvimento para a presente pesquisa, faz-se necessária a discussão a respeito da abordagem do desenvolvimento territorial. Afinal, Ballingieri, Souza, Miranda (2018) ressalta que a definição de novos conceitos, paradigmas e indicadores de desenvolvimento não desabona ou substitui os anteriores. Eles sugerem que existe uma superposição entre conceitos, permitindo a coexistência de distintos paradigmas de desenvolvimento.

2.4 Desenvolvimento Territorial

A pesquisa e o estudo das abordagens sobre desenvolvimento territorial desempenham um papel fundamental na compreensão das dinâmicas socioeconômicas, ambientais e culturais que moldam as regiões e comunidades em todo o mundo. O desenvolvimento territorial refere-se à maneira como os recursos, as atividades econômicas e as interações sociais se organizam em um determinado espaço geográfico. Compreender essas dinâmicas é essencial para promover um crescimento equitativo e sustentável, além de permitir a implementação de políticas e estratégias eficazes que atendam às necessidades específicas de cada região.

A pesquisa nesse campo abrange uma ampla gama de tópicos, desde análises econômicas e políticas até considerações socioculturais e ambientais. Ela oferece *insights* valiosos para governos, organizações não governamentais, empresas e outros atores interessados em promover o desenvolvimento local e regional. Ao entender as complexidades das interações entre fatores como infraestrutura, capital humano, recursos naturais e cultura, os

¹⁰ Na obra *Teorias do Desenvolvimento*, de Valdir Roque Dallabrida (2017), o Capítulo 1 é inteiramente dedicado na explanação dos modelos teóricos sobre o desenvolvimento.

formuladores de políticas podem criar estratégias mais adaptadas e eficazes para impulsionar o crescimento sustentável.

2.4.1 Território e territorialidades

A geografia e outras disciplinas sociais frequentemente empregam os termos espaço, região e território para descrever diferentes dimensões da realidade geográfica e humana. Embora esses conceitos estejam interligados, cada um possui uma definição e aplicação distintas. Com o objetivo de ampliar a concepção sobre território e territorialidades, bem como sua relação com desenvolvimento, faz-se necessária a definição destes conceitos neste ponto da pesquisa, pois, segundo Dallabrida (2017, p. 138), “[...] o território é tomado como a categoria conceitual básica para o debate sobre a dinâmica territorial do desenvolvimento”.

Como ponto de partida, conceitua-se espaço que, segundo Wizniewsky *et al.* (2018), refere-se à dimensão tridimensional na qual todos os objetos e eventos ocorrem. O espaço geográfico inclui tanto os elementos físicos, como montanhas e rios, quanto os aspectos sociais e culturais, como cidades e estruturas humanas. Ele é entendido como o cenário onde ocorrem as interações entre diferentes elementos e agentes geográficos. Em suas palavras:

O espaço é o conceito mais amplo de todos e deve ser entendido junto com o tempo, pois são conceitos inseparáveis – podemos dizer que tudo o que existe se situa no tempo e no espaço, o tempo é quando algo ocorre e o espaço é o onde. O espaço geográfico é um espaço concreto, ou seja, é a superfície do nosso planeta. Composto por dois elementos principais, a sociedade humana e a natureza, o espaço geográfico é fruto de uma ação humana sobre a natureza, modificando-a, construindo novas infraestruturas (Wizniewsky *et al.*, 2018, p. 37).

Saquet (2013, p. 113) esclarece que: “[...] o espaço geográfico é estudado considerando-se os elementos da natureza e dos processos históricos e mostrando conexões entre diferentes níveis escalares”. Restando-se o entendimento de que o espaço geográfico pode ser estudado conforme suas características materiais ou imateriais, considerando um ponto específico ou uma área delimitada como, por exemplo, de uma cidade, região ou nação. Saquet (2011, p. 6) aponta que “A localização é importante, bem como a delimitação (fronteira), o acesso ao mar, a altitude, a circulação, resultando na organização do espaço, juntamente com as condições naturais”.

O território é uma área do espaço geográfica que é reivindicada e controlada por um grupo humano ou uma entidade política. Ele envolve não apenas a delimitação física, mas

também implica autoridade e jurisdição sobre essa área. O território frequentemente carrega significados simbólicos e culturais para aqueles que o controlam. Pode ser tão pequeno quanto um jardim pessoal ou tão vasto quanto uma nação soberana.

No período de 1960 e 1990, a compreensão de território ganha destaque e é interpretado com base nos conceitos de controle, autoridade e administração de uma determinada região, seja por entidades estatais ou grandes corporações. Dessa forma, a noção de território está intrinsecamente ligada à ideia de controle, poder ou administração de uma área específica.

Existindo uma perspectiva predominante que associa o poder principalmente às ações estatais, porém, é igualmente reconhecido o poder presente em outras interações sociais. Isso representa um notável progresso, expandindo a abordagem e a apreensão do território ao incorporar elementos tangíveis e intangíveis (Saquet, 2011).

Dallabrida (2016, 2017) reforça esta tese sobre território e o considera como uma categoria conceitual básica para o debate acerca do desenvolvimento territorial. O autor também entende o território como um lugar ou espaço sobre o qual o Estado exerce sua soberania. Ele apresenta duas concepções sobre o território:

Generalizando, é possível afirmar que predominam duas concepções sobre território, uma mais tradicional e outra contemporânea. Na concepção tradicional, predomina o significado de território como a área espacial sobre a qual um determinado estado tem jurisdição (no caso do Brasil, nas diferentes esferas da federação, municipal, estadual e federal) como área dependente de uma nação, província ou localidade, ou jurisdição, sobre o qual o Estado exerce soberania. A segunda, mais contemporânea, que concebe o território como recorte do espaço geográfico relacionado ao uso e apropriação, em que se expressam relações de poder, identidades e territorialidades individuais ou grupais (Dallabrida, 2017, p. 139-140).

Para o atingimento dos objetivos desta pesquisa, assume-se a segunda concepção apontada pelo autor o qual ainda sugere que para se aprofundar nas implicações práticas sobre a intervenção territorial, é necessário adentrar em outras categorias conceituais: (i) territorialidade; (ii) identidade territorial; (iii) ancoragem territorial; ativos e recursos territoriais; e (iv) patrimônio territorial, todos como base para o processo de desenvolvimento territorial.

No que se refere a territorialidade, Dallabrida (2016, p. 23; 2017, p. 145) introduz que “[...] a noção de territorialidade contribui para a construção do sentimento de pertencimento a um determinado território, do que decorre a identidade territorial”. O autor ainda menciona a acepção de territorialidades segundo autores como Raffestin (1993), Haesbaert (2007), Corrêa

(1994), Santos e Silveira (2001), Souza (1995), Saquet (2003, 2015) e Sack (1986), conforme sintetizados no trecho a seguir:

Coexistem várias concepções sobre territorialidade: (i) conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo, em vias de atingir a maior autonomia possível; (ii) espaço de referência para construção de identidades; (iii) conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de grupos sociais ou as empresas; (iv) sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence; (v) relações de poder espacialmente delimitadas; e, sintetizando, (vi) correspondendo às relações sociais e às atividades diárias que os homens mantêm com seu entorno (Dallabrida, 2017, p. 145).

Dallabrida (2017) sintetiza que a territorialidade engloba todas as atividades cotidianas realizadas pelos agentes de um território com o propósito de assegurar a sobrevivência, perseguir seus anseios e aspirações, aprimorar suas circunstâncias de vida e executar ações que visam aprimorar a realidade sempre que viável e apropriado. Isso ocorre através da incorporação das dinâmicas locais e globais.

Saquet (2013, p. 115) apresentou territorialidade como “[...] um fenômeno social, que envolve indivíduos que fazem parte de grupos interagidos entre si, mediados pelo território; mediações que mudam no tempo e no espaço” e sintetiza que “O agir social é local, territorial e significa territorialidade”.

A identidade territorial é definida por Dallabrida (2017, p. 146) como um “[...] elemento diferenciador de um determinado agrupamento populacional, pois seus traços e características estão ligados ao meio físico, à cultura, as relações sociais econômicas, enfim, ao patrimônio territorial”. A identidade territorial cria e direciona os fluxos dos processos de territorialização; porém, as iniciativas de territorialização, por sua vez, fortalecem a conexão entre a comunidade e o território, reforçando o processo de identificação mútua.

No que tange à categoria conceitual de ancoragem territorial, o autor diz que “[...] estar ancorado territorialmente, resumidamente, representa estar enraizado no território” (Dallabrida, 2017, p. 147). O referido autor menciona que a literatura sobre o tema discorre predominantemente sobre estudos que relacionam a firma e o território. Tendo em vista o enraizamento territorial e a permanência em determinado território, do ponto de vista da firma, “[...] tem relação com o custo de oportunidade, ou de transação, a qual depende das condições socioeconômico-culturais e ambientais no território” (Ibidem, 2017, p. 148). Esta abordagem leva em consideração aspectos como proximidade, atratividade local ainda que se entenda a dinâmica de mercados globais.

Portanto, a ancoragem territorial, derivada de dinâmicas de proximidade, ocorre a partir da inserção na cultura do território e integração em suas atividades produtivas, de investigação e inovação e instituições em geral, na forma de processo intencionais dos atores territoriais (Dallabrida, 2017, p. 149).

A identidade e a ancoragem territorial possuem interação e são fenômenos decorrentes dos ativos e recursos territoriais. Dallabrida (2017) encerra a reflexão sobre os ativos e recursos territoriais evidenciando que o desafio das estratégias de desenvolvimento reside na capacidade de aproveitar os recursos singulares e identificar aquilo que possa se tornar o potencial distintivo de um determinado território. Isso demanda um processo de qualificação ou ativação dos recursos, ou seja, transformar esses recursos em ativos específicos. O sucesso dessa abordagem está intimamente ligado às habilidades dos grupos em termos de organização e formulação de um projeto político para um desenvolvimento sustentável que esteja ancorado nas particularidades territoriais.

Por fim, o autor apresenta como patrimônio territorial um dos elementos que compõe o processo de desenvolvimento territorial, mas reconhece que na literatura o tema é abordado como capital territorial por diversos autores¹¹. No entanto, após análise do autor, acata-se a definição de patrimônio territorial como um conceito mais abrangente que engloba tanto capital quanto os ativos e os recursos territoriais:

Assume-se a concepção de patrimônio territorial [...], como o conjunto de ativos e recursos, materiais e imateriais, genéricos e específicos, públicos e privados, de um determinado território. Os ativos territoriais são os fatores em plena utilização, enquanto os recursos são os fatores subutilizados ou ainda sem utilização alguma (Dallabrida, 2017, p. 152).

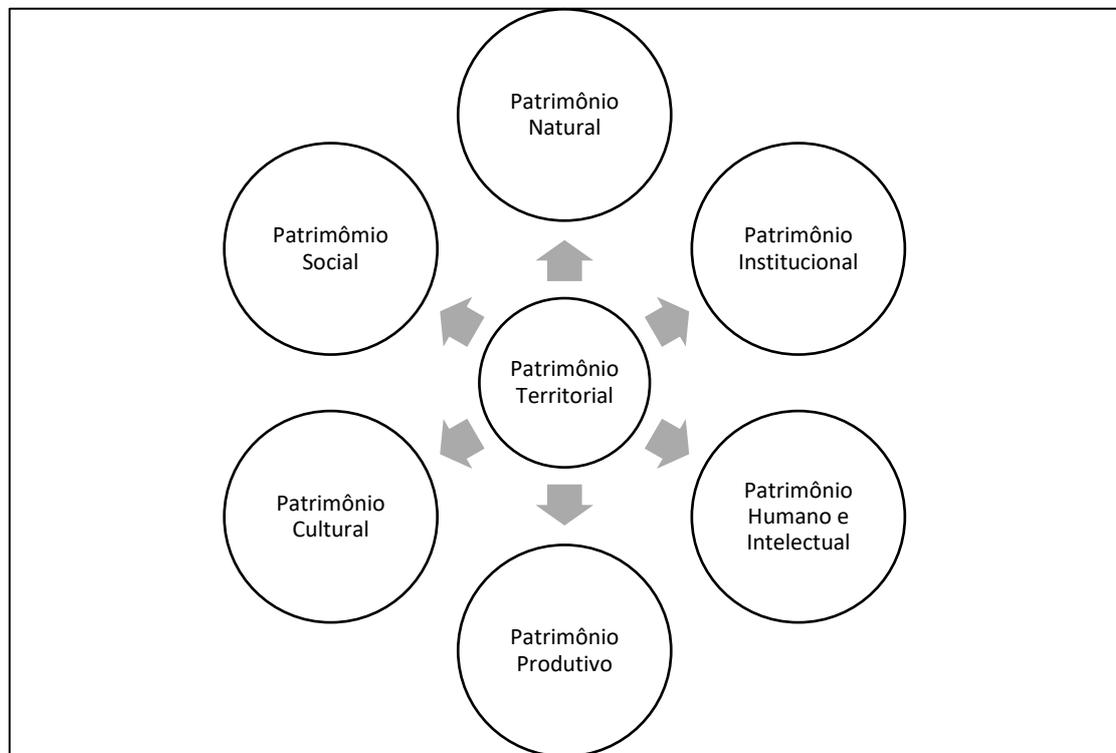
O autor menciona que “os componentes do patrimônio territorial são imperativos para o reconhecimento do território” (Dallabrida, 2017, p. 153). Portanto, o patrimônio territorial, juntamente com seus elementos constituintes, desempenha um papel central em qualquer intervenção ou análise relacionada ao território. Ele proporciona um ponto de partida fundamental para a reflexão sobre o desenvolvimento territorial, ao considerar os valores, atributos, ativos e recursos associados, sejam eles tangíveis ou intangíveis, de natureza genérica ou específica, com um enfoque especial nos últimos. Assim, é possível reconhecer os pontos

¹¹ Magnaghi (2000, 2003, 2005, 2011); Camagni (2008, 2009), Capello, Caragliu e Nijkamp (2009) e Caravaca, Gonzalez e Silva (2005)

de intervenção, através de um diagnóstico a partir do patrimônio territorial, permitindo que planejamento de ações propositivas conforme as particularidades e necessidades do território (Dallabrida, 2017).

Os ativos são representados pelo sistema produtivo e de infraestrutura, pelo ambiente natural, pela formação humana e intelectual, pelas expressões culturais e pela cultura empresarial, pelos valores sociais, pelas configurações de associativismo e pelas redes de relações, além das institucionalidades públicas, sociais e corporativas presentes no território. Dallabrida (2020) propõe 6 componentes do patrimônio territorial, representados na Figura 5:

Figura 5 - Patrimônio Territorial

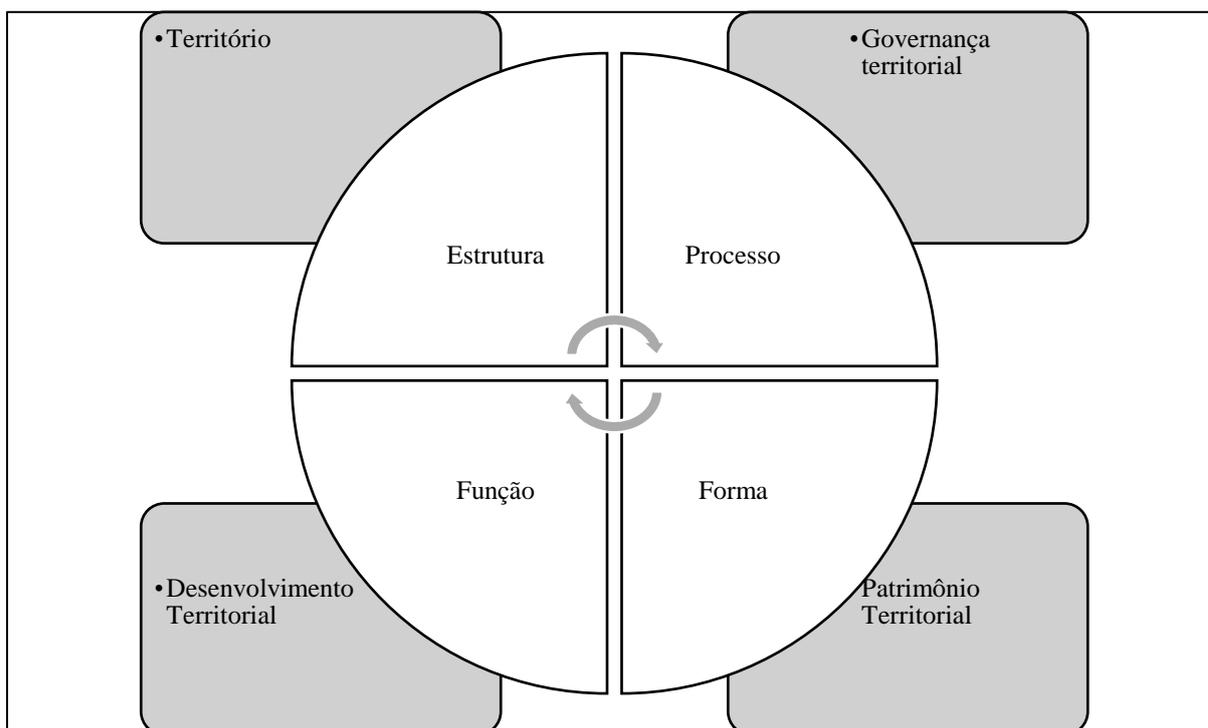


Fonte: Adaptado de Dallabrida, 2020, p. 70.

O Autor menciona que os ativos territoriais se referem aos fatores em plena utilização, enquanto os recursos são os fatores subutilizados ou ainda sem utilização alguma. A ativação desse patrimônio, por meio da aprendizagem coletiva e da interação social, destaca a possibilidade de criar meios ou ambientes inovadores, com alto potencial de oportunizar o aumento da coesão social e de superar as barreiras institucionais que limitam os processos de desenvolvimento territorial. Defendendo, portanto, que a atuação da governança territorial deve estar em consonância com o patrimônio territorial, como um processo de aprendizagem, tentativa e erro.

Segundo Santos (1997, *apud* Dallabrida, 2020), uma maneira de expandir a compreensão da dinâmica entre governança, território e desenvolvimento é estabelecer conexões entre as categorias de análise geográfica: estrutura, processo, forma e função. Considera-se, também, a dinâmica territorial do desenvolvimento, com base nos conceitos de território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial. Pode ser observado como um processo de desenvolvimento territorial, na Figura 6.

Figura 6 - Processo de Desenvolvimento Territorial



Fonte: Adaptado de Dallabrida, 2020.

Isso envolve o reconhecimento e a análise das diversas dimensões do patrimônio territorial como ponto de partida e orientação nos processos territoriais que buscam conceber novos usos e práticas socioeconômico-ambientais, visando ao bem-estar da população residente no território. Assume-se, portanto, as dimensões: produtiva; natural; humana e intelectual; cultural; social e institucional.

Com base no exposto, o autor sugere a necessidade de uma discussão coletiva destas ações propositivas como alternativas para o desenvolvimento territorial, permitindo a integração democrática e o protagonismo dos atores no desenvolvimento do território sob as premissas de uma governança territorial, cujo conceito e características são abordadas na subseção 2.5. Por hora, emprega-se a necessidade do aprofundamento na abordagem territorial do desenvolvimento.

2.4.2 Abordagem territorial do desenvolvimento

Neste contexto, Dallabrida (2017, p. 159) apresenta que “[...] a concepção de desenvolvimento territorial surge depois da década de 1970, no século XX, numa associação entre noção de território e desenvolvimento”.

O autor menciona a importância de se distinguir o desenvolvimento regional e o desenvolvimento territorial. Apresenta teses de diversos pesquisadores que em síntese compreendem que o desenvolvimento territorial rompe com as velhas tradições do desenvolvimento regional permitindo que a articulação dos conceitos de território e desenvolvimento seja transversal em um mundo globalizado, compreendendo os níveis e escalas entre o local e o global (Dallabrida, 2016).

Em Saquet (2019), o desenvolvimento territorial engloba conexões sociais e territoriais, equilibrando tradição e inovação, estabelecendo confiança e moldando a identidade político-cultural. Também incorpora tanto a dispersão quanto a interligação produtiva, com redes de colaboração e especialização. Dentro desse contexto, há espaço para concorrência e sinergia, bem como para potencializar as características intrínsecas de cada comunidade. Esse processo envolve um senso de pertencimento, proximidade e raízes. Além disso, ele envolve necessariamente aspectos públicos e populares, participativos e dialógicos, reflexivos e ecológicos, criando uma prática contrária à hegemonia que é adaptada conforme as particularidades de cada espaço-tempo-território, levando em consideração suas pessoas, necessidades, aspirações e ecossistemas.

O desenvolvimento territorial, portanto, carrega consigo o significado essencial da localização, do enraizamento, das relações de confiança, das interações simétricas e recíprocas, da sustentabilidade ambiental e cultural, da participação popular, da auto-organização e da resistência contra a hegemonia. Esse processo de desenvolvimento, arraigado localmente, incorpora a criatividade e a cultura que se amalgamam de forma única em cada território em conjunto com as demais variáveis político-econômicas e naturais, presentes em cada relação espaço-tempo-território (Barquero, 2007 *apud* Saquet, 2019).

O desenvolvimento territorial, como tal, assume as singularidades de cada território, das territorialidades (relações econômicas, políticas, ambientais e culturais) e temporalidades (ritmos, desigualdades), naturezas (ecossistemas: solos, vegetações, águas, climas etc.), mediações sociais-naturais (técnicas, tecnologias, conhecimentos etc.), mudanças e permanências, das gentes e culturas, da justiça social-territorial (Saquet, 2019, p. 34).

Saquet (2019), ainda menciona que a condução do desenvolvimento territorial, na prática, requer imperativamente uma abordagem e ação territoriais. Nesse sentido, é vital que essa condução seja abrangente, participativa tanto na pesquisa quanto na ação, voltada para as camadas populares, fundamentada em reciprocidade cooperativa e solidária, com ênfase em identidade, diálogo e confiança. Ela deve ser também interdisciplinar e ambientalmente consciente, fundamentada nas particularidades do local e na autonomia decisória das pessoas envolvidas, com raízes profundas, estabelecendo redes locais e promovendo autogestão, sempre com foco na comunidade e na resistência contra a hegemonia.

A geração de conhecimento popular, mediante uma abordagem participativa e dialógica, que seja tanto cultural como política, incorpora elementos substantivos de consciência de classe e de localidade. Essa consciência, por sua vez, exerce uma influência recíproca na formação de um corpo de conhecimento popular diretamente ligado à prática do desenvolvimento territorial (Saquet, 2019). Assim, o autor conclui que:

O sentimento de pertencimento a uma classe e a um lugar é fundamental para nosso envolvimento direto nos debates, projetos, programas e processos que precisam ocorrer no nível das comunidades rurais, dos bairros urbanos, dos condomínios residenciais, dos consórcios, das governanças, trabalhando juntos, numa relação sujeito-sujeito, de práxis e contra hegemonia aos agentes do capital e do Estado burguês (Saquet, 2019, p. 34).

Isto exposto, evidencia-se a necessidade da participação democrática e do envolvimento popular ou de representantes de entidades não somente em debates, mas também nos processos de gestão do território para que o desenvolvimento territorial ocorra a partir dos que vivem ou interagem com o território em si. Para esta feita, Dallabrida (2017, p. 153) sugere como método de gestão do desenvolvimento territorial a governança territorial: “Quanto à ação coletiva no território, com vistas a discussão e proposição de alternativas de desenvolvimento, os princípios explicitados na acepção de governança territorial são propostos como método de conduta [...]”.

Deste modo, a governança tem se mostrado um conceito fundamental para entender as dinâmicas socioeconômicas e políticas em diferentes escalas territoriais. No âmbito local, Dallabrida (2016, 2017) aponta, ao analisar o contexto da Itália, que a governança desempenha um papel crucial no desenvolvimento territorial, influenciando as transformações e o progresso de uma determinada região. Na próxima subseção, serão exploradas as interações entre governança e desenvolvimento territorial, destacando a importância da participação de diferentes atores e da articulação de interesses no processo de transformação de um território.

2.5 A importância da governança para o desenvolvimento

A palavra governança, segundo Dallabrida (2016, 2017), tem sido empregada em diversos contextos e em distintos campos do conhecimento, com recorrência de uso na Administração, na Ciência Política, na Sociologia, na Economia e na Geografia, nem sempre se referindo ao mesmo significado. Isso porque o termo pode traduzir posicionamentos ideológicos e políticos distintos, ainda que todas repercutam o conceito moderno do papel do Estado.

Visto que a governança territorial é proposta como modelo de gestão para o desenvolvimento territorial, faz-se necessária a investigação sobre o conceito de governança, os tipos e modelos existentes e como elas podem incutir ao desenvolvimento territorial. Assim, torna-se indispensável discorrer sobre governança em seu sentido mais amplo e genérico e governança territorial, considerando além da complexidade do termo, a sua relação com o desenvolvimento territorial.

2.5.1 Conceito e tipos de governanças

A palavra governança remonta à idade média. Segundo Pires *et al.* (2017) empregada no francês, no inglês e no espanhol, correspondendo respectivamente a *gouvernance*, *governance* e *gobernanza*. Representava basicamente a administração de determinada região e até mesmo representava a residência do governador ou o edifício que sediava o governo, no século XIII.

Porém, o termo contemporâneo de governança tem origens na Teoria da Firma, inaugurada por Ronald Coase, em 1937, com a publicação de seu artigo *The Nature of the Firm*¹². No entanto, foi a partir de Williamson (1989) que o termo se popularizou e, desde então, é amplamente utilizado para discutir as decisões de gestão no seio empresarial e está presente nos debates sobre ética empresarial na grade curricular dos cursos de Administração (Dallabrida, Becker, 2003; Cunha, 2007).

Amplamente difundida como *Corporate Governance*, no inglês, equivalente a Governança Corporativa, sua ideia central, segundo Pires *et al.* (2017, p. 25), consiste em “designar os dispositivos operacionalizados pela firma para conduzir coordenações eficazes aos contratos e à aplicação de normas”. Já segundo Cunha (2007):

¹² O artigo pode ser lido na íntegra pelo site: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>

A acepção governança foi primeiramente empregada para descrever os mecanismos de coordenação e controle de redes internas e externas às empresas, estando referenciada ao grau de hierarquização das estruturas de decisão das organizações. A governança é a matriz institucional na qual a transação é definida. Governança em rede, por sua vez implica no exercício de negociação entre autores (Williamson, 1989 *apud* Cunha, 2007, p. 125).

Dallabrida e Becker (2003, p. 76) apresentam que o termo migrou gradativamente do contexto empresarial e passa a ser utilizado amplamente ao “[...] mundo do poder e das organizações”. Dallabrida e Becker (2003) e Pires *et al.* (2017) identificam que a expressão se popularizou a partir de 1980, com a publicação do relatório do Banco Mundial no qual se encontra o termo *boa governança* no contexto de inspirar governos de países em desenvolvimento adotar na administração pública as *boas práticas* exercidas em empresas privadas. No entanto, Dallabrida e Becker (2003) entendem que isso é uma tentativa, por parte de economistas neoliberais, de transferir o ônus da responsabilização do fracasso da implementação de mudanças estruturais sugeridas por eles para os Estados de nações em desenvolvimento.

Na sequência, Pires *et al.* (2017) faz referência à União Europeia, referindo-se a acepção de governança adotada a partir de 1990. Segundo Pires *et al.* (2017, p. 25), “[...] o conceito de governança designa, daí em diante, todos os procedimentos institucionais das relações de poder e das formas de gestão públicas ou privadas, tanto formais como informais, que regem a ação política”.

O termo ganha notória complexidade e, diante disso, a partir de 2000, passa ser estudado interdisciplinarmente por diversos campos do conhecimento, ganhando, segundo Pires *et al.* (2017), novas denominações tais como: governança corporativa, governança política e governança territorial.

Para Pires *et al.* (2017), no contexto brasileiro, a abordagem inicial sobre governança territorial surgiu de maneira preliminar no trabalho de Dallabrida e Becker (2003). Em outras publicações, Dallabrida (2003) associou esse conceito à execução do planejamento do desenvolvimento, enfocando a institucionalização de um processo de colaboração entre atores públicos e privados. Esse enfoque foi inserido no âmbito das discussões sobre a dinâmica do desenvolvimento territorial.

Portanto, na visão de Dallabrida e Becker (2003), governança territorial, de forma concisa, compreende o exercício de poder e autoridade pelos cidadãos ou grupos devidamente organizados em suas instituições e organizações regionais. Isso se manifesta na administração dos recursos em nível local/regional e requer a instauração de um processo de diálogo social

em âmbito regional. Esse processo representa a mais abrangente articulação dos atores e agentes locais/regionais na determinação do padrão de desenvolvimento desejado e na definição de metas a serem atingidas. A partir da avaliação da realidade, são estabelecidas prioridades no tempo e no espaço, alocação de responsabilidades entre os grupos representados e formulação de estratégias para catalisar suas capacidades e sobrepujar os desafios.

É viável reconhecer uma variedade de modelos e práticas institucionais destinados à execução da governança territorial. Entre eles, podem ser mencionados os diferentes tipos: “[...] fóruns ou conselhos de desenvolvimento, as agências ou associações de desenvolvimento local ou regional, grupos de interesse diversos, associações cooperativas, consórcios, associações de classe, associações de produtores ou empresariais, dentre outras” (Dallabrida; Becker, 2003, p. 81).

A participação ativa dos atores/agentes regionais nos diferentes tipos de práticas institucionais voltadas ao exercício da governança territorial constitui-se no processo de concertação grupal ou corporativa para a elaboração dos consensos grupais ou corporativos. Isso constitui-se numa das condições básicas para que aconteça a tão almejada meta: a região tornar-se sujeito do seu processo de desenvolvimento (Dallabrida, Becker, 2003, p. 81).

Os autores concluem que as distintas formas de concertação que ocorrem dentro de grupos de interesse ou corporativos dão origem a um conjunto de líderes que formam o que é referido aqui como um bloco de poder socioterritorial. Esse processo pode resultar na seleção política de um modelo de desenvolvimento em detrimento de outro. Essa capacidade de escolha deriva da formação e surgimento de um novo bloco socioterritorial, que tem a habilidade de determinar novas direções para o desenvolvimento do território ou região. Isso acontece por meio da **formulação de um pacto socioterritorial ou de um projeto político** destinado a orientar o desenvolvimento (Dallabrida, Becker, 2003, grifo nosso).

Nesta sequência de raciocínio, Pires *et al.* (2017) sintetiza que a governança territorial se torna produto de um processo de interação entre elementos políticos, quais sejam, o bloco de poder sócio territorial, as redes de poder socioterritoriais, a concertação social e os pactos socio territoriais. Os autores também chamam a atenção que essa definição precisa abordar um aspecto metodologicamente desafiador nas pesquisas sobre governança, que está relacionado à inclusão dos agentes no processo de consenso e à eficácia das políticas de governança para o desenvolvimento territorial em âmbito local e regional. Conforme pode ser observado no Quatro 1, a seguir:

Quadro 1 - Elementos políticos da Governança Territorial

ELEMENTOS POLÍTICOS DA GOVERNANÇA TERRITORIAL	CARACTERÍSTICAS
1 – Bloco de poder sócio territorial	Refere-se ao conjunto de atores localizados histórica e territorialmente que pela liderança que exercem localmente assumem a tarefa de promover a definição dos novos rumos do desenvolvimento do território, através de processo de concertação público-privada.
2 – Redes de poder sócio territorial	Refere-se a cada um dos segmentos da sociedade organizada territorialmente, representados pelas suas lideranças, constituindo na principal estrutura de poder que, em cada momento da história, assume posição hegemônica e direciona política e ideologicamente o processo de desenvolvimento
3 – Concertação social	Processo em que representantes das diferentes redes de poder socio territorial, através de procedimentos voluntários de conciliação e mediação, assumem a prática da gestão territorial de forma descentralizada.
4 – Pactos socio territoriais	Refere-se aos acordos ou ajustes decorrentes da concertação social que ocorrem entre os diferentes representantes de uma sociedade organizada territorialmente, relacionada ao seu projeto de desenvolvimento futuro

Fonte: Pires *et al.*, 2017, p. 31

Exposto isso, Pires *et al.* (2017, p. 32) indicam que as formas de governança territorial podem ser organizadas em quatro categorias: Privada, Privada-Coletiva, Estatal-Privada e Pública-Tripartite. Esta dinâmica pode ser observada no Quadro 2.

Quadro 2 - Categorias de Governanças Territoriais

CATEGORIA DE GOVERNANÇA	CARACTERÍSTICAS	EXEMPLO
1 – Governança privada	São organizações privadas dominantes que impulsionam e pilotam dispositivos de coordenação de recursos com objetivo de apropriação privada do território. Neste caso, a grande empresa (um grande grupo) aparece como o motor do sistema, que estrutura o espaço produtivo local e regional.	- Governança Corporativa
2 – Governança privada-coletiva	O ator chave é uma organização formal que agrupa operadores privados e impulsiona a coordenação de recursos e estratégias. Encontra-se neste caso os sindicatos patronais e empresariais que agrupam operadores privados, que estrutura o espaço produtivo local e regional.	- Associações Empresariais - Sindicatos Patronais ou Empresariais - Entre outras
3 – Governança estatal-privada	O estado e as instituições públicas impulsionam a coordenação de recursos e estratégias territoriais com o setor privado. Neste caso, através dos órgãos públicos, autarquias e serviços coletivos, demandados por atores públicos ou privados do território.	- Sistemas Regionais Diversos iniciados pelo poder público; - Conselhos ou Núcleos Regionais diversos - Consórcios
4 – Governança pública-tripartite	São instituições públicas, organizações privadas e da sociedade civil, que juntas impulsionam a coordenação compartilhada de recursos e estratégias territoriais. São situações mistas e raras de autonomia relativa e sem domínio unilateral.	- Agências ou Fóruns - Arranjos produtivos Locais - Câmaras - Conselhos - Comitês

Fonte: Adaptado de Pires *et al.*, 2017, p. 31.

O autor menciona que essa estrutura teórica possibilita a aplicação dessas categorias que se concentram na distinção entre a natureza pública ou privada da governança, nas responsabilidades atribuídas e nas formas pelas quais os atores se apropriam dos recursos territoriais, nas diferentes modalidades de governança examinadas e, deste modo, essa abordagem metodológica tem a capacidade de ser expandida para incluir a análise das redes urbanas e regionais intermunicipais presentes nas várias formas de governança territorial existentes. Também sugere que é viável adotar a terminologia proposta por Storper e Harrison (1994, p. 176-177 *apud* Pires *et al.*, 2017) para a análise das estruturas de governança relacionadas aos "arranjos" ou "aglomerados" produtivos industriais e agrícolas, enfatizando o grau de flexibilidade e hierarquia dentro dessas estruturas, conforme exposto no Quadro 03.

Quadro 3 - Estrutura hierárquica das redes político-administrativas portadoras de Arranjos Produtivos Locais (APLs)

ESTRUTURA HIERÁRQUICA	CARACTERÍSTICAS DA GOVERNANÇA	SITUAÇÃO DA HIERARQUIA
1 – Anel sem núcleo	Ausência de município líder permanente, com direção compartilhada (de acordo com projetos).	Ausência de hierarquia
2 – Anel-núcleo com município economicamente preponderante	O município economicamente mais forte ocupa posição dominante; é o agente motor da cadeia produtiva regional, mas não pode sobreviver sozinho, nem condicionar a existência de outros municípios produtores no sistema.	Existe certa hierarquia
3 – Anel-núcleo com município líder	O município líder é largamente independente dos outros municípios produtores vizinho, o que lhe dá a possibilidade de determinar, pelo menos parcialmente, a sua periferia; por conseguinte, o seu arcabouço de empresas condiciona a existência das empresas dos seus vizinhos. Poder assimétrico hierarquizado.	Há hierarquia com assimetria nas relações de poder
4 – Núcleo sem anel	A cadeia produtiva está internalizada em apenas um único município motor da cadeia.	Hierarquia unilateral

Fonte: Adaptado de Pires *et al.*, 2017, p. 32-33.

Assim, denota-se que esta estrutura de hierarquia também pode ser encontrada fora do escopo das governanças privadas-coletivas. Ao estudar a estrutura de redes de poder dos Arranjos Produtivos Locais, Pires *et al.* (2017) conclui que não se trata apenas de uma análise da governança como componente de um sistema produtivo regional, mas pertencente de uma estrutura político-administrativa que faz parte de um sistema produtivo local que pode ser

complementada com a avaliação de Dallabrida e Becker (2003) em que a prática da governança territorial ocorre quando diversos atores e agentes atuam dentro de instituições e organizações da sociedade civil, interligados em redes de poder socioterritoriais que podem surgir a partir de interesses variados, sejam eles de natureza corporativa ou coletiva, essa podendo ser direta ou indiretamente alinhada com o interesse no desenvolvimento territorial.

2.5.2 Governanças como fator de desenvolvimento territorial

Segundo Fuini (2010), o desenvolvimento territorial tem como referência a presença de mecanismos internos de regulamentação dos fluxos econômicos e sociais, frequentemente associados ao conceito de desenvolvimento endógeno. Esse é um processo intrínseco que se desenrola em unidades territoriais menores, geralmente delimitadas politicamente como municípios, e em aglomerados humanos que possuem a capacidade de impulsionar o crescimento econômico e aprimorar a qualidade de vida da população. Além disso, o conceito também engloba a habilidade dos agentes e das comunidades locais de se organizarem e se mobilizarem com base nas características e potencialidades específicas da região, podendo ser por governanças, visando a intensificação da competitividade e a instigação de transformações.

Pires *et al.* (2017) aponta que de maneira geral, os arranjos de governança frequentemente têm início com metas específicas e, à medida que ganham aceitação social e respaldo político mais amplo, gradualmente incorporam uma gama mais extensa de assuntos que buscam abordar em suas operações. Isso sugere que a comunidade local atribui ao elemento de governança em questão um grau de confiança suficiente para lidar com determinados desafios de ordem pública.

Desse modo, a governança é um elemento fundamental para o desenvolvimento dos territórios locais, podendo inclusive ser tratada como seu recurso específico, pois é por meio dela que se concebe a aproximação e a configuração de redes de atores que caracterizam, através de seus compromissos, acordos e convenções. Isso posto, é possível afirmar que, conforme o nível de compartilhamento das decisões em uma estrutura de governança territorial pública envolvendo atores distintos com interesses comuns, maior o nível de satisfação dos integrantes da governança diante da contemplação de seus objetivos (Pires *et al.*, 2017, p. 35).

Assim, as estruturas de governança territorial atuam como inovações institucionais que diminuem incertezas e desigualdades de informação, permitindo que os atores ajam, cooperem e compitam no território. Elas oferecem diretrizes para interações e previsões das respostas dos

outros atores às ações individuais. Na visão de Pires *et al.* (2017, p. 36) as governanças territoriais são criadas e se desenvolvem pela tentativa e erro, ou seja, em suas palavras “ainda estamos na lógica do *learning by doing* [...]”.

Dallabrida (2017, p. 144) entende que “[...] os processos de desenvolvimento resultam de relações entre os seres humanos e os demais componentes no ambiente físico-natural, afetando, positiva ou negativamente, ora mais o ambiente físico-natural, ora mais a vida humana”. Tendo em vista que estas relações entre pessoas que desempenham o papel de atores ou agentes internos ou externos, representando os mais diversos setores, sejam eles a sociedade civil, o estado e o setor privado, o autor entende que há complexidade nestas interações, pois afetam o território. Assim, os processos de gestão da governança territorial se fazem necessária.

Portanto, considerando o contexto, o recorte territorial de Apucarana e a proposta de Dallabrida (2020) respeitando os processos de desenvolvimento territorial conforme já apresentados na Figura 6, quais sejam processo, forma, função e estrutura, estabelecem-se os seguintes critérios de avaliação no que se refere a colaboração da governança com sua função territorial:

Quadro 4 - Fatores e variáveis relacionadas a análise da governança e ao patrimônio territorial de um recorte espacial

Processo de Desenvolvimento Territorial	Informação Relevante	Dados a serem apreciados, qualificados ou quantificados
Território enquanto Estrutura	Setor Privado (corporativo)	Inventário
	Setor Público	Inventário
	Academia	Inventário
	Sociedade	Inventário
Governança Territorial enquanto Processo	Governança	Nome, objetivos e histórico de criação
	Categoria da Governança	Tipificação, categorização
	Entidades Participantes	Nome e descrição da entidade participante
Patrimônio Territorial enquanto Forma	Dimensão Territorial	Dimensão da Governança em si
	Dimensão dos participantes	Produtiva
		Natural
		Humana-intelectual (academia)
		Cultural
		Social
Institucional		
Desenvolvimento Territorial enquanto Função	Principais Ações	Levantamento das principais ações, seus objetivos, pessoas impactadas

	Principais Conquistas	Levantamento das conquistas efetuadas desde sua criação e qual o impacto em relação a sua função
--	-----------------------	--

Fonte: Elaborado pelo Autor (2024)

Deste modo, pretende-se minimamente obter informações necessárias para avaliar a participação da governança no desenvolvimento territorial. Para tanto, a análise se divide em: a) Território enquanto Estrutura; b) Governança territorial enquanto processo; c) Patrimônio Territorial enquanto Forma; e d) Desenvolvimento territorial enquanto função. Com base no exposto, apresentamos na seção 3 as possíveis contribuições das governanças para o desenvolvimento territorial no município de Apucarana.

3 GOVERNANÇAS E POSSIBILIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL EM APUCARANA

Esta seção tem como objetivo apresentar o contexto da cidade de Apucarana, situada no estado do Paraná, em relação ao seu histórico de ocupação territorial e as suas características geográficas. Também é abordado uma avaliação dos indicadores socioeconômicos e, na sequência são mapeadas as iniciativas de governanças existentes no município, respeitando a categorização de governanças. O diagnóstico das governanças existentes em Apucarana foi elaborado conforme as informações disponíveis e pesquisadas de cada iniciativa.

3.1 Localização e características gerais de Apucarana

Segundo Faria (2015), o século XIX marcou o início da colonização do norte do Paraná. Vale ressaltar que essa região já era habitada por grupos indígenas, incluindo os Guaianases, Caingang e Guaranis. Inicialmente, a ocupação teve motivações militares, visando proteger as terras, e propósitos administrativos, como a implementação da Colônia Militar de Jataí em 1854, assim como para a arrecadação de impostos.

A porção setentrional do Paraná englobava as terras delimitadas pelos rios Itararé, Paranapanema, Ivaí e Piquiri, abrangendo uma superfície total de 100 mil quilômetros quadrados. De acordo com registros da época, essa área foi subdividida em três regiões distintas: Norte Novo, Norte Velho e Norte Novíssimo (Faria, 2015).

A ocupação da região tornou-se mais efetiva, com a chegada da Estrada de Ferro Sorocabana, em 1908, à cidade de Ourinhos, no estado de São Paulo, fronteira com o Paraná. Nesse ínterim, um grupo de investidores ingleses chegou ao Brasil em dezembro de 1923, a serviço da Missão Inglesa, ou Missão Montangu. O objetivo da missão foi estudar a possibilidade de aplicação de seus capitais no Brasil e investir em terras para o possível cultivo de algodão, para suprir as necessidades da indústria britânica (Faria, 2015, p. 2958).

Este grupo de investidores ingleses possuíam uma subsidiária de seus empreendimentos denominada Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP) e, no período compreendido entre 1925 e 1927, a CTNP adquiriu extensas áreas de terra, totalizando 515 mil alqueires paulistas, situados entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí. No ano de 1929, após a compra da Companhia Ferroviária São Paulo - Paraná, cuja via férrea estava operante somente entre

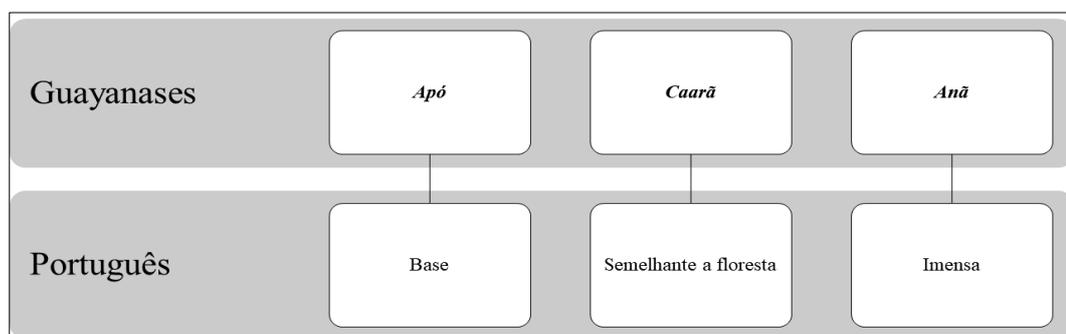
Ourinhos (SP) e Cambará (PR), as condições foram criadas para a expansão da linha ferroviária pelo território paranaense (Faria, 2015). Em síntese, a autora relata os seguintes fatos:

Em 1930, com a construção de uma estrada de rodagem até o patrimônio recém-criado denominado de Três Bocas, que passaria mais tarde a se chamar Londrina, começaram a chegar os colonos, compradores para os lotes. [...] a cidade de Londrina foi elevada a município em 1934. Nessa década foram fundados outros núcleos urbanos como Cambé, em 1930; Rolândia, em 1932; Arapongas, em 1935; Mandaguari, em 1937 e **Apucarana, em 1938**. Essas comunidades, até 1943 estiveram subordinadas, de várias maneiras, à cidade de Londrina (Faria, 2015, p. 2959, grifo nosso).

No ano de 1943, Apucarana se emancipa como núcleo urbano pertencente à Londrina e passa a ter autonomia econômica e política no centro-norte do estado do Paraná, através do decreto-lei nº 199, assinado pelo interventor Manuel Ribas, em 30 de setembro daquele ano (Faria, 2015).

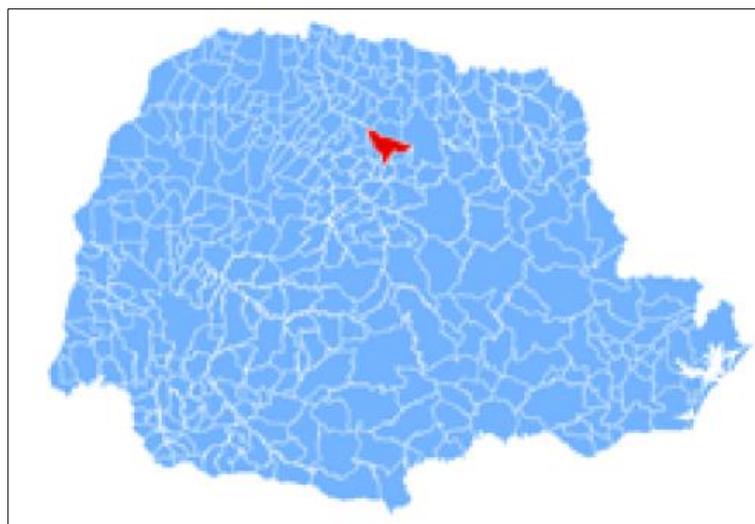
Em relação ao significado do nome, a autora menciona que não há consenso e a explicação mais aceita do historiador Alfredo Romário Martins, que apresenta uma tradução da língua dos nativos locais, os Guaianases, que significa literalmente “base semelhante a floresta imensa”. Conforme pode ser visto na Figura 7.

Figura 7 - Significado de Apucarana



Fonte: Elaborado pelo autor adaptado de Faria (2015)

Apucarana está localizada no estado do Paraná, no sul do Brasil. Situa-se na região centro-norte do estado, mais especificamente na região conhecida como "Norte Central Paranaense". A cidade está inserida em uma área caracterizada por um relevo predominantemente ondulado, e é cercada por terras férteis utilizadas principalmente para atividades agrícolas. A figura 8 apresenta a localização de Apucarana no Norte Central Paranaense.

Figura 8 - Localização de Apucarana no Paraná

Fonte: IPARDES, 2023

Geograficamente, a sede do município está situada a uma latitude de aproximadamente 23° 33' Sul e a uma longitude de cerca de 51° 28' Oeste, fazendo fronteira com os municípios de Mandaguari, Sabáudia, Araongas, Londrina, Marilândia do Sul, Califórnia, Rio Bom, Novo Itacolomi e Cambira (IPARDES, 2023). Conforme se observa na Figura 9.

Figura 9 - Divisa Fronteiriça de Apucarana

Fonte: IPARDES, 2023

O último censo realizado pelo IBGE, no ano de 2022, registrou no município de Apucarana 130.134 habitantes, sendo o 15º município mais populoso do estado do Paraná. A densidade demográfica foi de 233,64 hab/km² (IBGE, 2023).

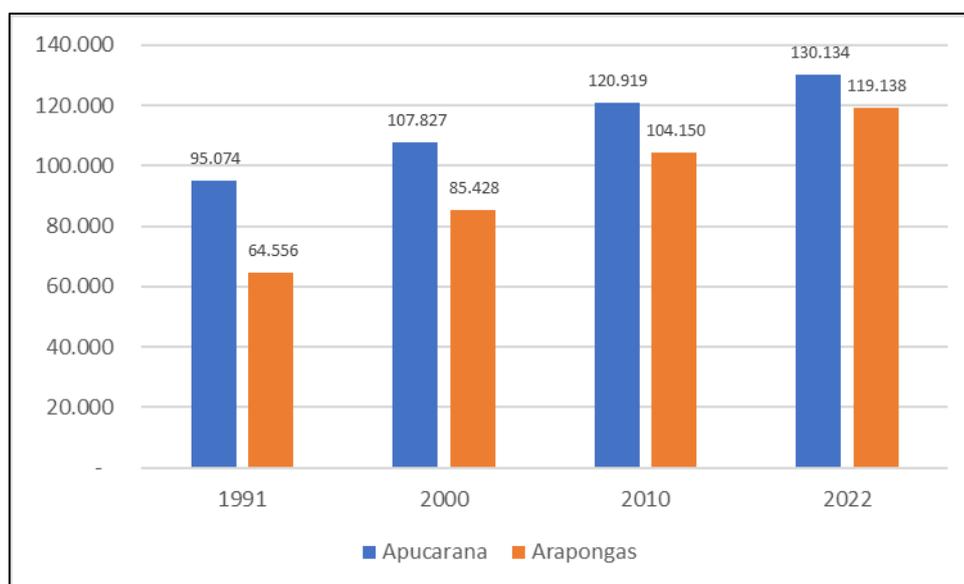
3.2 Avaliação dos indicadores socioeconômicos e das estruturas territoriais

O município de Apucarana está localizado no eixo mais dinâmico do norte do Paraná, que possui como grandes destaques econômicos Londrina e Maringá. Este eixo se destaca, segundo Costa (2016), em virtude de possuir um importante centro industrial, comercial e de prestação de serviços, atraindo população de outras regiões do Paraná. Também se destaca por conter um relevante polo universitário, um sistema de saúde complexo e especializado e um diversificado centro cultural.

Além de Londrina e Maringá, também se destacam os municípios de Apucarana e Arapongas, que ocupam posições importantes na região. No que diz respeito a Apucarana, foco da presente pesquisa, a sua economia vem se fortalecendo nas últimas décadas, com destaque para o seu parque industrial, o comércio e a prestação de serviços.

Para que se possa entender o dinamismo do desenvolvimento demográfico municipal, faz-se necessária a comparação da cidade objeto da pesquisa com outro município que goze de semelhanças históricas e socioeconômicas. Assim, em comparação com a cidade de Arapongas, a cidade de Apucarana apresenta a seguinte evolução populacional, conforme exposto no Gráfico 1:

Gráfico 1 - Evolução Demográfica de Apucarana e Arapongas

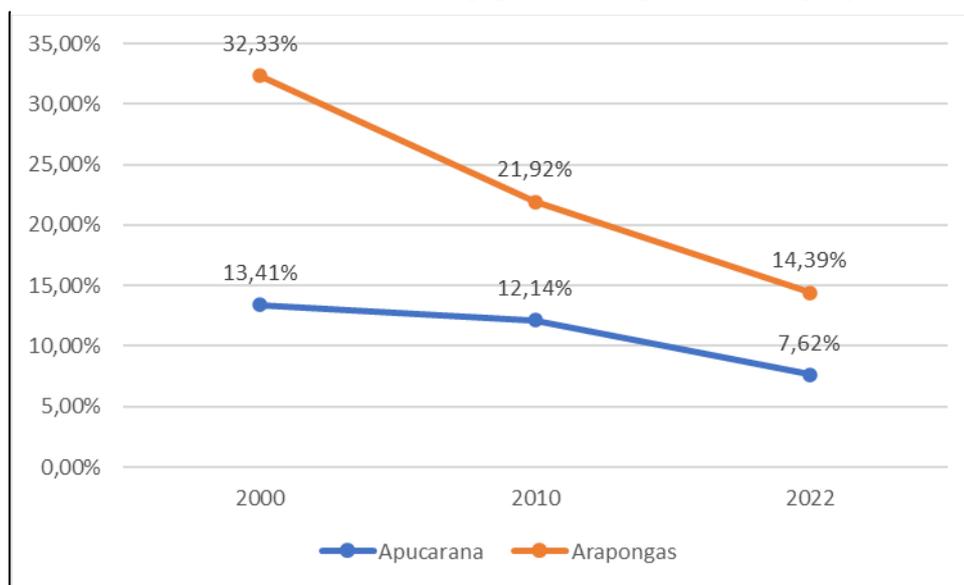


Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010, 2022)

Segundo os dados do IBGE, pode-se observar que entre os anos de 1991 e 2000 houve um crescimento populacional de 13,41% em relação a 1991, para Apucarana e de 32,33% para

Arapongas. Posto que em 2010 o crescimento foi de 12,14% e de 21,92% em relação ao ano 2000 para Apucarana e Arapongas, respectivamente, e que o censo de 2022 revela um crescimento de 7,62% para Apucarana em relação a 2010, contra 14,39% de Arapongas.

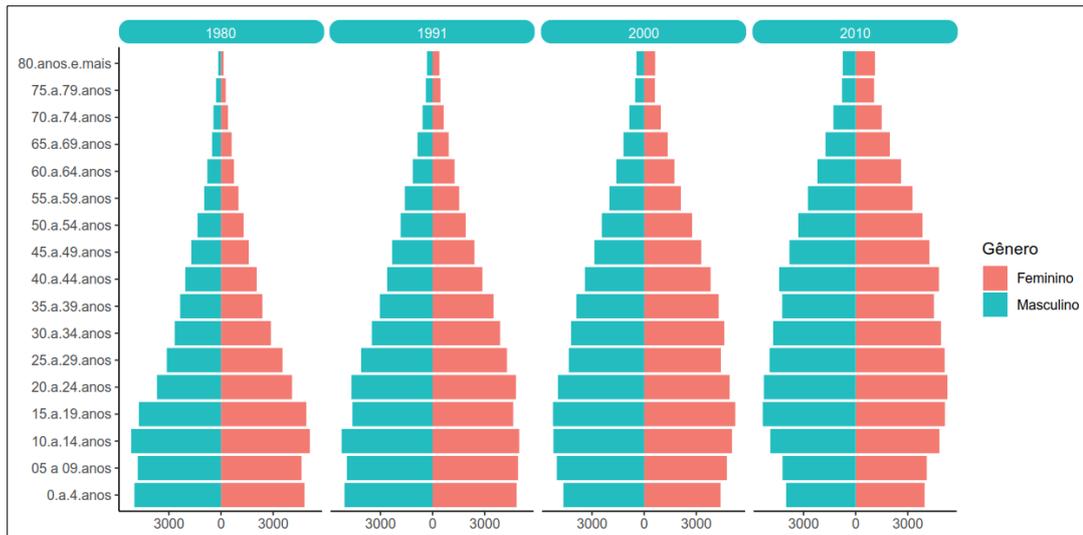
Gráfico 2 - Taxa de crescimento populacional: Apucarana e Arapongas



Fonte: IBGE (1991, 2000, 2010, 2022)

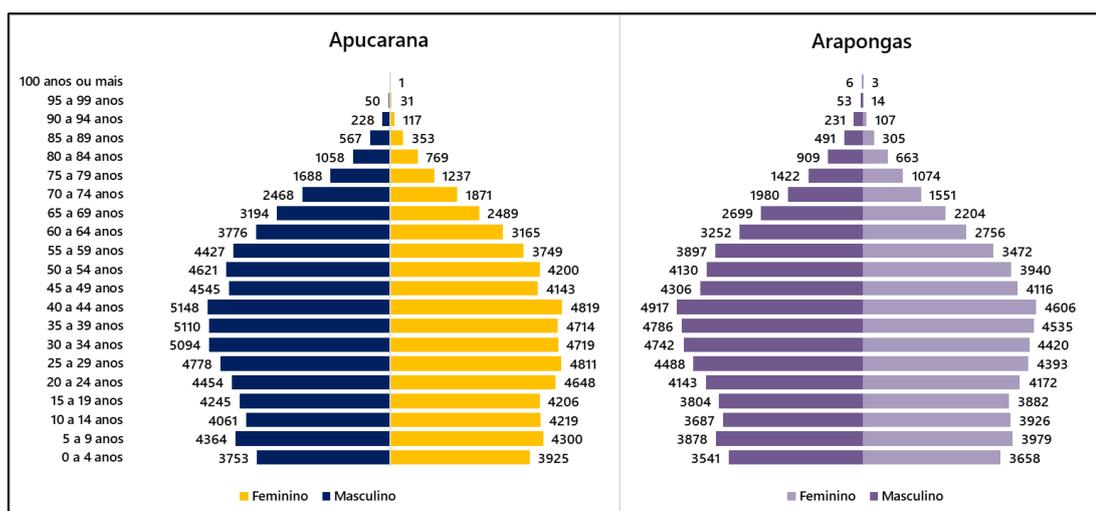
A partir do Gráfico 2, observa-se que apesar de se identificar um crescimento populacional de 36,88% no período de 1991 a 2022, a taxa de crescimento populacional foi decrescente para ambos os municípios. No entanto, percebe-se que proporcionalmente o município de Arapongas apresenta decréscimo menor que Apucarana, sendo possível interpretar que a população destes municípios possa se aproximar em números nos próximos censos.

Ao analisar a distribuição da população segundo agrupamentos por idade, o Gráfico 3 apresenta a tendência do envelhecimento populacional. O aumento da expectativa de vida pode contribuir para uma sociedade mais longeva. Ao comparar o perfil da idade do apucaraneses desde 1980 a 2010, conclui-se que houve estagnação e diminuição do número de crianças de 0 a 9 anos; aumento significativo de adultos na faixa dos 40 a 44 anos e um significativo salto no número de pessoas com mais de 60 anos.

Gráfico 3 - Distribuição histórica da população apucararense por grupos de idade comparados

Fonte: PMAI (2019)

Ao observar analiticamente a pirâmide etária de 2022, conforme dados demonstrados no Gráfico 4, identifica-se que a população acima de 60 anos em Apucarana equivale a 17,74%, frente a 16,55% de Araçongas. Enquanto os mais jovens de 0 a 19 anos representam 25,41% para Apucarana e 25,48% para Araçongas. O grupo de idade que representa expressivamente o perfil populacional de Apucarana e de Araçongas estão na faixa entre 20 e 59 anos, sendo composta, respectivamente, por 56,86% e 57,97% do total da população.

Gráfico 4 - Distribuição da população por grupos de idade comparados de Apucarana e Araçongas no ano de 2022

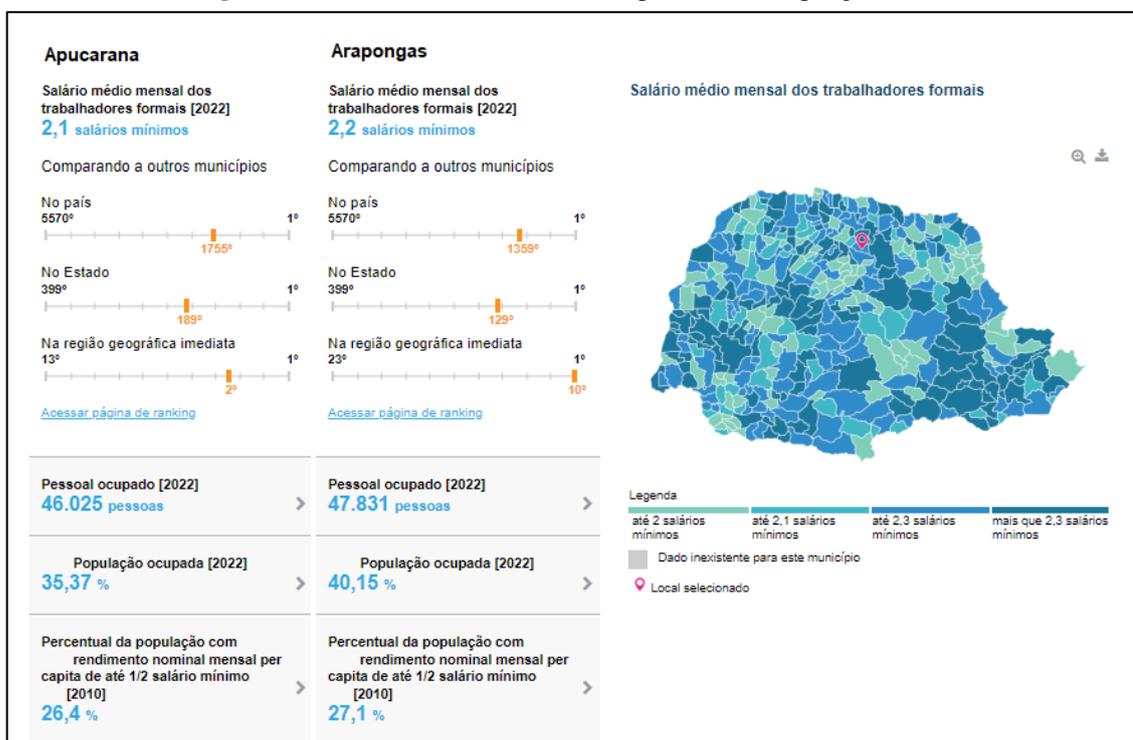
Fonte: Adaptado pelo Autor de IBGE (2024)¹³

¹³ Somente os valores 2000 e 2010 da Pirâmide Etária estão disponíveis conforme IBGE (2010) em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=410070&corhomem=3d4590&cor

Outra forma de análise socioeconômica é a distribuição de renda, pois desempenha um papel crucial na compreensão da saúde de uma sociedade e na formulação de políticas públicas eficazes. A distribuição de renda permite medir a disparidade na distribuição de recursos financeiros dentro de uma população. A desigualdade é um indicador-chave para avaliar se uma sociedade está proporcionando oportunidades equitativas para todos os seus membros. Grandes disparidades na distribuição de renda podem indicar a presença de injustiças sociais e econômicas.

Em 2022, a média salarial mensal de Apucarana correspondia a 2,1 vezes o salário-mínimo. A proporção de pessoas empregadas em relação à população total era de 29,0%. No contexto estadual, o município ocupava o 189º lugar de 399 em relação à média salarial. No cenário nacional, se posiciona 1755º de 5570 municípios quanto à média salarial. Arapongas apresenta média salarial correspondente a 2,2 vezes o salário-mínimo, ficando na 129ª posição em relação ao ranking do Estado do Paraná e em 1359º em relação ao ranking nacional, conforme Figura 10.

Figura 10 - Trabalho e Rendimento de Apucarana e Arapongas (2022)



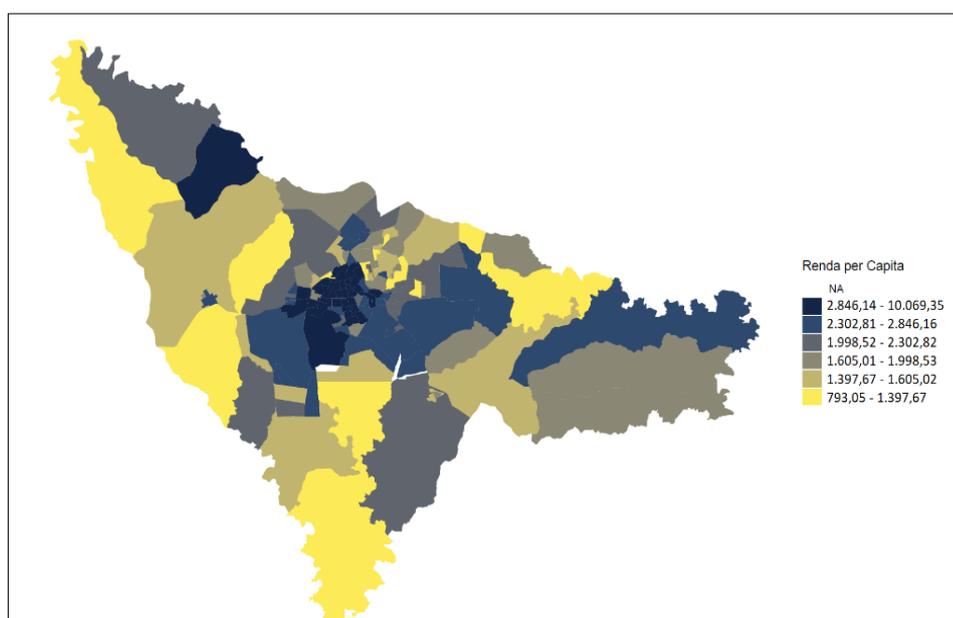
Fonte: Adaptado de IBGE (2023)

[mulher=9cdbfc](#). No entanto, para compilar a comparação entre as duas cidades no contexto de 2022 foi necessário utilizar os dados obtidos em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Estes links não são permanentes, portanto, fez-se necessária a nota de rodapé.

Quando se observa os domicílios com rendimentos mensais inferiores a meio salário-mínimo por pessoa, constata-se que 26,4% da população se encontrava nessa situação em Apucarana. Isso coloca o município em 374º de 399 entre as cidades do estado e em 5211º de 5570 entre as cidades do Brasil. Araongas apresenta o percentual de 27,1% da população com renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo por domicílio, colocando-a em 362º lugar dentro da unidade federativa e em 5141º no ranking nacional.

No contexto de Apucarana, se destaca a concentração de renda no centro da cidade, conforme Figura 11.

Figura 11 - Distribuição espacial de renda per capita de Apucarana em 2023

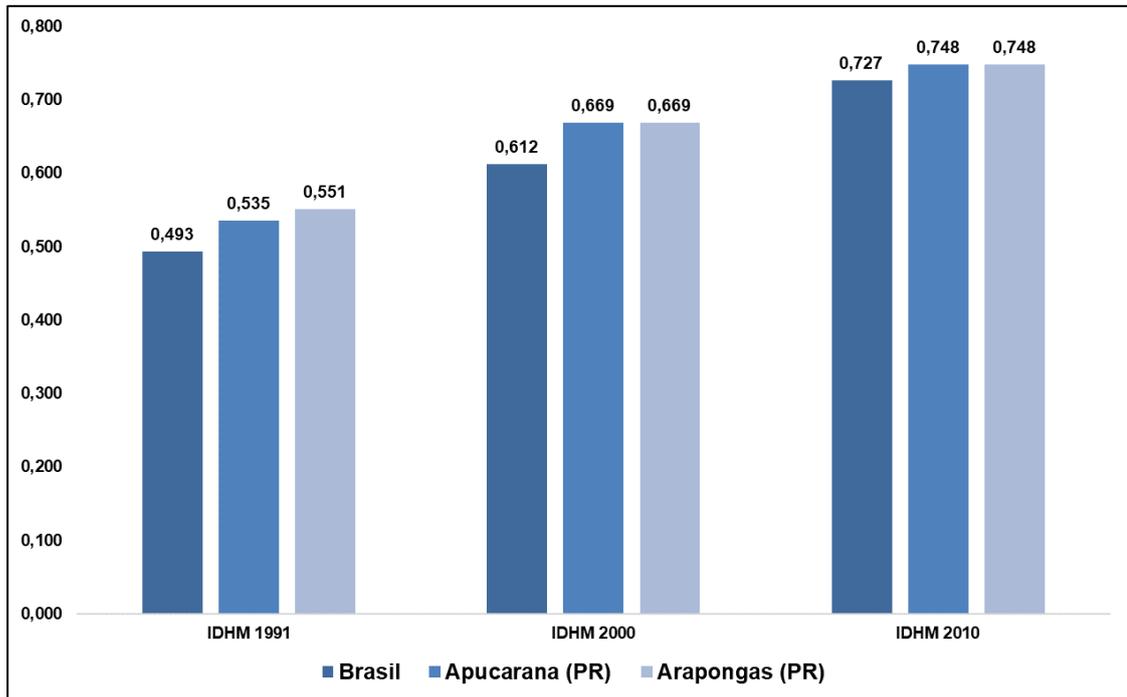


Fonte: Adaptado de IBGE (2010) *apud* PMAI (2019)¹⁴

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Apucarana experimentou um notável avanço ao longo do período de 1991 a 2010, aumentando de 0,535 para 0,748, o que representa um crescimento significativo no importe de 40%. Deste modo, o município de Apucarana se igualou ao indicador do município de Araongas, conforme pode ser visto no Gráfico 5. Importante ressaltar que até a finalização desta pesquisa, os dados do IDHM de 2022 não foram na plataforma Atlas Brasil¹⁵, sob autoria de PNUD, IPEA e FJP.

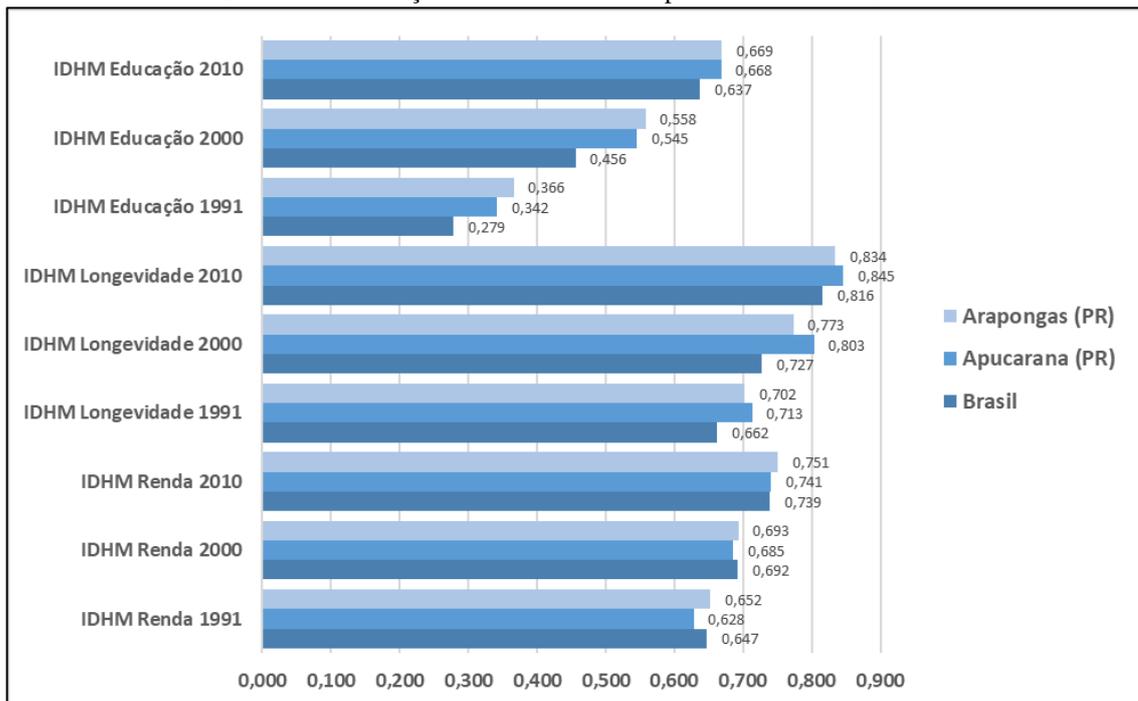
¹⁴ Valores deflacionados para 2023 utilizando IPCA (IBGE) conforme calculadora do Banco Central: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/exibirFormCorrecaoValores.do?method=exibirFormCorrecaoValores&aba=1>

¹⁵ Atlas Brasil disponível pelo site: <http://www.atlasbrasil.org.br/>.

Gráfico 5 - Evolução histórica do IDHM

Fonte: Adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2022)

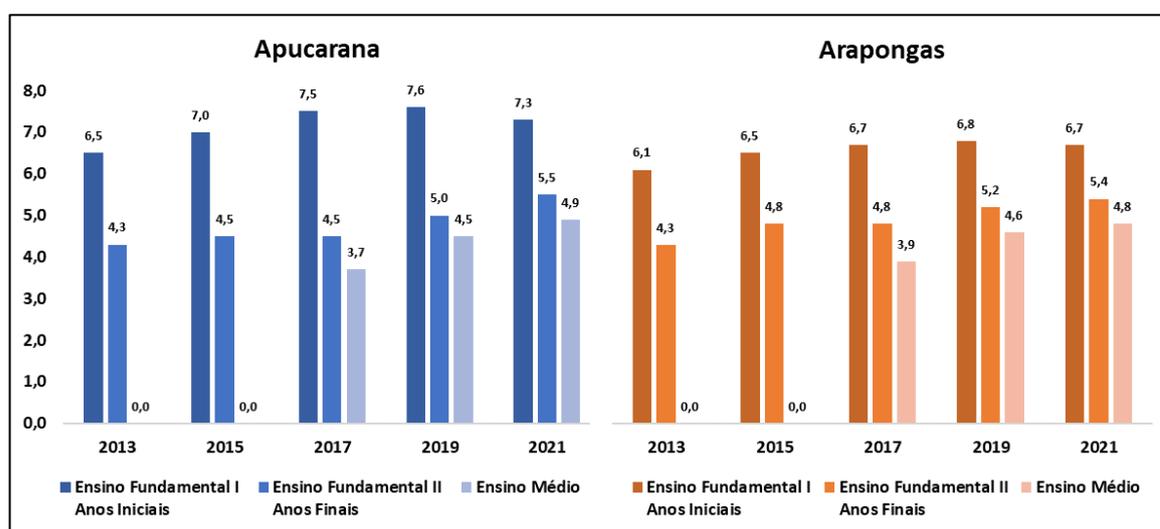
Analisando o mesmo intervalo de tempo, verifica-se que a longevidade registrou um crescimento de 0,132 pontos, e a renda também teve um acréscimo notável de 0,113 pontos. Conforme pode ser visto no gráfico 6.

Gráfico 6 - Evolução histórica do IDHM por critérios do PNUD

Fonte: Adaptado de PNUD, IPEA e FJP (2022)

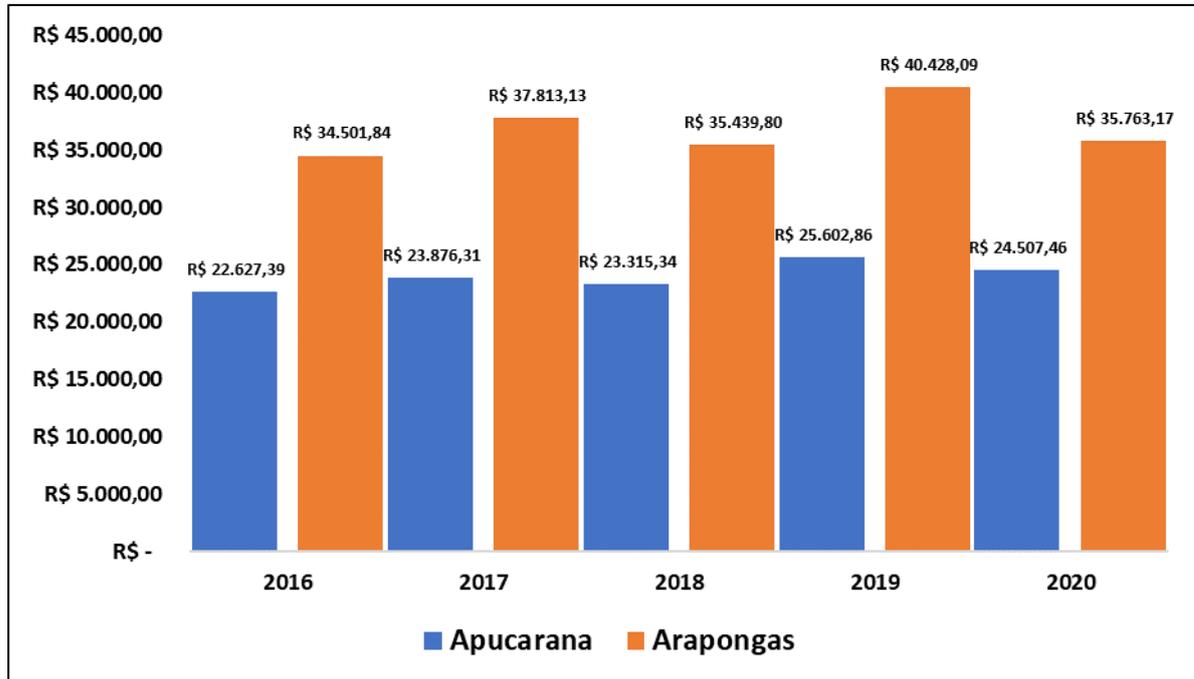
Importante destacar que a dimensão que apresentou o maior crescimento absoluto em seu índice foi a educação, com um aumento de 0,326 pontos no IDHM. Sobre a dimensão da educação se sugere a análise do Índice da Educação Básica (IDEB), na qual pode se observar que os municípios de Apucarana e Arapongas demonstram evolução nos indicadores. Apucarana se destaca com os indicadores da educação básica, sendo o Ensino Fundamental I de responsabilidade da Administração Pública Municipal, atingiu desempenho máximo em 2019 com 7,6 e recuou em 2021 com 7,3, mantendo o indicador acima de 7,0 desde 2015. Já, Arapongas demonstra estabilização nos indicadores do ensino básico acima de 6,5 desde 2015. Ambas as cidades demonstram evolução proporcionais semelhantes, conforme apresentado no Gráfico 7.

Gráfico 7 - Índice da Educação Básica (IDEB) de Apucarana e Arapongas



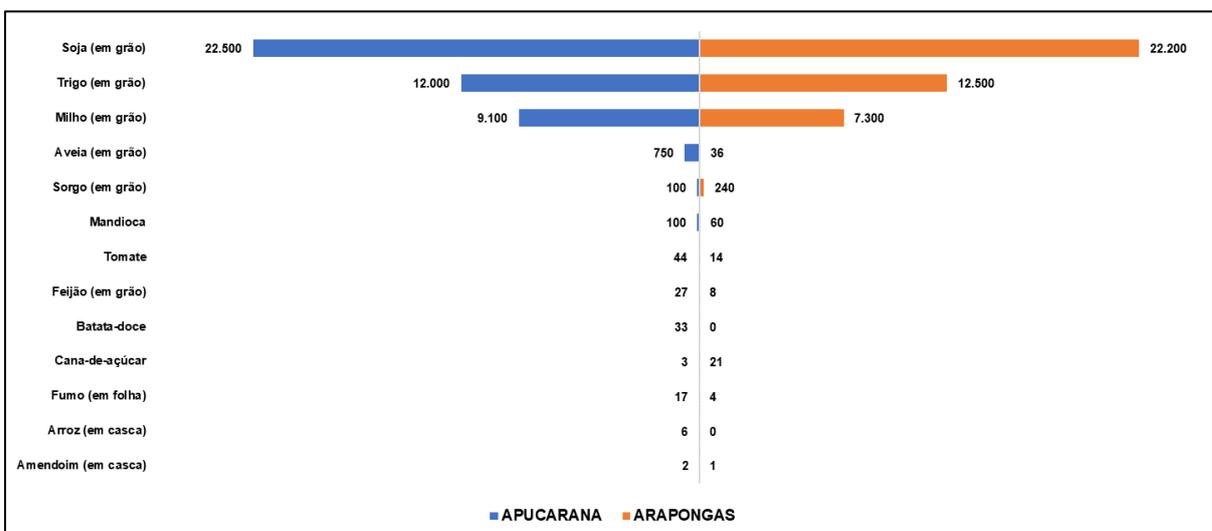
Fonte: Elaborado pelo autor IBGE (2024)

No que se refere à criação de capital considerando o número de habitantes, o Produto Interno Bruto (PIB) *Per Capita* de Apucarana apresenta oscilações nos últimos 5 anos e configura, em 2020, o equivalente a R\$ 24.507,46. Isto significa a média de mensal de R\$ 2.042,29 - correspondente a 1,965629 salários-mínimos de 2020. Uma interessante comparação ao dado apresentado anteriormente pela Figura 10, considerando que Trabalho e Renda são informações distintas, porém, correlatas ao Produto Interno Bruto (PIB). De outro lado, Arapongas demonstra um PIB superior, também com oscilações nos últimos 5 anos. Tal análise, pode ser observada conforme a evolução do PIB *per capita* apresentada no Gráfico 8.

Gráfico 8 - Produto Interno Bruto (PIB) per capita de Apucarana e Araçongas

Fonte: Elaborado pelo autor IBGE (2024)

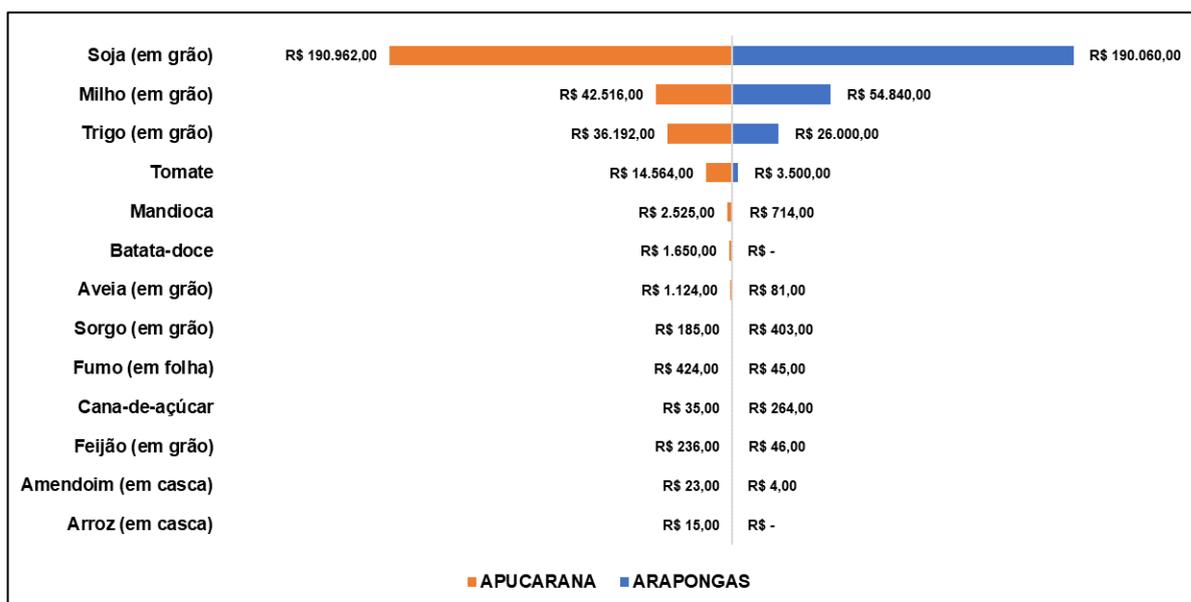
O PIB é o resultado da exploração de diversas atividades econômicas transversais, dentre elas a atividade agrícola e agropecuária, a industrial, a comercial e de serviços privados e públicos. Em relação a atividade agrícola em 2022, segundo dados do IBGE compilados pelo IPARDES (2024), observa-se que a quantidade de terras destinadas para culturas temporárias predomina o cultivo de soja, milho, trigo e aveia, para ambas as cidades, conforme Gráfico 9.

Gráfico 9 - Quantidade de hectares destinados ao cultivo de cultura temporária

Fonte: Adaptado pelo autor IPARDES (2024)

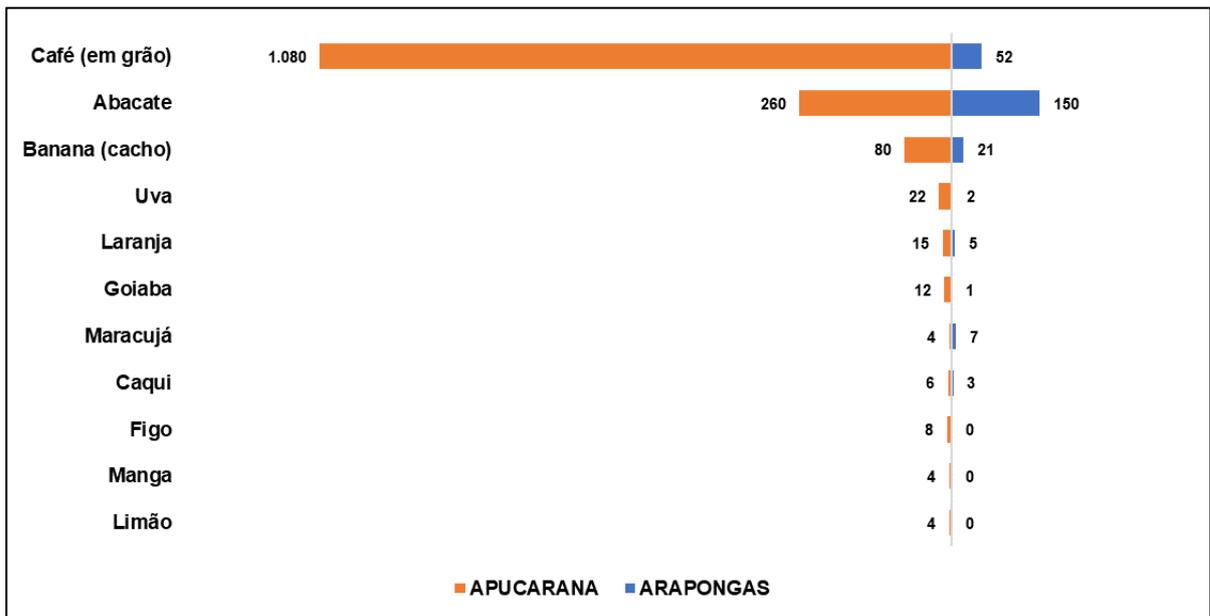
Do mesmo modo, ao analisar o rendimento da colheita por hectare, observa-se que o tomate possui vantagem financeira sobre a aveia, resultando em uma produção anual, em 2023, aproximadamente a R\$ 14,5 milhões na cidade de Apucarana, enquanto para Arapongas, considerando a área destinada ao cultivo, o milho demonstrou vantagens financeiras, conforme apresenta o Gráfico 10.

Gráfico 10 - Valor da produção agrícola pelo tipo de cultura temporária (em R\$1.000,00)



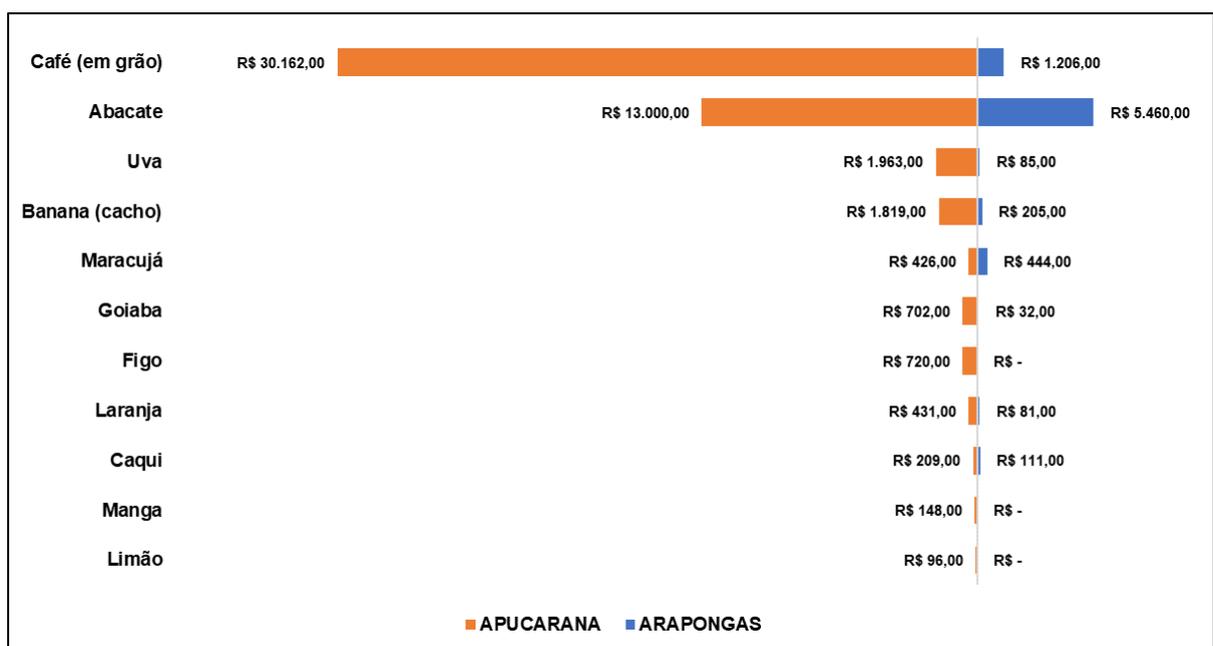
Fonte: Adaptado pelo autor IPARDES (2024)

Para as áreas destinadas ao cultivo de culturas permanentes, identifica-se a predominância do plantio de café, abacate e uva. O café se destaca, principalmente em Apucarana, por apresentar cerca de 1.080 hectares a disposição do plantio. Arapongas se destacou na quantidade de áreas destinadas ao cultivo do Abacate. Conforme destacado no Gráfico 11, a cidade de Apucarana apresenta certa vocação econômica na produção de culturas permanentes.

Gráfico 11 - Quantidade de hectares destinados ao cultivo de cultura permanente

Fonte: Adaptado pelo autor IPARDES (2024)

Destes itens, em Apucarana, nota-se que o café e o abacate são responsáveis pela produção de cerca de R\$ 43,1 milhões do PIB identificado das culturas permanentes. No entanto, percebe-se que a cidade de Arapongas, apesar de não demonstrar semelhanças vocacionais econômicas, apresenta que o Abacate mais de R\$ 5 milhões, conforme mostra o Gráfico 12.

Gráfico 12 - Valor da produção agrícola pelo tipo de cultura permanente (em R\$1.000,00)

Fonte: Adaptado pelo autor IPARDES (2023)

Outra forma de avaliar a dinâmica econômica da cidade de Apucarana consiste na análise de três variáveis, quais sejam a produção, o emprego e a renda. De acordo com o levantamento de dados realizado pelo Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e Social - ITEDES¹⁶, são 27 setores responsáveis pela economia de Apucarana. Para isso, o estudo do ITEDES considerou a Classificação Nacional de Atividades Econômicas - CNAE em intersecção com os dados de setores da Secretaria da Fazenda - SEFAZ, de 2021. A partir da compilação destas informações o ITEDES conclui uma matriz básica contemplando estes 27 setores, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1 - Setores da matriz inter-regional de insumo-produto

Código Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0)	Setores da Matriz de Insumo-Produto
Agropecuária Produção florestal e agricultura	1. Agropecuária
Extração de carvão mineral e minerais não metálicos Extração de petróleo e gás Extração de minerais metálicos	2. Extrativismo mineral
Indústria alimentar Indústria de bebidas Indústria de fumo	3. Indústria de Alimentos
Indústria têxtil	4. Têxtil
Vestuário, couro e calçados	5. Vestuário
Produtos de madeira Celulose, papel e produtos de papel	6. Madeira, papel e celulose
Impressão e reprodução de gravações	7. Impressão e reprodução de gravações
Refino de petróleo, coquearias e biocombustíveis Produtos químicos Produtos farmoquímicos e farmacêuticos Produtos de borracha e plástico	8. Produtos químicos, borracha e plástico
Produtos de minerais não metálicos	9. Produtos de minerais não-metálicos
Metalurgia Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos	10 Metalurgia e produtos de metal
Equipamentos eletrônicos ópticos Equipamentos elétricos Máquinas e equipamentos mecânicos Indústria automobilística de peças Veículos de transporte não automotores Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	11. Indústria de equipamentos e peças
Móveis e indústria diversos	12. Móveis e indústrias diversas
Energia elétrica, gás natural e outras utilidades Água, esgoto e gestão de resíduos	13. S.I.U.P
Construção	14. Construção
Comércio de reparação de veículos automotores e motocicleta	15. Comércio

¹⁶ Até a finalização desta pesquisa não foi possível identificar relatório do ITEDES para a Cidade de Araçongas.

Comércio por atacado e a varejo, exceto veículos automotores	
Transporte terrestre	
Transporte aquaviário	
Transporte aéreo	16. Transporte e armazenamento
Armazenamento, atividades auxiliares dos transportes e correio	
Alojamento	17. Alojamento e alimentação
Alimentação	
Edição e edição integrada à impressão	
Atividades de televisão, rádio, cinema e gravação e edição de som e imagem	18. Audiovisual
Telecomunicações	19. Telecomunicações
Desenvolvimento de sistemas e outros serviços de informação	20. Desenvolvimento de sistemas
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar	21. Serviços financeiros
Atividades imobiliárias	22. Atividades imobiliárias
Atividades jurídicas, contábeis, consultoria e sedes de empresas	
Serviços de arquitetura, engenharia, testes/análises técnicas e P&D	
Outras atividades profissionais, científicas e técnicas	23. Serviços prestados às empresas
Aluguéis não-imobiliários e gestão de ativos de propriedade intelectual	
Outras atividades administrativas e serviços complementares	
Atividades de vigilância, segurança investigação	
Administração pública, defesa e seguridade social	24. Administração pública
Educação	25. Educação
Saúde	26. Saúde
Atividades artísticas, criativas e de espetáculo	
Organizações associativas e outros serviços pessoais	27. Recreação e cultura

Fonte: ITEDES (2022)

Na sequência, foram compilados os dados divulgados pelo Ministério do Trabalho através da Relação Anual de Informações Sociais - RAIS - de 2018, e realizado uma compatibilização junto aos dados da SEFAZ e CNAE. O ITEDES fez um ranqueamento considerando as três variáveis (PIB, emprego e renda) com o objetivo de identificar e ordenar a importância dos setores sem escolher apenas um peso de análise, conforme visto na Tabela 2.

Tabela 2 - Dados gerais da economia de Apucarana em 2018

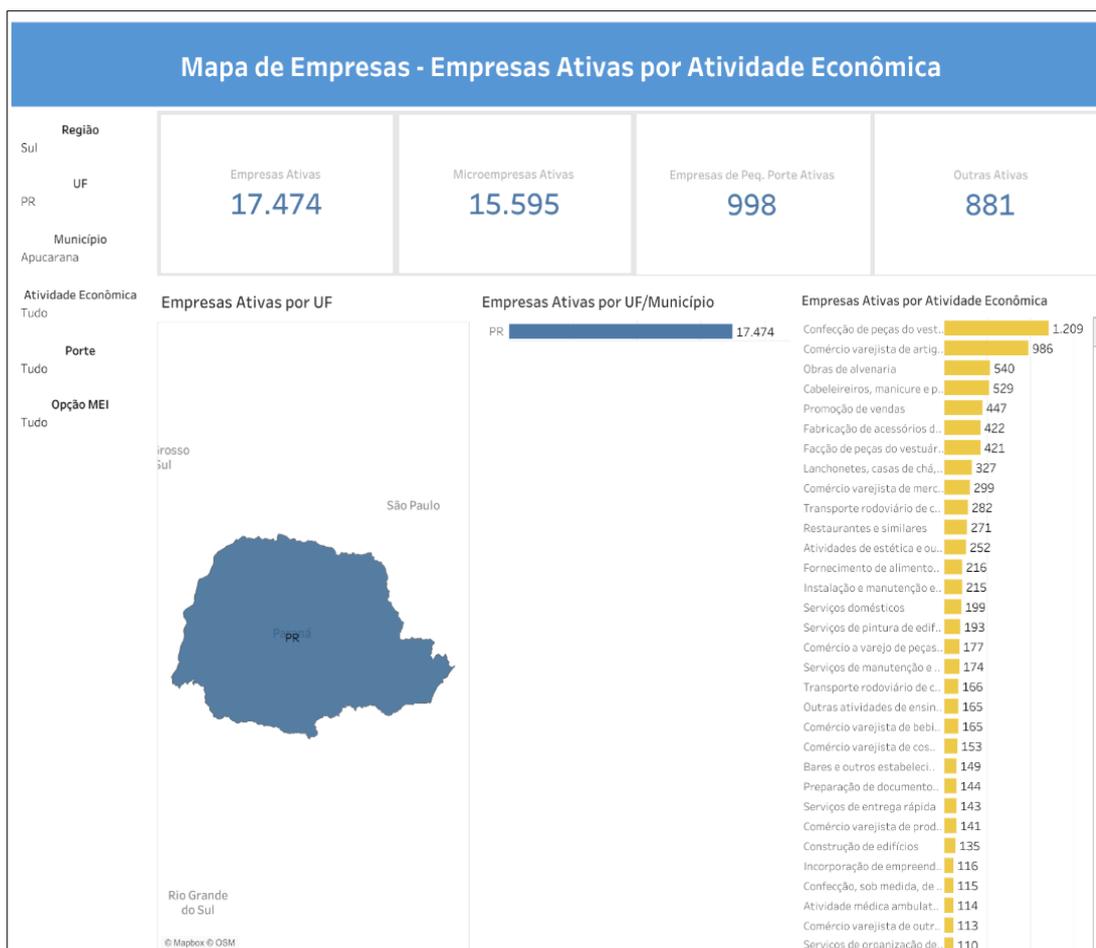
Setor	Produção		Emprego		Remunerações		Rem. Média	Rank
	Milhões R\$	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem	Milhões R\$	Porcentagem	Valor Mensal	
1. Agropecuária	246	4%	393	1%	9,3	1%	1979	17
2. Extrativismo mineral	8	0%	35	0%	1,1	0%	2547	27
3. Indústria de Alimentos	517	8%	1332	4%	37,7	3%	2358	8
4. Têxtil	229	3%	969	3%	24,6	2%	2112	11
5. Vestuário	994	15%	6196	18%	138,1	13%	1858	2
6. Madeira, papel e celulose	32	0%	137	0%	3	0%	1844	26
7. Impressão e reprodução de gravações	45	1%	174	0%	4,1	0%	1951	22
8. Produtos químicos, borracha e plástico	226	3%	744	2%	18,2	2%	2043	14

9. Produtos de minerais não-metálicos	81	1%	299	1%	9,1	1%	2543	19
10 Metalurgia e produtos de metal	44	1%	232	1%	5,8	1%	2079	21
11. Indústria de equipamentos e peças	776	11%	1525	4%	47,8	4%	2615	4
12. Móveis e indústrias diversas	123	2%	602	2%	14,6	1%	2027	15
13. S.I.U.P	151	2%	236	1%	14,9	1%	5240	18
14. Construção	330	5%	1165	3%	27,3	2%	1955	10
15. Comércio	942	14%	7020	20%	170,4	16%	2023	1
16. Transporte e armazenamento	307	5%	1374	4%	39,2	4%	2377	9
17. Alojamento e alimentação	107	2%	889	3%	17,1	2%	1604	12
18. Audiovisual	33	0%	151	0%	5,7	1%	3123	25
19. Telecomunicações	83	1%	112	0%	3	0%	2222	24
20. Desenvolvimento de sistemas	25	0%	173	0%	3	0%	1422	23
21. Serviços financeiros	191	3%	481	1%	26,9	2%	4666	16
22. Atividades imobiliárias	318	5%	93	0%	2,3	0%	2022	20
23. Serviços prestados às empresas	200	3%	1865	5%	40,2	4%	1795	7
24. Administração pública	224	3%	1821	5%	109,9	10%	5030	6
25. Educação	301	4%	4357	12%	236,4	22%	4522	3
26. Saúde	203	3%	1956	6%	66,5	6%	2835	5
27. Recreação e cultura	82	1%	896	3%	17,2	2%	1597	13
Totais	6818	100%	35227	100%	1093,4	100%	2533	

Fonte: ITEDES (2022)

Com base nos dados da Tabela 2, é possível extrair informações significativas acerca do município de Apucarana. Observa-se que o setor de Vestuário (categoria 5) contribui com 15% da produção total do município, empregando 18% da força de trabalho formal e proporcionando um rendimento médio de R\$1.858. É relevante notar que, embora seja o maior setor em termos de emprego, o setor de Vestuário apresenta um salário médio inferior à média geral da economia de Apucarana. Outro setor de destaque nesta análise é o Comércio (categoria 15), que representa 20% dos empregos formais do município e contribui com 14% da produção total, com um salário médio de R\$2.023, também abaixo da média municipal.

Para finalizar a análise de dados gerais da economia de Apucarana, considera-se pertinente a apresentação da exploração de atividades empresariais em 2023. Deste modo, segundo dados do Painel de dados de Registro de Empresas (BRASIL, 2023), Apucarana apresentou, em julho de 2023, o número de 17.474 empresas formais ativas. Cerca de 89,24% destas empresas se enquadram com Microempresas, ou seja, 15.595 empresas neste porte empresarial, conforme pode ser observado na Figura 12.

Figura 12 - Mapeamento de Empresas Ativas em Apucarana (2023)

Fonte: BRASIL (2023)

A Figura 12 apresenta a atividade de Confecção de peças do vestuário e acessórios e o Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios como as principais atividades econômicas exploradas formalmente por entidades empresariais. Isto corrobora com a análise do ITEDES que apresenta os setores do Comércio (categoria 15) e do Vestuário (categoria 5) como os mais importantes, de acordo com o ranqueamento apresentado na tabela 2.

Conforme o Mapeamento do Ecossistema Local de Inovação realizado pelo SEBRAE/PR em agosto de 2023 (Mapeamento do Ecossistema Local de Inovação de Apucarana 2023), foram contabilizados um total de 17.578 empresas. A distribuição das empresas por setor está no Quadro 5:

Quadro 5 - Empresas por setor em agosto de 2023

Setor de Atividade	Quantidade
Serviços	6.849

Comércio	5.203
Indústria	4.031
Construção Civil	1.138
Agropecuária	131

Fonte: Mapeamento do Ecossistema Local de Inovação de Apucarana 2023

Deste montante, identificou-se que 8.922 inscrições estavam enquadradas como Microempreendedores Individuais (MEI), 6.769 como Microempresas (ME), 1.010 como Empresas de Pequeno Porte (EPP) e 967 se enquadravam nos demais portes (Média ou Grande Empresa). Percebe-se, portanto, o aumento global de 104 empresas em relação a julho de 2023 apresentado anteriormente pela figura 12.

No âmbito municipal, Prefeitura Municipal de Apucarana é a responsável pela administração local, oferece serviços como informações sobre impostos, taxas, Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) e outras questões relacionadas à cidade. Com uma estrutura composta por 13 secretarias, quais sejam, Gabinete, Secretaria de Gestão Pública, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Controle Interno, Secretaria de Cultura e Turismo, Secretaria de Esportes, Secretaria da Fazenda, Secretaria da Indústria, Comércio e Emprego, Secretaria do Meio Ambiente, Secretaria da Mulher e Família, Secretaria de Obras e a Secretaria de Serviços Públicos. Além das Secretarias, a estrutura da gestão municipal possui também outras 4 Autarquias: Autarquia de Serviços Funerários (ASERFA), Autarquia da Saúde, Autarquia da Educação e o Instituto de Desenvolvimento, Pesquisa e Planejamento de Apucarana (IDEPPLAN)¹⁷.

Os órgãos estaduais identificados consistem em: a) Núcleo Regional de Educação de Apucarana, encarregado da gestão da educação na região, incluindo escolas e colégios¹⁸; b) Unidade Regional do Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná (IDR-PR)¹⁹; a 15ª Circunscrição Regional de Trânsito (CIRETRAN) do Departamento Estadual de Trânsito do Paraná (DETRAN-PR)²⁰; a Associação dos Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI)²¹; Fórum da Comarca de Apucarana²² que também sedia 6 promotorias do Ministério Público do Paraná²³;

¹⁷ Órgãos Municipais disponíveis em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/orgaos-da-administracao/>

¹⁸ NRE de Apucarana disponível em:

<https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=524>

¹⁹ IDR-PR disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Enderecos-e-Contatos>

²⁰ 15ª CIRETRAN disponível em: <https://www.detran.pr.gov.br/unidades>

²¹ AMUVI disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/Pagina/Associacoes-de-Municipios-do-Parana>

²² Fórum da Comarca de Apucarana disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/enderecos-e-informacoes>

²³ Ministério Público do Paraná: <https://site.mppr.mp.br/Encontre-uma-Promotoria-de-Justica>

a Agência da Receita Estadual do Paraná²⁴; uma vasta infraestrutura da Secretaria de Segurança Pública do Paraná composta por Delegacia da Polícia Civil, Distritos, Identificação, Instituto Médico Legal e demais ramos da Polícia Científica²⁵; vistas como as mais relevantes para este mapeamento de estrutura territorial.

No que se referem aos órgãos federais, destacam-se: a Agência Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)²⁶, Agência da Receita Federal do Brasil (RFB)²⁷ e a 1ª Vara Federal pertencente ao Tribunal Regional Federal da Justiça Federal da 4ª Região²⁸. Ademais, outros órgãos das instancias federais e estaduais que não contemplam nesta pesquisa os dados são inexistentes ou não estavam disponíveis.

Em Apucarana, considerou-se pertinente o levantamento apenas das instituições sediadas no município que ofereçam cursos de graduação e pós-graduação, presenciais ou à distância. Deste modo, o Mapeamento do Ecossistema Local de Inovação de Apucarana (29-2023), trouxe o seguinte cenário acadêmico disponível no quadro 6.

Quadro 6 - Instituições de Ensino Superior e oferta de cursos

Instituição de Ensino Superior	Nº de Cursos de Graduação	Possui Programas de Mestrado	Possui Programas de Doutorado
Faculdade do Norte Novo de Apucarana – FACNOPAR	8	Não	Não
Faculdade de Apucarana – FAP	12	Não	Não
Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR	13	Sim	Não
Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR	7	Sim	Sim

Fonte: Mapeamento do Ecossistema Local de Inovação de Apucarana (2023)

Apesar da existência de diversos polos e/ou unidades de IES de outros municípios que oferecem cursos de graduação e pós-graduação na modalidade à distância, foi observado que não há participação destas instituições em ações coletivas político-sociais como governanças.

²⁴ Agência da Receita Estadual do Paraná em Apucarana: <http://pdp.fazenda.pr.gov.br/pdp/agencias/dados/1501>

²⁵ Infraestrutura da Secretaria Estadual de Segurança Pública em Apucarana: <https://www.policiacivil.pr.gov.br/webservices/policiacivil/listaTelefonica>

²⁶ Agência do INSS conforme Termo de Adesão: https://www.gov.br/inss/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/acordos-de-cooperacao-tecnica-acts/parana-pr/apucarana/apucarana-termo-de-adesao_ocultado.pdf/view

²⁷ Receita Federal do Brasil, agência de Apucarana: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/saga/unidadesatendimento/Unidades/InformacoesDasUnidades.aspx?unidade=09056>

²⁸ 1ª Vara Federal do TRF 4ª Região: http://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=2890

Portanto, apresentamos somente àquelas que possuem algum engajamento em agendas municipais.

No mapeamento da participação da sociedade, optou-se por apurar a sociedade civil organizada para fins desta pesquisa. Deste modo, foram identificadas 484 organizações formalizadas de acordo com o Mapa de Organizações da Sociedade Civil²⁹. No mapeamento é possível identificar a natureza jurídica de cada entidade. Em uma análise quanto a quantidades distintas de natureza jurídica, foram identificados conforme Figura 13:

Figura 13 - Quantidade de organizações em Apucarana por natureza jurídica



Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Deste modo, considerando o volume de iniciativas encontradas, para fins de mapeamento das governanças e de método de avaliação das mesmas, segue-se para a subseção 3.3.

3.3 Mapeamento das governanças

Considerando a subseção anterior, portanto, como objetivo de investigar a contribuição das governanças no desenvolvimento territorial, entende-se ser coerente pesquisar ao menos uma governança de cada tipo: governança privada, privada-coletiva, estatal-privada e pública-tripartite (Pires, *et al.*, 2017). Somando-se aos critérios de avaliação propostos por Dallabrida (2020) supramencionados.

Na seleção das quatro governanças territoriais, utilizamos critérios de relevância focados na representatividade e no impacto das instituições, conforme apontado por Yin (2014, *apud* Hollweck, 2018), que destaca que a força única do estudo de caso é sua capacidade de lidar com uma grande variedade de evidências. Esse critério nos direcionou a escolher

²⁹ Mapa de Organizações da Sociedade Civil de Apucarana: <https://mapaossc.ipea.gov.br/mapa/4101408>

instituições com forte presença no desenvolvimento territorial de Apucarana e relevante exposição na mídia. Além disso, no que se refere à representatividade, Maxwell (2012) argumenta, em síntese, que ela não está vinculada ao número de casos, mas sim à escolha de casos que proporcionem percepções ricas, relevantes e complexas sobre o problema de pesquisa. Dessa forma, optou-se por evitar a escolha de instituições com dificuldade de acesso a dados.

Para assegurar a diversidade setorial e geográfica, seguimos a orientação de Patton (2014), que afirma que a variação pode aumentar a relevância das descobertas em uma gama mais ampla de situações. Com base no exposto, foram escolhidas governanças de setores variados, como meio ambiente, indústria, inovação e setor público, o que ampliou a validade dos nossos achados.

Adicionalmente, ao considerar o histórico de atuação das governanças, somamos a perspectiva de Stake (1995), que sugere que o estudo de caso tem utilidade para profissionais e formuladores de políticas públicas e sua eficácia é ampliada pela análise longitudinal, justificando a escolha de instituições com uma longa trajetória em Apucarana.

Por fim, conforme observado por Storper (1997), o desenvolvimento territorial não pode ser completamente compreendido sem considerar a dinâmica socioeconômica e cultural única de cada região, o que nos levou a selecionar governanças com maior impacto no contexto específico de Apucarana, ainda que algumas tenham sido criadas recentemente.

Isto exposto, através da realização de duas pesquisas na plataforma de busca on-line Google, considerando que na primeira busca foram utilizadas as palavras chaves: “governança + associação + desenvolvimento + territorial+ meio ambiente + Apucarana”; e na segunda busca as seguintes palavras chaves: “apucarana + desenvolvimento + territorial + governança + comércio + serviço + indústria + qualidade de vida”. Após análise das 3 primeiras páginas de cada busca, conforme Apêndices A e B (Pesquisa de Relevância das Governanças), foram designadas para a presente pesquisa as seguintes governanças: A Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana (ACIA), o Conecta Apucarana, o Arranjo Produtivo Local de Bonés e do Vestuário de Apucarana (APL Bonés de Apucarana), e o Conselho Municipal do Meio-Ambiente (COMMAP).

3.3.1 Governanças privadas

Em Apucarana foram identificadas as empresas Caramuru Alimentos S/A e Louis Dreyfus Company S/A (LDC), somente, pois os dados sobre sua Governança Corporativa e seu

programa de *Compliance* estão disponíveis em seus sites^{30 31}. No entanto, tendo em vista que a sede empresarial de ambas não é domiciliada na cidade de Apucarana, relata-se prejuízo, portanto, na coleta de dados. Importante mencionar que a Louis Dreyfus Company S/A está em processo de encerramento das atividades na cidade de Apucarana³².

3.3.2 Governanças privadas-coletivas

Consistem em governanças privadas-coletivas aquelas que agrupam operadores privados e impulsiona a coordenação de recursos e estratégias. Encontra-se neste caso os sindicatos patronais e empresariais que agrupam operadores privados, que estrutura o espaço produtivo local e regional e são exemplos as Associações Comerciais e Empresariais – ACEs (Pires *et al.*, 2017). De acordo com o exposto, para esta subseção, considera-se a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana e o Conecta Apucarana.

Por seu turno, a Associação Comercial e Industrial de Apucarana (ACIA), tem uma história que se entrelaça com a história de Apucarana. Fundada oficialmente em 17 de abril de 1949, a ACIA surgiu da necessidade de unir os comerciantes e industriais locais em torno de interesses comuns. Com o objetivo de promover o comércio, a indústria e o desenvolvimento econômico, a associação rapidamente se tornou uma voz influente no cenário empresarial da cidade (ACIA, 2024).

Ao longo dos anos, observa-se que a ACIA desempenha diversas funções no contexto local, seu portfólio de serviços abrange desde oferecer suporte e orientação aos empreendedores, promovendo networking entre os empresários e defendendo políticas que favoreçam o crescimento sustentável, até em iniciativas sociais e comunitárias, através de programas educacionais, eventos culturais e ações de responsabilidade social (ACIA, 2024).

Considerando Dallabrida (2020), entende-se que a dimensão institucional configura um desdobramento do patrimônio institucional. Sendo, portanto, o conjunto de instituições públicas e privadas com finalidades diversas, quais sejam de caráter social, político, cultural ou corporativo. Deste modo, entende-se que a ACIA atua na dimensão Institucional.

Dentre os principais eventos realizadas em 2023 da Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana, destacam-se conforme o Quadro 7:

³⁰ Site da Caramuru S/A: <https://caramuru.com/>

³¹ Site da LDC: <https://www ldc.com/br/pt/>

³² Encerramento das atividades da LDC: <https://fusoesaquisicoes.com/acontece-no-setor/ldc-confirma-venda-da-kowalski-alimentos/>

Quadro 7 - Principais eventos da ACIA em 2023

Data	Evento	Objetivos do evento	Resultado alcançado
25 e 26/08/2023	Feira de Noivas ³³	Expor potenciais fornecedores de produtos e serviços destinados a eventos de casamento	44 expositores
06 a 10/09/2023	29ª Festoque ³⁴	Feira de “queima” de estoque com objetivo de fomentar as vendas dos expositores	84 expositores e mais de 41 mil visitantes
07/10/2023	Prêmio Mérito Empresarial ³⁵	Reconhecer a solidez e a permanência de empresas que contribuem no crescimento econômico local que superaram os 10 anos de existência até 75 anos de atuação em Apucarana.	87 empresas e líderes empresariais homenageados
21/11/2023	Rodadas de Negócios ³⁶	Reunir potenciais vendedores com compradoras com o objetivo a efetuação de negócios e networking (relacionamento)	Cerca de 200 empresas participantes ³⁷
28/12/2023	Campanha Natal Apucarana ³⁸	Estimular as vendas locais de final de ano e injetar 70 mil reais na economia local, por meio de premiações no formato de vale compras a serem utilizados nas empresas participantes	145 lojas participantes e 298 pessoas premiadas

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

Paralelamente a ACIA atua em outras frentes como na reivindicação junto ao poder executivo do município de Apucarana para fiscalizar e autuar proprietários de terrenos baldios, com objetivo de responsabilizar estes proprietários pela falta de limpeza dos terrenos como fonte de proliferação de escorpiões e do mosquito *Aedes Aegyptis*³⁹. Também, na articulação

³³ Sobre Feira de Noivas, disponível em: <https://www.acianet.com.br/feira-de-noivas-supera-expectativa-de-empresarios/>

³⁴ Sobre a 29ª Festoque, disponível em: <https://www.acianet.com.br/festoque-recebe-mais-de-41-mil-visitantes/>

³⁵ Sobre o Prêmio Mérito Empresarial, disponível em: <https://www.acianet.com.br/merito-empresarial-homenageia-87-empresas/>

³⁶ Ao todo foram cinco rodadas de negócios durante o ano, das quais podem ser observadas pela notícia disponível em: <https://www.acianet.com.br/acia-atende-mais-de-200-associados-em-rodadas-de-negocios/>

³⁷ Uma das cinco a Rodadas de Negócios fora dedicada somente para Mulheres empresárias, disponível em: <https://www.acianet.com.br/acia-realiza-rodada-de-negocios-para-mulheres/>

³⁸ Sobre a Campanha de Natal promovida pela entidade, disponível em: <https://www.acianet.com.br/acia-premia-298-ganhadores-com-70-mil-reais/>

³⁹ Sobre reivindicação em fiscalização de terrenos baldios, disponível em: <https://www.acianet.com.br/prefeitura-alerta-que-terrenos-baldios-causam-problemas-a-saude-e-seguranca/>

junto a Prefeitura Municipal na qual solicita ao poder executivo do município apoio na fiscalização e autuação quanto a poluição visual e sonora na cidade⁴⁰, bem como na participação da comitiva composta por diversas lideranças e representantes de entidades de diversos municípios da região do Vale do Ivaí, os quais foram a Brasília-DF pleitear o curso de medicina para a região⁴¹.

Ao longo da história da entidade, vale destacar algumas conquistas pleiteadas pela instituição conforme Quadro 8:

Quadro 8 - Principais Conquistas da ACIA desde sua fundação

1996 - Campanha pela duplicação da BR-376
1998 - Fundação do Sindicato do Comércio Varejista de Apucarana
1999 - Fundação do Shopping Centro Norte
2001 - Criação da Escola Técnica Centro Moda
2004 - Instalação da UTFPR Campus de Apucarana
2004 - Inauguração do SICCOOB

Fonte: Elaborado pelo Autor

Isto exposto, fica evidente o impacto de suas ações no desenvolvimento territorial, considerando seus 75 anos de atuação no município de Apucarana, contribuindo com a capacitação profissional, atração de investimentos, geração de empregos, promoção de eventos e ações sociais.

Por sua vez, o Conecta Apucarana, fundado oficialmente em 20 de agosto de 2018, é uma governança do Ecossistema Local de Inovação de Apucarana que tem como objetivo principal promover a integração, o desenvolvimento e a inclusão na cidade de Apucarana, no Paraná. Trata-se de uma iniciativa que busca fortalecer os laços entre os cidadãos, empresas, instituições e organizações locais, criando uma rede de colaboração que impulsiona o crescimento sustentável da região (Conecta, 2018).

⁴⁰ Sobre reivindicação em fiscalização de poluição visual e sonora: <https://www.acianet.com.br/prefeitura-vai-fiscalizar-e-multar-responsaveis-por-placas-de-publicidade-em-situacao-irregular/>

⁴¹ Comitiva favorável ao Curso de Medicina: <https://www.acianet.com.br/comitiva-vai-a-brasilia-pedir-curso-de-medicina-para-atender-regiao/>

A governança serve como um ponto central onde informações, oportunidades e recursos são compartilhados, permitindo que a comunidade local se mantenha informada e engajada, isto pode ser validado conforme Mapeamento do Ecossistema de Inovação de Apucarana (SEBRAE/PR, 2023).

Acredita-se que no cerne do Conecta Apucarana está a ideia de que quando pessoas e entidades se unem em prol de um propósito comum, grandes transformações podem ocorrer. Através desse projeto, diversas atividades são desenvolvidas, desde eventos de *networking* até ações sociais e educacionais.

Um dos aspectos amplamente divulgado pela governança é a sua capacidade de impulsionar o empreendedorismo e a inovação na região. Ao criar um ambiente propício para a troca de ideias e o estabelecimento de parcerias, o projeto estimula a criação de novos negócios, fortalecendo assim a economia local. Além disso, ele também oferece suporte a empreendedores já estabelecidos, conectando-os a mentores e especialistas que podem fornecer orientações valiosas, principalmente exposto no Mapeamento do Ecossistema de Inovação de Apucarana (SEBRAE/PR, 2023).

Outra premissa importante do Conecta Apucarana é o seu compromisso com a responsabilidade social. O projeto promove ações que visam melhorar a qualidade de vida dos moradores da cidade, como campanhas de doação, projetos de educação comunitária e iniciativas de preservação ambiental. Isso não apenas fortalece os laços sociais na região, mas também contribui para a construção de uma comunidade mais consciente e engajada.

No âmbito cultural, acredita-se que a governança também desempenha um papel relevante ao promover eventos artísticos, culturais e esportivos. Essas atividades não apenas enriquecem a vida cultural da cidade, mas também proporcionam momentos de lazer e descontração para os moradores, fortalecendo o senso de pertencimento e identidade local.

Exposto isto, identifica-se que o Conecta Apucarana possui características de uma governança privada-coletiva, pois, apesar de receber a contribuição do poder público, representada por seu município, o processo inteiramente é executado pela iniciativa privada. Conforme categorização de governança sob o aspecto proposto por Pires *et al.* (2017).

Na sequência, identifica-se sua dinâmica no território, conforme Dallabrida (2020). Considerando as características da governança, por possuir entidades participantes multisetoriais oriundas do setor privado, públicos, com a participação das instituições de ensino e da comunidade, tem-se que ela compreende a dimensão institucional.

As entidades que participam ativamente da Governança foram identificadas no último relatório de retrospectiva das ações em 2023, conforme Figura 14:

Figura 14 - Entidades participantes da governança do Conecta Apucarana em 2023



Fonte: Relatório (2023)

Portanto, além de ser composta por suas 7 (sete) entidades fundadoras, dentre as quais a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana – ACIA, a Universidade Estadual do Paraná – UNESPAR *Campus* de Apucarana, a Universidade Tecnologia Federal do Paraná – UTFPR *Campus* de Apucarana, a Faculdade de Apucarana – FAP, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná – SEBRAE/PR, o Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria – SENAI/PR, a Cooperativa de Crédito Sicoob Aliança e a Prefeitura do Município, identifica-se a participação de outras 8 (oito) entidades: Colégio Estadual Izidoro Cerávolo, Persis Internet (Ired Internet), Núcleo Regional de Ensino de Apucarana – NRE, Universidade Federal do Paraná – UFPR *Campus* Jandaia do Sul, MADE4IT SOLUÇÕES TI LTDA, Unimed Apucarana e o Serviço Nacional de Aprendizagem no Comércio – Senac Apucarana.

Considerando Dallabrida (2020), entende-se que a dimensão institucional configura um desdobramento do patrimônio institucional. Sendo, portanto, o conjunto de instituições públicas e privadas com finalidades diversas, quais sejam de caráter social, político, cultural ou corporativo. Deste modo, entende-se que o Conecta Apucarana atua na dimensão Institucional.

Para este levantamento, consideram-se as ações executadas pela governança e as principais conquistas. O Conecta Apucarana se reúne periodicamente durante o ano para assegurar que as ações propostas no planejamento estratégico, elaborado no início do ano, sejam executadas. Dentre as principais atividades de 2023, foram identificadas (Relatório, 2023), 14 reuniões ordinárias ou de alinhamento; em visitas técnicas foram recepcionados 2 visitantes e foram visitados 11 ambientes de parceiros ou ambientes de inovação; 9 palestras independentes do planejamento estratégico conforme as necessidades dos parceiros demandantes; 1 *workshop* de Mapeamento do Ecosistema de Inovação divididos em 3 encontros; 18 apresentações da governança, de projetos e de *startups* com objetivo de conseguir apoio para as ações ou parceiros; 3 cursos gratuitos disponibilizados para a comunidade e para classe empresária; entre outras atividades. Importante destacar a realização de algumas ações, conforme Quadro 9:

Quadro 9 - Principais ações do Conecta Apucarana em 2023

Data	Ação	Tipo de Ação	Objetivos	Pessoas Impactadas
24/05/2023	Beer Innovation	Meet up (palestra informal)	Ação criada em 2019 e possui o objetivo de apresentar temas específicos, técnicos e atuais para um grupo pequeno de pessoas em um ambiente informal e de descontração. Nesta edição o tema foi CHAT-GPT	40
11/05/2023 a 26/06/2023	Conexão Apucarana	Trilha Oficinas e prototipação	Criado em 2019, tem o objetivo de desenvolver equipes e novas ideias em negócios ou projetos viáveis de aplicação e de investimento.	60
11/05/2023 a	Conexão Jovem	Ideathon (maratona de ideias)	Metodologia do SEBRAE, consiste em uma maratona de ideias baseadas nas ODS do PNUD na qual os alunos de Escolas da Rede Estadual tiveram a oportunidade de propor soluções para problemas reais da sociedade. Participaram os seguintes colégios: COLÉGIO ESTADUAL OSMAR GUARACI FREIRE; COLÉGIO ESTADUAL PROFESSOR ISIDORO LUIZ CERÁVOLO; COLÉGIO ESTADUAL CIVICO-MILITAR PADRE JOSÉ CANALE; COLÉGIO ESTADUAL POLIVALENTE CARLOS DOMINGOS SILVA; COLÉGIO ESTADUAL SÃO BARTOLOMEU; COLÉGIO ESTADUAL ALBERTO SANTOS DUMMONT; COLEGIO ESTADUAL NILO CAIRO	265
20 e 21/10/2023	Você Conectado ao Futuro	Seminário	Criado em 2019, tem o objetivo de sensibilizar a comunidade, estudantes, empresários e classe política sobre a importância da inovação na melhoria de vida das pessoas e no aumento da produtividade e lucratividade das empresas. Evento possui série de Palestras, Oficinas e outras atrações	809

Fonte: Adaptado de Conecta Apucarana (Relatório 2023)

Optou-se por escolher apenas o ano de 2023 para elencar as principais ações, tendo em vista que algumas ações são realizadas desde 2019. Assim, preservando os objetivos deste relatório técnico. Já as principais conquistas da governança, podem ser observadas no Quadro 10:

Quadro 10 - Principais conquistas do Conecta Apucarana desde sua fundação

2018 - Lei Municipal nº 119/2018. Trata da Lei Municipal da Inovação, cria mecanismos para incentivo à inovação, cria o Conselho Municipal de Inovação e o Fundo Municipal da Inovação.
2023 - Lei Municipal nº 17/2023 que institui o Programa de Estímulo ao Empreendedorismo
2023 - Lei Municipal nº 15/2023 que estabelece as regras do funcionamento do ambiente regulatório experimental (Programa Sandbox)
2023 - Certificado de Credenciamento ao SEPARTEC como um Hub de Inovação
2023 - Reconhecimento da Câmara Municipal com Diploma de Méritos e Serviços prestados à comunidade

Fonte: Adaptado do Anexo – B, (Mapeamento do Ecossistema Local de Inovação de Apucarana 2023) e do (Relatório 2023)

Assim, denota-se que a governança do Conecta Apucarana possui uma atuação institucional na qual os atores, quais sejam do setor público, do setor privado, da sociedade ou da academia, promovem ações isoladas e coletivas no processo de construção de um ecossistema de empreendedorismo e inovação.

3.3.3 Governanças estatal-privada

Não foram identificadas no âmbito territorial de Apucarana governanças que se caracterizam como estatal-privada. Na definição de Pires (*et al.*, 2017), são aquelas em que as entidades estatais e públicas incentivam a harmonização de recursos e estratégias territoriais em colaboração com o setor privado. Isso se dá por meio de instituições governamentais, autarquias e serviços compartilhados, solicitados por atores tanto públicos quanto privados da região.

Desta forma, entende-se que as governanças estatais privadas resultam em parcerias público-privadas (PPPs), que por definição se referem a arranjos em que o governo, representado por suas instituições e entidades, colabora com o setor privado para fornecer serviços públicos ou desenvolver projetos de interesse comum. Essas parcerias podem ocorrer em várias áreas, como infraestrutura, saúde, educação, transporte, entre outras. Geralmente, as governanças estatais-privadas envolvem a partilha de responsabilidades, recursos e riscos entre o setor público e o setor privado, com o objetivo de promover eficiência, inovação e melhorias na entrega de serviços públicos. Essas parcerias podem assumir diferentes formas, desde contratos de longo prazo até joint ventures e concessões, conforme Lei 11.079 de 30 de novembro de 2004 alterada pela Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 (BRASIL, 2004; 2021).

Encontrou-se somente uma parceria público-privada realizada recentemente entre o Instituto de Desenvolvimento, Pesquisa e Planejamento de Apucarana (Idepplan) e uma empresa privada, de forma não coletiva⁴². Neste caso, portanto, não se caracteriza como governança por não envolver a participação de mais atores e agentes na gestão do serviço resultante da PPP.

3.3.4 Governanças públicas-tripartite

Conforme Pires (*et al.*, 2017) as governanças públicas-tripartite consistem naquelas que atuam em colaboração entre o setor público e o setor privado, o governo e as instituições públicas desempenham um papel fundamental na coordenação de recursos e estratégias territoriais. Essa coordenação ocorre por meio de órgãos governamentais, autarquias e serviços coletivos, que são solicitados por atores públicos ou privados do território. Assim, foram identificados que pertencem a esta categoria o Arranjo Produtivo Local de Bonés de Apucarana, e o Conselho Municipal do Meio Ambiente.

A produção de bonés em Apucarana, segundo Petter, Resende e Ceranto (2011), teve início em 1974, originada da confecção artesanal de bandanas e tiaras vendidas em feiras agropecuárias, exposições e praias do litoral paranaense. Inicialmente, os pioneiros na fabricação de bonés limitavam-se a reproduzir modelos com aba de papelão, ajustadores elásticos e utilizando a técnica de *silkscreen*. Posteriormente, na década de 1980, empresas como Faroli, Cotton's, Sementec e Kep's surgiram no segmento, impulsionadas pelo sucesso desses empreendimentos familiares. O crescimento do mercado interno estimulou o surgimento

⁴² Sobre a Parceria Público-privada, disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/cerco-digital-ja-conta-com-196-pontos-de-monitoramento-em-apucarana/>

de novos negócios em um ciclo de expansão. Entretanto, a região carecia dos elos necessários na cadeia produtiva de bonés e confecções. A dublagem de tecidos e aquisição de matéria-prima e equipamentos eram realizadas em São Paulo (IPARDES, 2006; ACIA *et al.*, 2006).

Em 1986, as primeiras empresas da região voltadas para a produção de bonés surgiram, incluindo Dalplast e Showa. Os empresários do setor uniram-se para melhorar a qualidade e produtividade, contratando consultorias especializadas e iniciando programas de capacitação, como o apoio do SENAI Apucarana para treinar costureiras. Por meio da cooperação, as empresas elevaram a qualidade e produtividade da indústria de bonés, obtendo contratos promocionais em âmbito nacional e internacional, como os da Cofap, Arisco e franquias de filmes como Jurassic Park. Um marco significativo para o histórico das empresas do Arranjo Produtivo Local, foi o contrato com o Banco Nacional, que tornou o piloto Ayrton Senna o primeiro garoto propaganda do setor, aumentando a visibilidade nacional da indústria de bonés de Apucarana (IPARDES, 2006; ACIA *et al.*, 2006).

Na década de 1990, com a expansão da demanda nacional por bonés promocionais, houve um crescimento desordenado no número de empresas do setor, levando a uma competição baseada em preços que afetou a rentabilidade. As empresas adotaram estratégias de diferenciação, agregando valor aos bonés para manter ou ampliar a participação de mercado. Na sequência, entre 1994 e 1996, a importação de máquinas de bordado computadorizado e o surgimento de empresas distribuidoras de matérias-primas e fornecedores de equipamentos marcaram uma mudança de paradigma na fabricação de bonés em Apucarana. Surgiu uma nova geração de bonés bordados, com maior valor agregado (IPARDES, 2006; ACIA *et al.*, 2006).

As empresas investiram em marketing e Apucarana ganhou destaque na mídia televisiva, sendo reconhecida como a “Capital do Boné”. A partir de 1997, o SEBRAE/PR em Apucarana começou a desenvolver ações para estimular a cooperação e aprendizagem entre as empresas do setor. A primeira iniciativa foi a formação da Associação Brasileira dos Fabricantes de Bonés de Qualidade (ABRAFAB’Q), com 13 empresas, que elaborou um projeto de exportação com apoio da APEX, além de buscar certificação ISO 9000 e estabelecer uma central de compras. Posteriormente, foi criada a Associação das Indústrias de Bonés e Brindes de Apucarana (ASSIBBRA), com 17 empresas, visando operacionalizar uma central de compras, formar estoques reguladores e produzir insumos conjuntamente para a montagem de bonés (IPARDES, 2006; ACIA *et al.*, 2006).

São membros ativos do Comitê Gestor da Governança do APL de Bonés as seguintes instituições: o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná - SEBRAE/PR, o Sistema que compõe a Federação das Indústrias do Estado do Paraná

(FIEP/SESI/SENAI), a Associação das Indústrias de Bonés e Brindes de Apucarana - ASSIBBRA, a Associação Brasileira de Fabricantes de Bonés de Qualidade - ABRAFAB'Q, o Sindicato da Indústria do Vestuário de Apucarana e Vale do Ivaí - SIVALE, a Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Apucarana - ACIA, a Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR *Campus* de Apucarana, a Prefeitura do Município de Apucarana, a Faculdade de Apucarana - FAP, a Universidade Estadual do Paraná - Unespar *Campus* de Apucarana.

Inicialmente, participam também do Comitê Gestor da Governança, um representante do Governo Estadual, um representante do Banco do Brasil, bem como da Caixa Econômica Federal. Ademais, as empresas: Dicatex Acessórios, Kyoodai Bonés, MAB Fortuna, Polo Sul Confecções, SLC Bonés, Braço Forte, entre outras (APL BONÉS APUCARANA, 2005; IPARDES, 2006; ACIA *et al.*, 2006).

Tendo em vista o disposto em Dallabrida (2020), entende-se que a dimensão produtiva configura um desdobramento do patrimônio produtivo. Sendo, portanto, o conjunto de instituições que compõe um sistema de produção do agronegócio, do sistema industrial, de comércio e de prestação de serviços, somados aos recursos financeiros gerados por tais sistemas e toda infraestrutura demandada por esta dimensão. Deste modo, entende-se que o Arranjo Produtivo Local de Bonés e do Vestuário de Apucarana atua na dimensão produtiva.

Os integrantes do comitê gestor da Governança do APL de Bonés reúnem-se mensalmente para discutir as principais demandas do setor. A Governança ainda é dividida em Grupos Temáticos de Trabalho, os quais se reúnem mensalmente para discutir assuntos pertinentes à sua pauta (Plano de Ação APL de Bonés 2021). Os grupos temáticos em questão são: Mercado; Imagem e Comunicação, Inovação e Capacitações.

No entanto, para o elenco de ações realizadas pelo APL de Bonés em 2023, primeiramente considerou os dados fornecidos pela própria instituição e um levantamento das principais notícias pela internet. Desta forma, o Quadro 11 apresenta as principais ações:

Quadro 11 - Principais ações do APL de Bonés em 2023

Data	Ação	Objetivos da ação	Resultado alcançado
31/01/2023	Dia do Boné ⁴³	Um evento social que tem por objetivo a comemoração referente ao Dia do Boné e uma solenidade de homenagens aos	Exposição midiática e reconhecimento público do colaborador destaque.

⁴³ Dia do Boné, realizado em 31/01/2023 disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/dia-do-bone-e-marcado-por-homenagem-a-colaboradores/>

		colaboradores destaques das empresas do setor.	
27/04/2023	Encontro Técnico ⁴⁴	Solicitar apoio ao Poder Executivo Municipal no desenvolvimento das ações de qualificação de mão de obra, divulgação do setor para as escolas e apoio em linhas de crédito.	A autarquia municipal de Educação se colocou a disposição em relação à divulgação da indústria na rede municipal de ensino; A prefeitura já possui estrutura de atendimento da Fomento Paraná no auxílio do acesso às linhas de Crédito; Prefeitura firmou parceria com Sistema FIEP para capacitação de mão de obra qualificada.
06/09/2023	Força-tarefa Contratações ⁴⁵	O APL liderou uma força-tarefa para o preenchimento de vagas de emprego as quais o setor do vestuário tem dificuldades em preenchimento do posto de trabalho	Não foram mensurados os resultados desta campanha.
27/11/2023	Projeto Bonetizando ⁴⁶	Apresentar o seguimento da indústria para alunos da rede municipal de ensino e sensibilizar as crianças sobre o empreendedorismo no setor, bem como a qualificação profissional e oportunidades de empregos.	Prefeitura via Autarquia municipal de Educação acatou a parceria no projeto e viabilizou acesso às escolas municipais para o ano de 2024.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024)

⁴⁴ Encontro técnico, realizado em 27/04/2023, disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/maior-polo-textil-do-parana-apucarana-planeja-novas-aco-es-para-dinamizar-ainda-mais-o-setor/>

⁴⁵ Força-tarefa de Contratações disponível em: <https://cbnmaringa.com.br/noticia/apucarana-faz-busca-ativa-por-trabalhadores-para-ocupar-800-vagas-abertas-na-industria-textil>

⁴⁶ Sobre o Projeto Bonetizando, disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/projeto-bonetizando-vai-promover-a-imersao-de-estudantes-na-industria/>

Também foi possível identificar ações pontuais ao longo da história do APL de Bonés, dentre as quais se destacam a EXPOBONÉ, o Concurso Garota e Garoto do Boné, missão técnica na Angola, o apoio na criação do Fórum Desenvolve Apucarana, entre outras.

No que refere as principais conquistas do segmento, destacam-se a criação ABRAFAB'Q e a certificação ISO 9000 de empresas que participam da associação, bem como a criação da ASSIBRA que se mantém como uma central de compras para seus associados (IPARDES, 2006; ACIA *et al.*, 2006).

Considera-se como conquista, porém, em 2009, a articulação do APL de Bonés na viabilização de uma missão técnica para que empresários pudessem conhecer o ecossistema produtivo da China e em Dubai, conforme Anexo C – (Missão Técnica de Negócios):

Por sua vez, no que se refere ao Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMMAP, em seu processo de criação envolveu a mobilização de diversos atores, incluindo representantes do poder público, organizações da sociedade civil, empresas e cidadãos interessados na conservação do meio ambiente em Apucarana. Foi constituído oficialmente em 2 de maio de 1995, pela Lei Municipal nº 36/1995. Inicialmente, a Lei fundamenta sobre o papel do poder público no exercício das políticas públicas em proteção ambiental, considerando o interesse local (Lei Municipal nº 36 de 2 de maio de 1995).

Na regulamentação se define a competência do município por intermédio do extinto Departamento Municipal do Meio Ambiente – DEMA, o qual atuava sob a autoridade da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos. A referida Lei ainda dispunha sobre o controle da poluição, o uso do solo, o saneamento básico, a coleta e disposição do lixo incluindo as considerações sobre o tratamento de resíduos e rejeitos perigosos, entre outros tópicos, entre os quais é criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente – COMMAP, como um instrumento de aplicação das políticas públicas municipais do meio ambiente. O propósito do COMMAP está definido conforme caput do art. 49.

Art. 49 – Fica criado o Conselho Municipal do Meio Ambiente, com a finalidade de assessorar, estudar e propor as diretrizes políticas governamentais para o meio ambiente, deliberar no âmbito de sua competência sobre recursos em processos administrativos, normas e padrões relativos ao meio ambiente.

No mesmo artigo se regulamentava sobre os membros participantes do conselho os quais eram 7 (sete) representantes do poder público e 3 (três) representantes da sociedade civil organizada. Já em 2003, sob a vigência da Lei nº 82, de 28 de julho de 2003, o Conselho passou a operar com maior participação de membros que não eram somente representante de entidades

públicas e permitiu que os membros titulares do conselho possam convidar participantes civis, porém, sem direito a voto na plenária. Esta, por sua vez, passou a ser composta por 7 (sete) representantes do poder público (municipal ou estadual), 7 (sete) representantes da sociedade civil organizada e a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, conforme Lei Municipal nº 82 de 28 de julho de 2003.

A partir do ano de 2005, o COMMAP passa a operar seu plano de ação com recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente, o FMMA, criado pela Lei nº 68 de 25 de 2005. Importante mencionar que a referida lei prevê doações da Sanepar ao FMMA, bem como outras fontes de recursos que possam financiá-lo. Em 2008, a estrutura executiva do Conselho é atualizada por seu regimento interno, atualmente vigente.

O regimento dispõe sobre a diretoria executiva, constituída pela presidência, vice-presidência, primeira e segunda secretaria, bem como trata sobre as câmaras técnicas permanentes e temporárias. As permanentes possuem como pauta as seguintes pastas: a) vegetação, fauna, unidades de conservação e áreas protegidas; b) Recursos hídricos; c) Gestão de Resíduos e Poluição; d) Política e Educação Ambiental; e) Questões sociais e econômicas; f) Legislação e; g) Usos e Ocupação do Solo.

No entanto, somente com a Lei Municipal Complementar nº 12, de 31 de dezembro de 2020, que o Conselho atualizou sua estrutura de membros e possuiu uma regulamentação mais abrangente em seu escopo de atuação. Assim, atualmente, a plenária é composta por 7 (sete) representantes do poder público (municipal ou estadual), 8 (oito) representantes da sociedade civil organizada e a Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR, representando o setor privado. (Apucarana, 2020).

Dentre as principais ações do COMMAP, importa mencionar seu plano de ação para o ano de 2024, aprovado de acordo com a Ata nº 208/2023, apresentado no Quadro 12.

Quadro 12 - Plano de Ação do COMMAP 2024

AÇÃO	DESCRIÇÃO	OBJETIVO
Plano de Arborização	O Plano de Arborização é um instrumento para direcionar tanto o plantio de novas árvores como sua substituição	Atender obrigação legal e oferecer ao poder executivo um planejamento para futuras ações para intervir tanto na arborização já existente, como para atuar em áreas que ainda não possuem arborização.
Análise Química de Água	Reagentes para utilização em análises químicas dos Ribeirões Barra Nova e Biguaçu	Objetivo de monitorar a qualidade das águas em nascentes e córregos do território de Apucarana, para servir de subsídio de fiscalização. Atuar em conjunto ao ministério público com denúncias de poluição e estabelecer parceria com a UTFPR – Apucarana.

Educação Ambiental	Campanhas educativas incentivando a destinação correta dos resíduos	Informar e conscientizar o cidadão sobre a problemática da destinação irregular de resíduos, bem como incentivar a população sobre a destinação dos resíduos nos locais adequados.
	Formação do "cidadão ecológico" com oficinas, palestras, teatros e campanhas no ambiente escolar e espaço público em geral.	Trazer a formação do cidadão consciente em relação aos 5R's nas escolas e em espaços públicos, trazer a conscientização do dever de preservar o meio ambiente como todo.
Programa de arborização Urbana	Aquisição de mudas para arborização Urbana	Fazer o replantio de árvores nos passeios públicos de espécies com porte adequado ao ambiente e proporcionar melhora no microclima local.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

Deste modo, se observa que o foco do conselho para o ano de 2024, se direciona basicamente para o monitoramento das nascentes, para o plano de arborização e aquisição de mudas e mais dois projetos de educação ambiental com o foco na sensibilização e na prevenção de danos ambientais.

Também é possível identificar outras ações pontuais do COMMAP que podem ser considerados como conquistas, por exemplo, a participação indireta na solicitação de caminhões de coleta para a Cooperativa dos Catadores de Materiais Recicláveis de Apucarana – COCAP⁴⁷, ou ainda a participação no programa estadual de recuperação de nascentes junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SEMA, e o Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – IDR⁴⁸.

3.4 Caminhos e alternativas para o desenvolvimento territorial

Considerando o exposto, verifica-se que algumas governanças possuem mais atividades no decorrer do período pesquisado em relação a outras. A começar pelo APL de Bonés que, por sua vez, possui relevância histórica na participação do desenvolvimento do setor industrial da cidade, realizou missões técnicas e promoveu capacitações para o setor empresário. No entanto, ao se referir em projetos mais abrangentes e que possuem impacto para a população local, o APL teve papel fundamental junto à ACIA e ao SIVALE na articulação política para trazer um Campus da UTFPR, um feito importante ao tornar acessível ensino público gratuito e de qualidade para a população local e nacional, ainda que em um passado recente. No entanto,

⁴⁷ Aquisição de Caminhões para a COCAP, disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/parceria-entre-estado-e-prefeitura-viabiliza-novos-caminhoes-a-cocap/>

⁴⁸ Recuperação de nascentes, disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/idr-pr-sema-e-cristma-recuperam-nascente-do-rio-pirapo-em-apucarana/>

atualmente seu foco de atuação se restringe a capacitação de mão de obra ou a programas de contratações. O grupo se reúne periodicamente, no entanto, possui dificuldades em transformar o planejamento em ações.

Já a ACIA possui uma agenda de atividades mais volumosa. Seu campo de atuação também se concentra na defesa dos interesses de seus associados, conforme seu estatuto, e em diversas oportunidades se engaja em projetos paralelos, como inovação, campanhas de conscientização de trânsito e articulação política. A governança se mostra consolidada e é traduzida em algumas conquistas para toda a população, como exemplo, seu papel na instalação do Campus da UTFPR e na Campanha “Chega de Mortes” que resultou na duplicação da BR-376. A própria criação do Conecta Apucarana, demonstra que os diretores da ACIA se preocupam com as mudanças tecnológicas e na mudança de cultura promovida por seus avanços. Tem dedicado a maior parte de sua agenda na promoção e no desenvolvimento da classe empresária que compõe seu quadro associativo. Suas campanhas buscam fomentar a economia local através do aumento das vendas locais.

O Conecta Apucarana levanta a bandeira da inovação tecnológica e manifesta querer promover o desenvolvimento local por meio da inovação. No entanto, por se tratar de uma governança jovem atua fortemente na dimensão institucional, principalmente na sensibilização da comunidade sobre a importância da inovação na resolução de problemas sociais, porém, suas ações não possuem a capilaridade em trazer resultados diretos a população. Por exemplo, as Lei Municipais nº 119/2018, nº 17/2023 e nº 15/2023, todas propostas pelo Conecta auxiliam apenas no âmbito da regulamentação das práticas e incentivos de inovação no município, no entanto, ainda falta atuar incisivamente na ideação das soluções para problemas sociais realmente relevantes, ou seja, que atenda e resolva problemas do maior número de pessoas.

O COMMAP possui agenda baseada nos recursos disponibilizados ao FMMA. Portanto, apesar de atuar na educação e conscientização ambiental, tende a ficar refém da velocidade da administração pública. Por estar sediada na SEMA, acaba dividindo os objetivos políticos de defesa ao meio ambiente, talvez por isso, não possui tanto engajamento de seus conselheiros na elaboração de propostas ou estudos mais aprofundados a partir das Câmaras Técnicas. A parceria com a UTFPR *Campus* de Apucarana pode ajudar no âmbito do monitoramento da qualidade das águas e até mesmo identificar focos de poluição das nascentes com mais precisão, facilitando assim a fiscalização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a pesquisa, conclui-se que desenvolvimento territorial é um processo complexo e multifacetado que envolve a interação de diversos atores e instituições em um determinado espaço geográfico. Nesse contexto, a governança surge como um conceito-chave, desempenhando um papel fundamental na condução e na coordenação das ações necessárias para impulsionar o desenvolvimento territorial. A compreensão da dinâmica entre governança e desenvolvimento territorial é crucial para o planejamento e a implementação de estratégias efetivas de transformação de territórios.

De acordo com Dallabrida (2003, 2016 e 2017), a governança é um conceito amplo que envolve a interação entre diferentes atores e instituições, públicas e privadas, na tomada de decisões e na gestão de recursos. Ela se baseia em princípios de participação, transparência, responsabilidade e colaboração, buscando promover a eficiência e a sustentabilidade das ações coletivas. Já o desenvolvimento territorial refere-se ao processo de transformação de um determinado território, envolvendo aspectos socioeconômicos, ambientais e culturais.

A fundamentação teórica apresentada no transcrito da dissertação indica que a governança pode exercer um papel fundamental nas transformações territoriais, influenciando a capacidade de um território de se desenvolver de forma sustentável e inclusiva. Através de mecanismos de coordenação e cooperação entre os atores envolvidos, a governança pode fomentar a construção de parcerias e ações conjuntas, a alocação eficiente de recursos e a articulação de políticas públicas. Além disso, a governança também pode desempenhar um papel importante na criação de um ambiente propício ao empreendedorismo e à inovação, estimulando a geração de emprego e renda.

No entanto, observa-se que as governanças estudadas na presente pesquisa, em alguns momentos trocam experiências e compartilham a execução de algumas ações, como exemplo a ACIA e o Conecta Apucarana que desenvolvem ações em conjunto, ou o APL de Bonés que, em diversos momentos de sua história, também coordenou ações em conjunto com a ACIA ou outros parceiros. Ao COMMAP que, no ano de 2021, através da SEMA, apontado pelo Conecta Apucarana (Relatório 2023), organizou junto ao Conecta Apucarana um evento cultural denominado Hackathon para desenvolver tecnologias acessíveis para o monitoramento das águas e afluentes do município de Apucarana⁴⁹. Porém, ainda se observa baixo

⁴⁹ Apesar de mencionado em Relatório 2023, pode ser conferido na notícia a seguir:

<https://www.apucarana.pr.gov.br/site/maratonatecnologica-vai-criar-solucoes-para-o-monitoramento-da-agua/>

compartilhamento entre as iniciativas ou a falta de condensação de iniciativas para uma melhor troca de experiências ou para facilitar a busca de eventuais apoios ou fomento para as iniciativas planejadas.

Assim, sugere-se que as governanças não percam de vista as agências governamentais de desenvolvimento a fim de se beneficiarem de programas próprios de fomento. Neste contexto, em resposta à crescente demanda por políticas regionais que integrassem planejamento territorial e sustentabilidade, a Agência de Desenvolvimento Regional Sustentável (AGEUNI) foi criada em 2022. Sua fundação contou com a colaboração de órgãos públicos, universidades e organizações da sociedade civil, consolidando-se como uma entidade de governança colaborativa (PARANÁ, 2024).

Criada pelo Governo do Paraná por meio da Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (SETI), tem como objetivo promover o desenvolvimento socioeconômico e a competitividade das empresas paranaenses, integrando universidade, empresa, governo e sociedade. A iniciativa, fundamentada no Decreto Estadual nº 10.769/2022 e na Lei Estadual de Inovação do Paraná (Lei nº 20.541/2021), busca alavancar projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em parceria com instituições acadêmicas, startups, cooperativas, empresas e organizações civis (PARANÁ, 2024).

A AGEUNI utiliza recursos do Fundo Paraná para fomentar projetos alinhados às áreas prioritárias definidas pelo Conselho Paranaense de Ciência e Tecnologia, incluindo agronegócios, saúde, energias renováveis, cidades inteligentes, transformação digital e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Essas ações são articuladas pelas universidades estaduais, aproveitando sua capilaridade e conhecimento científico, com foco em estimular a inovação e a colaboração entre os diferentes agentes regionais (PARANÁ, 2024).

Assim, as governanças locais, podem encontrar ponto de apoio na AGEUNI ao submeter projetos que promovam o desenvolvimento territorial, pois a agência desempenha um papel fundamental na promoção do desenvolvimento regional sustentável, articulando políticas públicas, inovação e engajamento social. Suas ações têm gerado impactos positivos em diversas áreas, mas é necessário superar desafios relacionados a financiamento e governança para ampliar seus resultados. Com uma abordagem estratégica e colaborativa, a agência tem potencial para se tornar uma referência no fortalecimento do desenvolvimento sustentável em escala nacional e internacional, de acordo com a legislação que a criou (PARANÁ, 2024).

Por fim, a partir das considerações apontadas na análise das governanças presentes em Apucarana, entende-se que cada governança contribui sim, do seu modo, para o desenvolvimento local, limitando-se a sua agenda de interesse e seu escopo de atuação.

Observa-se também que a forma de estrutura de atuação, quantidade de participantes, objetivos claros e processos mais fluidos, tornam o ritmo de planejamento e ação mais dinâmicos, corroborando com a premissa da primeira hipótese de que indivíduos dotados de algum poder podem influenciar a dinâmica de desenvolvimento. No entanto, emerge-se uma lacuna na qual se questiona como se estabelece este poder a determinados indivíduos, qual o grau de influência deles sobre o restante do grupo e qual o contexto inserido no espaço tempo. A exemplo do COMMAP e do APL que, apesar de se reunirem periodicamente, não se encontra variedade de ações e eventos recentes que possam ser traduzidos em benefícios massivos para a população e para o desenvolvimento territorial, mostrando que em momentos específicos ao longo da história destas instituições as quais realizaram algumas ações importantes para o município e que estas ações dependeram estritamente do exercício de poder dos indivíduos que, naquele momento, eram os gestores das governanças.

Importante ressaltar que, apesar de a ACIA e o Conecta Apucarana demonstrarem um maior envolvimento das lideranças locais, ainda predominam as pautas institucionais e de sensibilização, repetindo programas de incentivo ao empreendedorismo e a inovação fomentados pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná (SEBRAE/PR), instituição que se demonstrou como um ponto de interseção destas entidades. Isto demonstra que as ações dependem do engajamento e do interesse de seus participantes. Desta forma, pode-se interpretar que a segunda hipótese talvez dependa da primeira, ou seja, o desenvolvimento territorial sendo uma decorrência de ações planejadas e coordenadas, por seus diversos agentes, de modo que as motivações da governança são traduções de interesses individuais e/ou coletivos, ou a agenda e objetivos em comum do grupo sejam decorrências da influência de seus líderes ou porta-vozes que exerçam determinado poder, desde que em vigência.

O que abre precedente para um novo problema, se o grau de envolvimento e de pertencimento dos participantes na governança contribui para elaboração em quantidade e qualidade de ações ou políticas públicas de desenvolvimento territorial? Entende-se como relevante este questionamento pois as governanças compostas por diversas instituições são representadas por indivíduos que possuem formações distintas, talvez valores distintos e até mesmo expectativas diversas ao participar destes movimentos. Em outras palavras, como já foi mencionado anteriormente, uma governança atua conforme o alinhamento de expectativas e interesses de seus constituintes. Portanto, importante o destaque desta temática de modo que mais pesquisas interdisciplinares possam contribuir na construção de valioso conhecimento.

REFERÊNCIAS

1ª VARA FEDERAL DE APUCARANA. **Portal Unificado da Justiça Federal da 4ª Região**, 2024. Disponível em: https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=2890. Acesso em: 20 mar. 2024.

ACIA – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E DE SERVIÇOS DE APUCARANA; FACULDADE DE APUCARANA – FAP; INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – IPARDES; SERVIÇO DE APOIO A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS-SEBRAE/PR; SINDICATO DA INSUSTRIA DO VESTUÁRIO DE APUCARANA E DO VALE DO IVAI. **Censo Industrial do arranjo produtivo local de confecções de bonés de Apucarana no estado do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 2006.

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA AGÊNCIA INSS APUCARANA. **Instituto Nacional do Seguro Social**, 2024. Disponível em: https://www.gov.br/inss/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/acordos-de-cooperacao-tecnica-acts/parana-pr/apucarana/apucarana-termo-de-adesao_ocultado.pdf/view. Acesso em: 20 mar. 2024.

AGÊNCIA DA RECEITA ESTADUAL DE APUCARANA. **Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná**, 2024. Disponível em: <http://pdp.fazenda.pr.gov.br/pdp/agencias/dados/1501>. Acesso em: 20 mar. 2024.

AGÊNCIA RECEITA FEDERAL DE APUCARANA. **Receita Federal Ministério da Economia**, 2024. Disponível em: <https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/saga/unidadesatendimento/Unidades/InformacoesDasUnidades.aspx?unidade=09056>. Acesso em: 20 mar. 2024.

AMARO, Rogério Roque. Desenvolvimento ou Pós-Desenvolvimento? Des-Envolvimento e... Noflay!. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, v. 34, p. 77-111, set-nov. 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/2335>. Acesso em: 24 mai. 2022.

AMARO. Rogério Roque. Desenvolvimento – um conceito ultrapassado ou em renovação? Da teoria à prática e da prática à teoria. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa v. 4, p. 35-70, 1 jun. 2003. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cea/1573>. Acesso em: 22 jun. 2022.

ANDRADE, Aurea Andrade Viana de; SERRA, Elpídio. Território e Desenvolvimento na Perspectiva dos Geógrafos da Escola de Turim - Itália. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, p. 552, 2017. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/download/50771/24795>. Acesso em: 29 jul. 2021.

APL BONÉS APUCARANA. **Plano de Desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Bonés de Apucarana-Paraná**. Apucarana, 2005. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl/biblioteca-apl/planos-de-desenvolvimento-dos-apls/pdp-de-confeccao-de-bones-de-apucarana.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2024.

APUCARANA. **Lei nº 12 de 31 de dezembro de 2020**. Dispõe Sobre a Política de Proteção, Conservação e Recuperação do Meio Ambiente no Município de Apucarana e Revoga a Lei Complementar nº 036, de 02 de maio de 1995. Diário Oficial do Município de Apucarana. Disponível em: http://sys.apucarana.pr.gov.br/apucarana-pr/FWLocal/diario_oficial/novo/. Acesso: 05 abr. 2024.

APUCARANA. **Lei nº 119 de 5 de dezembro de 2018**. Dispõe sobre incentivos a inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, social e ambiental no âmbito do Município de Apucarana. Diário Oficial do Município de Apucarana. Disponível em: http://sys.apucarana.pr.gov.br/apucarana-pr/FWLocal/diario_oficial/novo/. Acesso: 20 mar. 2024.

APUCARANA. **Lei nº 15 de 24 de março de 2023**. Dispõe sobre as regras para a constituição e normas gerais de funcionamento de ambiente regulatório experimental na cidade de Apucarana - Paraná. Diário Oficial do Município de Apucarana. Disponível em: <https://apucarana.atende.net/diariooficial/edicao>. Acesso: 20 mar. 2024.

APUCARANA. **Lei nº 17 de 24 de março de 2023**. Institui o Programa de Estímulo ao Empreendedorismo e a Inovação no Município de Apucarana. Diário Oficial do Município de Apucarana. Disponível em: <https://apucarana.atende.net/diariooficial/edicao>. Acesso: 20 mar. 2024.

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO PARANÁ. **Paraná Governo do Estado**, 2024. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Enderecos-e-Contatos>. Acesso em: 20 mar. 2024.

ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **PNUD BRASIL, IPEA E FJP**, 2022. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/acervo/biblioteca>. Acesso em: 13 jul. 2024

BELLINGIERI, Julio Cesar; SOUZA, José Gilberto de; MIRANDA, Claudio de Souza. Percepções do desenvolvimento em três municípios paulistas. **Planejamento e Política Pública**, Brasília, v. 51, p. 285-314, 12 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9894>. Acesso em: 22 jul. 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm. Acesso em: 01 abr. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Planalto. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2021/Lei/L14133.htm#art186. Acesso em: 01 abr. 2024.

BRASIL. Empresas e Negócios. **Painéis do Mapa de Empresas**. REDESIM. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/mapa-de-empresas/painel-mapa-de-empresas>. Acesso em: 20 set. 2023.

COASE, Ronald Harry. The nature of the firm. **Economica**, Londres, v. 4, n. 16, p. 386-405, nov 1937. DOI <https://doi.org/10.1111/j.1468-0335.1937.tb00002.x>. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/toc/14680335/1937/4/16>. Acesso em: 10 out. 2023.

CONECTA APUCARANA. Ações 2023. **Relatório 2023**, Apucarana, p. 1-149, 6 fev. 2024. Disponível em: <https://1drv.ms/b/s!AhLh0eiOoMgzg6FYK8KjMTw2tz3OHA?e=Y5meyh>. Acesso em: 6 fev. 2024.

CONECTA APUCARANA. Conecta Apucarana. **Revista Conecta Apucarana**, Apucarana, p. 1-16, 20 ago. 2018. Disponível em: https://1drv.ms/b/s!AhLh0eiOoMgzg6FXOVHLArHZ1_UZeg?e=uz7XcL. Acesso em: 6 fev. 2024.

COSTA, Fabio Rodrigues da. **A irracionalidade do desenvolvimento no capitalismo: acumulação, desigualdade e crise**. Campo Mourão: Fecilcam; Curitiba: Editorial Casa, 2022.

COSTA, Fabio Rodrigues da. **Condições periféricas: desenvolvimento geográfico desigual no Paraná**. Campo Mourão: Fecilcam, 2016.

CUNHA, Idaulo José. **Governança, internacionalização e competitividade: de aglomerados produtivos de móveis do sul do Brasil, Portugal e Espanha**. Chapecó: Arcus, 2007.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Teorias do desenvolvimento: aproximações teóricas que tentam explicar as possibilidades e desafios quanto ao desenvolvimento de lugares, regiões, territórios ou países**. Curitiba: CRV, 2017.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Território e governança territorial, patrimônio e desenvolvimento territorial: estrutura, processo, forma e função na dinâmica territorial do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional G&DR**. V. 16, N. 2, P. 63-78, mai-ago/2020. Taubaté, SP, Brasil.

DALLABRIDA, Valdir Roque. **Território, governança e o desenvolvimento territorial: indicativos teórico-metodológicos, tendo a Indicação Geográfica como referência**. São Paulo: LiberArts, 2016.

DALLABRIDA, Valdir Roque; BECKER, Dinizar Firminiano. Governança Territorial: um primeiro passo na construção de uma proposta teórico-metodológica. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 73-97, 2003. Disponível em: <https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/80>. Acesso em: 21 ago. 2023.

DALLABRIDA, Valdir Roque; ROTTA, Edeimar; BÜTTENBENDER, Pedro Luís; DENARDIN, Valdir Frigo; ARENGART, Livio Osvaldo. **Abordagem territorial do desenvolvimento: categorias conceituais e pressupostos metodológicos**. Matinhos, Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável GUAJU, v.7, n.1, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/view/80437/44421>. Acesso em: 20 ago. 2023.

- DARWIN, Charles. **A origem das espécies: por meio da seleção natural**. Tradução de André Campos Mesquita. 6. ed. São Paulo, SP: Lafonte, 2017.
- DESENVOLVER. In: **HOUAISS**, Grande Dicionário Houaiss. São Paulo: UOL, 2022. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#0. Acesso em: 22 jun. 2022.
- DESENVOLVIMENTO. In: **HOUAISS**, Grande Dicionário Houaiss. São Paulo: UOL, 2022. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#0. Acesso em: 22 jun. 2022.
- DESENVOLVIMENTO. In: **HOUAISS**, Grande Dicionário Houaiss. São Paulo: UOL, 2022. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#0. Acesso em: 22 jun. 2022.
- DIAS, Maria Olívia. O desenvolvimento por múltiplos caminhos. **Gestão e Desenvolvimento**, n. 21, p. 83-100, 1 jan. 2013. Disponível em: <https://revistas.ucp.pt/index.php/gestaoedesenvolvimento/article/view/242>. Acesso em: 31 mai. 2022.
- DINIZ, Francisco. **Crescimento e desenvolvimento económico: modelos e agentes do processo**. 2. ed. Lisboa, PT: Editora Sílabo, 2010.
- ENDEREÇOS E CONTATOS. **Instituto de Desenvolvimento Rural do Paraná – Iapar-Emater**, 2024. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Enderecos-e-Contatos>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- ENVOLVER. In: **HOUAISS**, Grande Dicionário Houaiss. São Paulo: UOL, 2022. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#0. Acesso em: 22 jun. 2022.
- FARIA, Maria do Carmo Carvalho. Apucarana – processo de ocupação e colonização. In: **CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA**, nº 8, 2015, Maringá. *Anais*. Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1430.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. Campinas: Papyrus, 1998.
- FÓRUM DA COMARCA DE APUCARANA. **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**, 2024. Disponível em: <https://www.tjpr.jus.br/enderecos-e-informacoes>. Acesso em: 20 mar. 2024.
- FUINI, Lucas Labigalini. **Manifestações da governança territorial no Brasil: uma análise do 'circuito das águas paulista' e do 'circuito das malhas do sul de Minas Gerais'**. 2010. 191 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/104392>. Acesso em: 22 ago. 2023.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo Brasileiro de 2022**. 2023. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/demografico-2022/primeiros-resultados-populacao-e-domicilios>. Acesso em: 16 set. 2023.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Cidades**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/apucarana/panorama> . Acesso em: 16 set. 2023.

INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA EM APUCARANA. **Polícia Civil do Paraná**, 2024. Disponível em: <https://www.policiacivil.pr.gov.br/webservices/policiacivil/listaTelefonica>. Acesso em: 20 mar. 2024.

IPARDES. Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Caderno Cidades: Apucarana**. 2023. Disponível em: <https://www.ipardes.pr.gov.br/Pagina/Cadernos-municipais>. Acesso em: 18 set. 2023.

IPARDES. Instituto paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Arranjo Produtivo Local de Bonés de Apucarana: Nota Técnica**. Curitiba: IPARDES, 2006. Disponível em: https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2020-03/apl_bones_apucarana_nota_tecnica_2006.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

ITEDES. Instituto de Tecnologia e Desenvolvimento Econômico e social. **Mapeamento das estruturas produtivas e setores estratégicos do município de Apucarana/PR**. Londrina: UENP, 2022.

IVO, Anete B. L. O paradigma do desenvolvimento: do mito fundador ao novo desenvolvimento. **Revista CRH**, Salvador, v. 25, n. 65, p. 187-210, maio/ago. 2012. <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/19344> . Acesso em: 18 jun. 2023

KERSTENETZKY, Celia Lessa. **O Estado de Bem-Estar Social na era da razão: a reinvenção do estado social no mundo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Renda**. São Paulo: Nova Cultural, Coleção “Os Economistas”, 1996.

LEITE, Lucas Amaral Batista. Darwinismo social e alteridade nos Estados Unidos: da guerra civil à construção do imperialismo. **Perspectivas: Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 54, p. 73-106, jul./dez. 2019. Disponível: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/15210>. Acesso em: 17 jun. 2022.

MAPA DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**, 2024. Disponível em: <https://mapaosc.ipea.gov.br/mapa/4101408>. Acesso em: 20 mar. 2024.

MAXWELL, Joseph Alex. **A Realist Approach for Qualitative Research**. 2. ed. Thousand Oaks-CA: SAGE Publications, 2012. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=xIs49CdoNp0C&lpg=PP1&hl=pt-BR&pg=PP1#v=onepage&q&f=false> . Acesso em: 04 nov. 2024. Prévia.

MEADOWS, Donella H; MEADOWS, Dennis L.; RANDERS, Jorgen; BEHRENS III, William W. **Limites do Crescimento**. Tradução de Inês M. F. Litto. 2ª Ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 1978.

NÚCLEOS REGIONAIS DE EDUCAÇÃO. **Secretaria da Educação**, 2024. Disponível em: <https://www.nre.seed.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=524>. Acesso em: 20 mar. 2024.

OLIVEIRA, Gilson Batista de. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**. Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/477/372>. Acesso em: 18 jun. 2022.

OLIVEIRA, Mariana Morais de. **Neologismos na mídia impressa contemporânea: uma análise linguístico-discursiva**. 2018. 189 f. Tese (Doutorado em Literaturas de Língua Inglesa; Literatura Brasileira; Literatura Portuguesa; Língua Portuguesa; Ling) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/5949> . Acesso em: 31 mai. 2022.

ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO. **Apucarana**, 2024. Disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/orgaos-da-administracao/>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PARANÁ. **Decreto Estadual nº 10.769, de 12 de abril de 2022**. Dispõe sobre a criação do PROGRAMA AGEUNI - Agências para o Desenvolvimento Sustentável e Inovação do Paraná e dá outras providências. Diário Oficial do Estado do Paraná, Curitiba, 12 abr. 2022. Disponível em: <https://www.legislacao.pr.gov.br>. Acesso em: 13 nov. 2024.

PARANÁ. Secretaria da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. **AGEUNI: Agência de Desenvolvimento Regional e Inovação**. Disponível em: <https://www.seti.pr.gov.br/cct/ageuni>. Acesso em: 13 nov. 2024.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative Research & Evaluation Methods: Integrating Theory and Practice**. 4. Ed. Thousand Oaks-CA: SAGE Publications, 2014. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/Qualitative_Research_Evaluation_Methods/-CM9BQAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Patton%2C%20M.%20Q.%20\(2014\).%20Qualitative%20Research%20%26%20Evaluation%20Methods%3A%20Integrating%20Theory%20and%20Practice.&pg=PA1&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/Qualitative_Research_Evaluation_Methods/-CM9BQAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Patton%2C%20M.%20Q.%20(2014).%20Qualitative%20Research%20%26%20Evaluation%20Methods%3A%20Integrating%20Theory%20and%20Practice.&pg=PA1&printsec=frontcover) . Acesso em: 04 nov. 2024. Prévia.

PETTER, Rodolfo Reinaldo; RESENDE, Luis Mauricio; CERANTO, Fabricio Alexandre Alves. Nível de maturidade de arranjos produtivos locais (APL): um diagnóstico no APL de bonés de Apucarana – PR. **Revista Produção Online**, [S. l.], v. 11, n. 3, p. 803–822, 2011. DOI: 10.14488/1676-1901.v11i3.875. Disponível em: <https://producaonline.emnuvens.com.br/rpo/article/view/875>. Acesso em: 20 mar. 2024.

PEREZ, Olívia Cristina. O Que é Interdisciplinaridade? Definições mais comuns em Artigos Científicos Brasileiros. **INTERSEÇÕES**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 454-472, dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/irei.2018.39041>. Acesso em: 22 mai. 2022.

PIRES, Elson Luciano Silva; FUINI, Lucas Labigalini; FILHO, Wilson Bento Figueiredo; MENDES, Eugênio Lima. A governança territorial revisitada: dispositivos institucionais, noções intermediárias e níveis de regulação. **GEOgraphia**, Niterói, ano 2017, v. 19, ed. 41, p. 24-38, 2018. DOI <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2017.v19i41>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/issue/view/858>. Acesso em: 22 ago. 2023.

PMAI. Programa Municipal de Atração de Investimentos. **Apucarana**. 2019. Disponível em: https://www.investparana.org.br/sites/portal-empendedor/arquivos_restritos/files/documento/2020-01/PMAI%20Apucarana%20-%20Digital.pdf. Acesso em: 18 set. 2023.

POMBO, Olga. Interdisciplinaridade e integração dos saberes. **Liinc em Revista**, v.1, n.1, março 2005, p. 3 -15. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3082>. Acesso em: 08 mai. 2023.

PROJETO “BONETIZANDO” VAI PROMOVER A IMERSÃO DE ESTUDANTES NA INDÚSTRIA. **Prefeitura Apucarana**. Apucarana, 27 de novembro de 2023. Disponível em: <http://www.apucarana.pr.gov.br/site/projeto-bonetizando-vai-promover-a-imersao-de-estudantes-na-industria/>. Acesso em: 25 mar. 2024.

PROMOTORIA DA JUSTIÇA DE APUCARANA. **Ministério Público do Paraná**, 2024. Disponível em: <https://site.mppr.mp.br/Encontre-uma-Promotoria-de-Justica>. Acesso em: 20 mar. 2024.

RICARDO, David. **Os princípios da economia política e da tributação**. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Coleção Os Economistas). *E-book*. disponível em: <https://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/index.php?id=Autores&aut=Ricardo,%20David>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SACHS, W. Meio ambiente. In: SACHS, W. (Org.). **Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SANTOS, Elinaldo Leal; BRAGA, Vitor.; SANTOS, Reginaldo Souza; BRAGA, Alexandra Maria da Silva. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **DRd - Desenvolvimento Regional em debate**, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 44–61, 2012. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/215>. Acesso em: 23 mai. 2022.

SAQUET, Marcos Aurélio. Abordagens e Concepções de Território e Territorialidade. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011. Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-16.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e Concepções de território**. 3 ed. São Paulo: expressão popular, 2013.

SAQUET, Marcos Aurélio. O território: a abordagem territorial e suas implicações nas dinâmicas de desenvolvimento. **Revista de Desenvolvimento Regional e Agronegócio**. Edição especial IGepec, Toledo, v. 23, p. 25-39, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/view/22719> . Acesso em: 21 ago. 2023.

SEBRAE/PR. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná. **Mapeamento do Ecossistema Local de Inovação de Apucarana**, Apucarana, p. 1-69, 31 ago. 2023. Disponível em: <https://1drv.ms/b/s!AhLh0eiOoMgzg6FZYy46aoTEsG5dNQ?e=NZ6xQe>. Acesso em 04 abr. 2024.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SIVALE. Sindicato das Indústrias do Vestuário de Apucarana e Vale do Ivaí. **Acervo histórico do APL de Bonés de Apucarana**, Apucarana, 20 fev. 2024. Disponível em: <https://1drv.ms/f/s!AhLh0eiOoMgzg9RKUIklUam1lNHpZw?e=8TpkUW>. Acesso em: 20 fev. 2024.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 1. (Coleção Os Economistas). *E-book*. disponível em: <https://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/index.php?id=Autores&aut=Smith,%20Adam>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996. v. 2. (Coleção Os Economistas). *E-book*. disponível em: <https://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/index.php?id=Autores&aut=Smith,%20Adam>. Acesso em: 20 mai. 2024.

SOBRE O PROJETO. In: **Conecta Apucarana**, 2024. Disponível em: <https://www.conectaapucarana.com.br> . Acesso em: 20 mar. 2024.

SOUZA, Fernando da Cruz; MORAES, Nelson Russo de. ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA. **Revista Observatório**, [S. l.], v. 5, n. 5, p. 906–936, 2019. DOI: 10.20873/uft.2447-4266.2019v5n5p906. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/8230>. Acesso em: 24 jul. 2023.

STAKE, Robert E. **The Art of Case Study Research**. Thousand Oaks-CA: SAGE Publications, 1995. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/The_Art_of_Case_Study_Research/ApGdBx76b9kC?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Stake%2C%20R.%20E.%20\(1995\).%20The%20Art%20of%20Case%20Study%20Research.&pg=PR4&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/The_Art_of_Case_Study_Research/ApGdBx76b9kC?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Stake%2C%20R.%20E.%20(1995).%20The%20Art%20of%20Case%20Study%20Research.&pg=PR4&printsec=frontcover) . Acesso em: 04 nov. 2024. Prévia.

STORPER, Michael. **The Regional World: Territorial Development in a Global Economy**. Nova Iorque: Guilford Press. 1997. Disponível em: [https://www.google.com.br/books/edition/The_Regional_World/ROaCVd6RRN8C?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Storper%2C%20M.%20\(1997\).%20The%20Regional%20World%3A%20Territorial%20Development%20in%20a%20Global%20Economy.&pg=PR4&printsec=frontcover](https://www.google.com.br/books/edition/The_Regional_World/ROaCVd6RRN8C?hl=pt-BR&gbpv=1&dq=Storper%2C%20M.%20(1997).%20The%20Regional%20World%3A%20Territorial%20Development%20in%20a%20Global%20Economy.&pg=PR4&printsec=frontcover) . Acesso em: 04 nov. 2024. Prévia.

TEIXEIRA, Tiago Roberto Alves; ANDRADE, Aurea Andrade Viana de. Governança e Geografia: uma visão geral das abordagens no norte global. **International Journal Of Development Research**, v. 11, p. 45062-45068, 2021. Disponível em: <https://www.journalijdr.com/sites/default/files/issue-pdf/21315.pdf> . Acesso em: 29 jul. 2021.

TEMPLE, William. **Christianity and the State**. London: Macmillan and Co, 1928. E-book. Disponível em: https://openlibrary.org/books/OL14024799M/Christianity_and_the_state . Acesso em: 20 jun. 2023.

UN – UNITED NATIONS. **Indicators of sustainable development: guidelines and methodologies**. 3rd ed. New York: United Nations, 2007. Disponível em: <https://www.un.org/esa/sustdev/natlinfo/indicators/guidelines.pdf> . Acesso em: 14 ago. 2023.

UNDP – UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME. **Human Development Report 1990**. New York, Oxford: Oxford University Press, 1990. Disponível em: <https://hdr.undp.org/content/human-development-report-1990>. Acesso em: 14 ago. 2023.

UNIDADES. **Departamento de Trânsito do Paraná**, 2024. Disponível em: <https://www.idrparana.pr.gov.br/Pagina/Enderecos-e-Contatos>. Acesso em: 20 mar. 2024.

VIARO, Mário Eduardo. Uma breve história da Etimologia. **Filologia e Linguística Portuguesa**, [S. l.], v. 15, n. esp., p. 27-67, 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/flp/article/view/82818>. Acesso em: 31 mai. 2022.

VOLVER. In: HOUAISS, Grande Dicionário Houaiss. São Paulo: UOL, 2022. Disponível em: https://houaiss.uol.com.br/corporativo/apps/uol_www/v6-0/html/index.php#0 . Acesso em: 22 jun. 2022.

Williamson, Oliver. E. Strategizing, economizing, and economic organization. **Strategic Management Journal**, 12(S2), 75–94, 1991. Disponível em: <http://www.jstor.org/pss/2486435>. Acesso em: 20 mai. 2024.

WIZNIEWSKY, Carmen Rejane Flores; *et al.* **Geografia I**. Santa Maria, RS: UFSM, NTE, 2018. *E-book*. Disponível em: <https://www.infolivros.org/pdfview/2691-geografia-1-carmen-rejane-flores-wizniewsky-eliane-maria-foleto-marilucia-ben-dos-reis-valdir-skrzypczak-e-joao-silvano-zanon/> . Acesso em: 01 ago. 2023.

YIN, Robert Kuo-zuir. *Case Study Research: Design and Methods*. 5ª Ed. Thousand Oaks, CA: Sage, 2014. Revisado por Trista Hollweck. **Canadian Journal of Program Evaluation**, University of Ottawa, CA, v. 30, n. 1, 22 de outubro de 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.3138/cjpe.30.1.108> . Acesso em: 31 out. 2024.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Mapeamento das governanças em Apucarana

- ASRI – Associação do Sistema Regional de Inovação do Vale do Ivaí
- Fórum Desenvolve Apucarana
- Conecta Apucarana
- Arranjo Produtivo Local de Bonés e do Vestuário – APL de Bonés
- Observatório Social de Apucarana
- 2 Igreja Batista Em Apucarana
- A Casa Dos Anjos
- A P M Da Escola Municipal Professora Marilda Duarte Noli - Educação Infantil E Ensino Fundamental
- A.B.I.A - Assoc. Benef. Dos Idosos De Apucarana
- A.P.M.F. Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Municipal Professor Idalice Moreira Prates - Educação Infantil E Ensino Fundamental
- A.P.M.F. Da Esc Mul Sen Marcos De Barros Freire - Educ. Infantil E Ens. Fundamental
- A.P.M.F. Da Escola Mun. Joao Batista-Educação Infantil E Ensino Fundamental
- A.T.E.A.A. - Associação De Transportes Escolares Alternativa Apucarana
- Aaba - Associação Dos Amigos Do Bosque De Apucarana
- Aarca - Associação De Apoio, Recuperação, Cuidados Aos Animais De Apucarana
- Academia De Letras, Artes E Ciências Centro-Norte Do Paraná
- Ação Social Cristo Profeta
- Acefocap - Associação Dos Centros De Formação De Condutores Práticos Da Cidade De Apucarana
- Aceua - Associação Cultural Etnico-Ucraniana De Apucarana
- Acofel - Associação Dos Comerciantes Da Feira Da Lua De Apucarana
- Act - Associação Do Cavalo De Trabalho
- Adepro Assoc De Desenvolvimento Profissional Do Paraná
- Administração De Compossuidores Dos Pnr De Subtenentes E Sargentos Do 30 Bi Mec
- Afgv - Associação Filantrópica Geração Vida
- Afuschin Associação Funcionários Da Schincariol
- Ama - Apucarana Moto Ação
- Ama Deus - Associação Para Recuperação De Dependentes Químicos
- Amada - Associação Missionaria De Apucarana
- Amas Associação Metodista De Ação Social
- Aocam - Associacao Oyama De Cultura E Artes Marciais
- Apaf - Ceebja - Assoc De Prof E Alunos E Func Do Centro Est De Educ Basica Para Jovens E Adultos
- Apec Associação Providencia Esporte Clube

- Apm - Assoc P M Da Esc Jose Idesio Brianezi
- Apm - Esc.Mun.Placido De Castro - Educ. Infantil E Ensino Fundamental
- Apmf - Assoc. Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Mun. Papa Joao Xxiii
- Apmf - Associação De Pais Mestres E Funcionários Da Escola Municipal Augusto Weyand Educação Infantil E Ensino Fundamental
- Apmf - Associação De Pais, Mestres E Funcionari0s Da E. M. Dinarte Pereira De Araujo - E. Infantil E Ens. Fundamental
- Apmf - Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da E. Jose Brasil Camargo E. Infantil, E Ensino Fundamental
- Apmf - Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Municipal Prof. Bento Fernandes Dias
- Apmf - Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Prof Maria Madalena Coco
- Apmf - Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil Professor Onesimo De Oliveria Moraes
- Apmf - Centro Municipal De Educação Infantil Jose Inacio Neto
- Apmf - Centro Municipal De Educação Infantil Miguel Moreno
- Apmf - Centro Municipal De Educação Infantil Sonhos De Esperancas
- Apmf - Colegio Estadual Alberto Santos Dumont - Ensino Fundamental E Medio
- Apmf Associação De Pais E Mestres E Funcionários Da Escola Prof. Marta Pereira Da Silva - Ed. Infantil E Ens. Fundamental
- Apmf Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Municipal Gabriel De Lara Educacao Infantil E Ensino Fundamental
- Apmf Cmei Domingos Mareze
- Apmf Do Centro Municipal De Educação Infantil Jandira Gomes Scarpelini
- Apmf Do Colegio Godoma
- Apmf Escola Municipal Vereador Jose Ramos De Oliveira Educação Infantil E Ensino Fundamental
- Apmf - Colegio Estadual Prof. Izidoro Luiz Ceravolo - Ensino Fundamental, Medio E Profissional
- Apromuar - Ass. Dos Prof. De Instr. De Corda, Percussao, Sopro, Teclas, Musicais Eletricos Canto E Empr. Em Escolas De Musica De Apucarana E Regiao
- Apucarana Esporte
- Apucarana Honganji Associação Religiosa E Civil
- Apucarana Rugby Clube
- Apucarana Sports Clube
- Arema - Associação Dos Recicladores De Material Do Aterro
- Arls- Loja Maconica Xv De Novembro - 108
- Asfutrin-Associacao Dos Func Editora Tribuna Do Norte
- Ass Pais Mestres Escola Albino Biacchi - Educ.Infantil E Ensino Fundamental
- Ass. De Pais,Mestres E Funcionários Do Colegio Estadual Antonio Dos Tres Reis De Oliveira-Medio, Apmf
- Ass.Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Munc.Mateus Leme-Apmf

- Assoc De Moradores Conjunto Habit Adriano Correa
- Assoc De Moradores Do Conjunt Habit Afonso A De Camargo
- Assoc De Pais Mestres E Funcionários Da Esc Est Vale Do Saber
- Assoc De Pais, Mestres E Funcionários Do Colegio Estadual Osmar Guaracy Freire - Ensino Fundamental E Medio
- Assoc Desenv Social Educ Josa Ribeiro I E A Deus Est Pr
- Assoc Do Movimento De Cursilhos Cristandade Dioc Apuc
- Assoc Dos Detetives Particulares Apucarana E Vale Ivai
- Assoc Dos Funcionários Dos Supermercados Supermel, Alvorada Matriz, Alvorada Filial E Alvo Sapataria Ltda - Afasa
- Assoc Moradores VI Regina Jd Figueira VI Bom Retiro
- Assoc Pais Mest Esc Mun Juiz Luiz Fernando Araujo Pereira Ens Educação Infantil E De 1 Grau
- Assoc Pais Prof Esc Mun Pres Medici Ens Pre Esc I Grau
- Assoc. De Pais, Mestres E Funcionários Da Esc.Mun.Dr.Joaquim Vicente De Castro-Educ.Infantil E Ens.Fundamental.
- Assoc. Desenvolvimento Rural E Com.Do Barreiro
- Assoc. Dos Func. E Amigos Do Nucleo Regional Da Educação De Apucarana - Afunea
- Assoc. Pais E Mestres Esc. Municipal Pe Antonio Vieira -Ed.Infantil E Ens. Fundamental
- Assoc. Recreativa, Cultural Dos Aposentados, Pensionistas E Idosos De Apucarana
- Assoc.De Pais,Mestres E Funcionários Do Colegio Estadual Sao Bartolomeu-Ensino Fundamental E Medio
- Assoc.Desenvolvimento Comunitario De Sao Domingos Km 10
- Assoc.Moradores Conj.Residencial Recanto Do Lago
- Assoc.Pais Mest. Func. Col. Est. Pe. Jose De Anchieta Ens.Fund.Medio
- Assoc.Profissional Vendedores Ambulantes De Apucarana
- Associação Adrenaline Paintball
- Associação Apucarana Futsal Clube / Aafc
- Associação Apucaranaense De Kart Cross
- Associação Ativa De Trabalhos Desportivos
- Associação Atletica Academica De Engenharia Da Universidade Tecnologica Federal Do Paraná - Campus Apucarana
- Associação Atletica Academica Xx De Setembro - Unespar Apucarana
- Associação Atletica Banco Brasil Apucarana
- Associação Beneficente Cultural E Esportiva
- Associação Beneficente Vida Nova De Apucarana
- Associação Beneficente Esportiva Balau
- Associação Beneficente Pro Social Soldados Em Missoes
- Associação Brasileira De Odontologia-Seccao Do Paraná-Regional De Apucarana
- Associação Brasileira Dos Fabricantes De Bones De Qualidade - Abrafabq

- Associação Cazarin
- Associação Central De Karate
- Associação Comercial, Industrial E De Servicos De Apucarana - Acia
- Associação Comunitaria Apucaranesse Iii
- Associação Comunitaria Da Vila Rural Terra Prometida
- Associação Comunitaria De Comunicacao E Cultura De Apucarana
- Associação Comunitaria De Radiodifusao Fm E Televisao De Apucarana
- Associação Comunitaria Dos 40 De Apucarana - A.C.Q.A.
- Associação Crianças Com Futuro
- Associação Cultural De Comunicacao Comunitaria Do Paraná Studio Lideranca
- Associação Cultural E Beneficente Resgate De Deus
- Associação Cultural E Esportiva De Apucarana
- Associação Cultural Esportiva Do Grupo Saude - Acegs
- Associação Cultural Meninos Da Harmonia
- Associação Cultural Nova Geração
- Associação Cultural, Desportiva E Recreativa Amigos Do Catuai
- Associação Da Feira Dos Artesoes De Apucarana E Regiao
- Associação Da Guarda Municipal De Apucarana
- Associação Da Imaculada Virgem Maria
- Associação Da Telepar De Apucarana
- Associação Damas Das Acacias
- Associação Das Industrias De Bones E Brindes De Apucarana E Regiao - Assibbra
- Associação De Arbitros Amadores De Apucarana
- Associação De Cidadania E Dignidade Humana
- Associação De Compossuidores Dos Pnr Acpnr De Oficiais Do 30 Bi Mec
- Associação De Comunicacao Radcom Templo De Apucarana Fm
- Associação De Empresas De Micro E Pequeno Porte E Empreendedores Individuais De Apucarana - Ampec Apucarana
- Associação De Handebol De Apucarana - Ahanda
- Associação De Libertacao De Vidas Apucarana
- Associação De Lojistas Do Centronorte Shopping Center
- Associação De Medicos E Familiares Formados Pela Ufpr 1977
- Associação De Moradores Da Colonia Dos Novos Produtores Comunitarios
- Associação De Moradores Da Vila Apucarantina, Vila Operaria I, Por Do Sol E Sao Jeronimo
- Associação De Moradores Do Conjunto Hp Joao Paulo I
- Associação De Moradores Do Guabipejake
- Associação De Moradores Do Jardim Colonial
- Associação De Moradores Do Jardim Higienopolis E Vilas Marigilda, Flamboiam, Suzana E Social - Assomov

- Associação De Moradores Do Nucleo Djalma Mendes De Oliveira
- Associação De Moradores Do Residencial Vila Nova Ii
- Associação De Moradores Dos Jardins Tibagi E Taroba
- Associação De Moradores Jardim Eldorado E Fortaleza Unidos
- Associação De Moradores Nova Alianca Do Distrito De Vila Reis
- Associação De Moradores Recanto Solar
- Associação De Motociclistas Motoclube Cilindros De Aco
- Associação De Pais , Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Apmf/Cmei Ana Luizao Festi
- Associação De Pais E Amigos Dos Autistas Apucaranaenses
- Associação De Pais E Amigos Dos Excepcionais De Apucarana
- Associação De Pais E Mestres Da Escola Municipal Antonieta Da Silva Lautenschlager
- Associação De Pais E Mestres Da Escola Municipal Joao Antonio Braga Cortes.
- Associação De Pais E Mestres Da Escola Municipal Prefeito Jorge Maia
- Associação De Pais E Mestres Da Escola Municipal Prof. Alcides Ramos
- Associação De Pais E Mestres Do Centro Municipal De Educação Infantil Jonas Pires
- Associação De Pais E Mestres Do Col Sao Jose E Girassol
- Associação De Pais E Mestres Do Colegio N S Da Gloria
- Associação De Pais E Mestres E Funcionários Do Colegio Estadual Coronel Luiz Jose Santos
- Associação De Pais Mestres E Funcionários Da Escola Municipal Wilson De Azevedo Educ.Infantil E Ensino Fundamental
- Associação De Pais Mestres E Funcionários Do Colegio Agrícola Estadual Manoel Ribas
- Associação De Pais Mestres E Funcionários Do Colegio Estadual Civico Militar Prefeito Carlos Massaretto
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários - Apmf/Nilo Cairo - Do Colegio Estadual Nilo Cairo - Ensino Fundamental, Medio E Normal,
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários - Apmf Do Colegio Estadual Polivalente Carlos Domingos Si
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários (Apmf) Da Escola Municipal Dr. Osvaldo Dos Santos Lima - Ens. Fundam.
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários A.P..M.F. Da Escola Municipal Jose De Alencar - Educação Infantil E Ensino Fundamental
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da E. M. Karel Kober - Ed.Inf.E Ens. Fundamental
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Mun. Luiz Carlos Prestes
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Munic.Dr.Edson Giacomini Educ.Infantil E Ens.Fundamental
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Municipal Fabio Henrique Da Silva
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Municipal Fernando Jose Acosta

- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Municipal Humberto De Alencar Castelo Branco - Educação Infantil E Ensino Fundamental
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Municipal Monsenhor Arnaldo Beltrami - E Inf E Ens Fundamental
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Municipal Professor Durval Pinto - Educação Infantil E Ensino Fundamental
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Nossa Senhora Da Alegria
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Apmf/Cmei Cmei Irma Dulce
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Apmf/Cmei Antonio Do Carmo Ribeiro
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Apmf/Cmei Benedito Leugi
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Apmf/Cmei Cmei Izabel Holak
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Apmf/Cmei Cmei Josa Ribeiro
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Apmf/Cmei Cmei Luiz Anibal Matiuzzi
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Apmf/Cmei Cmei Maria De Nazare
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Apmf/Cmei Cmei Serafim Colombo
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Apmf/Cmei Geralda Siqueira Bormaita
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Apmf/Cmei Maria Dos Santos Gravena
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Apmf/Cmei Olivio Fernandes
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil - Cmei Um Lugar Ao Sol
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil Alice Pereira De Araujo
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Centro Municipal De Educação Infantil Cosap
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Colegio Est. Padre Jose Canale-Ensino Fundam. E Medio
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Do Colegio Estadual Civico-Militar Tadashi Enomoto Ensino Fundamental E Medio
- Associação De Pais, Mestres E Funcionários Da Escola Estadual Professor Francisco Antonio De Sousa - Ensino Fundamental, Apmf

- Associação De Proprietarios Das Chacaras Do Recanto Bella Vista
- Associação De Senhoras De Rotarianos De Apucarana
- Associação De Seniores Demolays Para O Estado Do Paraná
- Associação Dinamica De Karate
- Associação Do Artesao De Apucarana
- Associação Do Grupo De Oracao Fonte De Luz Da Paroquia Nossa Senhora Aparecida
- Associação Do Sistema Regional De Inovacao Do Vale Do Ivai Do Paraná
- Associação Dos Agropecuaristas Familiares De Apucarana
- Associação Dos Alfaiates E De Alfaiatarias De Apucarana
- Associação Dos Cafeicultores De Apucarana
- Associação Dos Ciclistas De Apucarana - Acap
- Associação Dos Deficientes Fisicos De Apucarana
- Associação Dos Doadores De Sangue De Apucarana E Vale Do Ivai - Adosavi
- Associação Dos Docentes De Ensino Sup De Apucarana
- Associação Dos Engenheiros E Arquitetos De Apucarana
- Associação Dos Funcionários Da Unimed Apucarana - Afua
- Associação Dos Funcionários Da Viacao Apucarana Ltda. - Afuval
- Associação Dos Funcionários Publicos Mun De Apucarana
- Associação Dos Garanhoes De Baliza E Tambor
- Associação Dos Hospitais Do Pr Regional Vale Do Ivai
- Associação Dos Militares Estaduais Do Vale Do Ivai
- Associação Dos Moradores Do Distrito De Pirapo
- Associação Dos Moradores Do Jardim Das Flores 1 2 E 3
- Associação Dos Moradores Do Jardim Palmares Da Cidade De Apucarana - Pr
- Associação Dos Motoristas De Pirapo Ampi
- Associação Dos Municipios Do Vale Do Ivai
- Associação Dos Municipios Do Vale Do Ivai Turismo
- Associação Dos Profissionais Da Construcao Civil De Apucarana E Regiao
- Associação Dos Servidores Previdenciarios De Apucarana
- Associação Dos Tecnicos Do Paraná
- Associação Dos Tecnicos Relogios De Apucarana E Regiao
- Associação Dos Universitarios E Mestres Da Faculdade Es
- Associação Dos Usuarios, Familiares, Trabalhadores E Amigos Da Saude Mental De Apucarana (Auftsasma)
- Associação Download
- Associação Empresarial Distrito Industrial Sul
- Associação Escola Natureza
- Associação Esportiva E Recreativa Caramuru
- Associação Esportiva E Recreativa Dos Atletas Do Colegio Mater Dei

- Associação Esportiva E Recreativa Rank
- Associação Filantrópica Cidade Alta
- Associação Filantrópica E Missionaria Conversao
- Associação Filantrópica E Missionaria Projeto Resgate
- Associação Filantrópica Ferra Mula
- Associação Grupo Apucarana De Transporte Escolar
- Associação Kara Te Vida
- Associação Kime Karate-Do Shotokan
- Associação L.A.R (Luta, Amor E Responsabilidade)
- Associação Lokomotiva Futsal Apucarana
- Associação Mao Amiga
- Associação Medica Do Paraná Regional De Apucarana
- Associação Missionaria Boas Novas
- Associação Moradores Diaconia Santa Terezinha Apucarana
- Associação Musical Mosqueteiros De Apucarana
- Associação Nacional De Defesa E Protecao Do Patrimonio Publico E Direitos Coletivos (Ong Aapp)
- Associação Nacional Industrias De BONES, Brindes E Similares
- Associação Nossa Senhora De Lourdes
- Associação Novos Rumos - Anr
- Associação Paranaense Amigos Do Cavalo - Apac
- Associação Paranaense Dos Ostomizados Nucleo Apucarana
- Associação Pillastro
- Associação Praca De Alimentacao Yellowstone Park
- Associação Pro-Construcao Do Edificio Residencial Garden
- Associação Pro-Construcao Do Edificio Residencial Matisse
- Associação Produtores Microbacia Do Rio Pirapo
- Associação Profissional Comercio Varejista Apucarana
- Associação Q2 Poker Club De Texas Holdem - Q2 Poker Club
- Associação Recanto Apucarana 4x4
- Associação Recreativa E Assist Ind Testil Apucarana
- Associação Recreativa Esportiva Pingo Dagua
- Associação Recreativa, Esportiva E Cultural Dos Funcionários Da 17 Subdivisao Policial De Apucarana
- Associação Reviver
- Associação Servidores Publicos Municipais De Apucarana
- Associação Shark Poker Texas Holdem
- Associação Terra Brasil Dos Ciclistas De Apucarana
- Associação Trabalho E Cidadania
- Assosc Com Dos Moradores Da V Sta Helena E Jd Esperanca
- Astemar - Associação Dos Transportadores De Estudantes Do Municipio De Apucarana E Regiao

- Atual - Associação De Transportes De Universitarios Apucarana-Londrina
- Augusta E Respeitavel Loja Simbolica Moreira Sampaio
- Augusta, Respeitavel, Benemerita Loja Simbolica Sa Carvalho N. 48
- Bac - Bagarai Atletico Clube
- Boson - Consultoria E Solucoes Em Engenharia Quimica
- Camara De Dirigentes Lojistas De Apucarana
- Capitulo Apucarana Da Ordem Demolay N. 80
- Caritas Diocesana De Apucarana
- Casa De Apoio Divina Providencia
- Casa De Caridade Caboclo Pena Verde
- Casa De Oracao Jesus E O Caminho Renovada
- Casa De Portugal De Apucarana
- Centro De Apoio E Recuperação Dr Hugo Dehe - Cari
- Centro De Apoio Social Ao Adolescente- Casa
- Centro De Artes Norte Do Paraná
- Centro De Convivencia Arte & Vida
- Centro De Estudos Academicos Comercio Exterior Ceacex
- Centro De Integracao Empresa-Escola Do Paraná
- Centro De Letras Artes E Ciências Do Vale Do Ivai
- Centro De Reintegracao E Valorizacao Da Vida - C.R.V.V.
- Centro Espirita Dr. Adolfo Bezerra De Menezes
- Centro Espirita Joanna D Arc
- Centro Municipal De Educação Infantil Professora Marisa Beltoni Felipe
- Centro Municipal De Educação Infantil Professora Tatiane Andreia Agrela Felipe Chinelli
- Centro Para O Resgate A Vida Esperanca
- Cesa - Centro De Estudo Superior De Apucarana
- Cesuap Centro De Ensino Superior De Apucarana
- Clube 28 De Janeiro
- Clube Apucaranesse Do Professor Clap
- Clube De Campo Recanto Agua Azul
- Clube De Oratoria Do Paraná
- Clube De Tiro Araponguense Cta
- Clube Do Carro Antigo De Apucarana
- Clube Dos Xv - Clube Esportivo, Recreativo E Beneficente
- Clube Esportivo, Recreativo E Beneficente Esquema10
- Clube Medico De Apucarana
- Colegio Estadual Civico Militar Heitor Cavalcanti De Alencar Furtado - Efmp.
- Comando Anderson De Defesa Do Cidadao
- Comunidade Crista Mana - Ccm

- Comunidade Crista Projeto Terras De Siao
- Comunidade Da Cidade
- Comunidade Dos Mensageiros Da Luz
- Comunidade Evangelica Da Alva
- Comunidade Evangelica Semeando A Palavra De Deus
- Comunidade Evangelica Vida Nova De Apucarana
- Comunidade Luterana Da Renovacao - Espaco Koinonia
- Congregacao Das Irmãs Missionarias Mensageiras Da Alegria
- Congregacao Dos Oblatos De Sao Jose
- Conselho Apucaranaense De Assistencia A Mulher
- Conselho Central De Apucarana Da Soc S Vicente De Paulo
- Conselho Comunitario De Seguranca De Apucarana
- Conselho Comunitario De Seguranca Rural De Apucarana
- Conselho Da Comunidade Da Comarca De Apucarana-Pr
- Consorcio Intermunicipal De Saude Do Vale Do Ivai E Regiao
- Copel Clube De Apucarana
- Cotton
- Country Clube De Apucarana
- Diretorio Central Estudantil Jose Brasil Camargo
- Edhuca Escola De Desenvolvimento Humano Casa Do Caminho
- Empresa Junior De Assessoria E Consultoria
- Ensibra Assoc De Ensino Nipo Brasileira De Apucarana
- Estatuto Da Associação De Protecao Aos Animais De Grande Porte Do Vale Do Ivai - A.P.A.G.P.V.I
- Fachisa Apoio E Qualificacao Profissional
- Famap-Federacao Das Associacoes De Moradores Apucarana
- Federacao Das Associacoes Do Municipio De Apucarana - F.A.M.M.A.
- Federacao Das Entidades De Portadores De Defic. Fisicas Do Estado Do Paraná
- Federacao Paranaense De Karate Esportivo
- Forte Car Paraná - Clube De Beneficios
- Fraternidade Espirita Allan Kardec
- Fundacao Cultural De Apucarana
- Fundacao Cultural E Esportiva Rosa Magalhaes De Apucarana-Pr
- Fundacao De Ensino Tecnico De Apucarana Fetap
- Fundacao Do Coracao Vilela Batista
- Fundacao Mario Tamiya
- Fundacao Pro Saude
- Gaia -Grupo Ambientalista Interdisciplinar De Apucarana
- Gremio Dos Sub Ten E Sgt Da Guarnicao Mil De Apucarana
- Gremio Esportivo E Recreativo Dezessete

- Grupo Escoteiro Dom Bosco De Apucarana 44-Pr
- Grupo Espirita Mensageiros Da Paz
- Guarda Mirim Feminina De Apucarana
- Hospital Nossa Senhora Das Gracas
- Hospital Nossa Senhora Das Gracas
- Igreja Batista Do 7 Dia Renovada
- Igreja Batista Independente De Apucarana
- Igreja Batista Memorial Em Apucarana
- Igreja Da Alianca Eterna De Deus
- Igreja E A De Deus Pentecostal Russa Do Brasil
- Igreja Evangelica Pentecostal - Santuario Da Fe
- Igreja Evangelica Alianca De Jesus Cristo
- Igreja Evangelica Assembleia De Deus
- Igreja Evangelica Casa De Oracao Restaurada
- Igreja Evangelica Cristo Profeta
- Igreja Evangelica Emanuel Ministerio Dos Querubins
- Igreja Evangelica Filadelfia
- Igreja Evangelica Missionaria So O Senhor E Deus
- Igreja Evangelica O Brasil Para Cristo
- Igreja Evangelica Pentecostal Jesus E A Vida
- Igreja Evangelica Pentecostal Missionaria Jeova Rafa
- Igreja Evangelica Pentecostal Renovo De David
- Igreja Evangelica Pentecostal Renovo De Israel De Apucarana
- Igreja Evangelica Pentecostal Renovo De Israel De Apucarana
- Igreja Evangelica Sementes Da Fe
- Igreja Missionaria Central De Apucarana
- Igreja Pentecostal Cristo E Vida
- Igreja Pentecostal Cristo Reina
- Igreja Pentecostal Rei Dos Reis
- Igreja Pentecostal Renovada Jesus Te Ama Ministerio Pastor Januarie Zanziski
- Igreja Pentecostal Renovada Jesus Te Ama Ministerio Pastor Januarie Zanziski
- Igreja Pentecostal So Jesus E A Solucao
- Igreja Presbiteriana De Apucarana
- Igreja Presbiteriana Maanaim
- Igreja Presbiteriana Renovada De Apucarana
- Igreja Que Esta Em Apucarana
- Ii Igreja Presbiteriana Renovada De Apucarana
- Instituicao Adventista Sul Brasileira De Educaçao
- Instituicao Evangelica Filantrópica Ebenezer

- Instituto Amanhecer Paranaense - Insap
- Instituto Brasileiro De Florestas
- Instituto Brasileiro De Musicas Eruditas
- Instituto Colmeia De Cidadania
- Instituto De Desenvolvimento Administração E Pesquisa
- Instituto De Desenvolvimento Educacional Integral De Apucarana - Ideia
- Instituto De Pesquisas E Tratamentos Humanisticos - Ipth
- Instituto De Recrutamento E Desenvolvimento De Talentos - Irdtalentos
- Instituto Do Bem Estar Social De Apucarana
- Instituto Do Cego De Apucarana
- Instituto Gera Atleta - Instituto Gera
- Instituto Mega De Integracao Social
- Instituto Noname
- Instituto Nova Visao De Ação Social - Invas
- Instituto Organize De Educação Financeira
- Instituto Presbiteriano De Educação George Whithill Chamberlain
- Instituto Restauracao Filadelfia
- Instituto Ribeiro De Desenvolvimento Humano
- Instituto Vilela Batista
- Jeep Clube De Apucarana
- Lambari Esporte Clube
- Lar Espirita Morada De Jesus
- Lar Sagrada Familia
- Lar Sao Vicente De Paulo De Apucarana
- Liga Amadora Regional Desportiva De Apucarana
- Liga Das Atleticas De Apucarana
- Liga Kids - Liga Desportiva Categorias De Base Apucarana
- Lions Clube Apucarana Vitoria Regia
- Lions Clube De Apucarana
- Lions Clube De Apucarana Independente Sul
- Loja Maconica Cavaleiros Da Luz
- Loja Maconica Trabalho Ciencia E Virtude
- Ministerio Pentecostal Brasa Viva Missionaria
- Moto Clube Asas Da Liberdade
- Movimento Apucaranesense Da Consciencia Negra
- Movimento Do Graal No Brasil
- Movimento Eclesial Da Renovacao Carismatica Catolica Da Diocese De Apucarana
- Notton
- Nova Associação De Artesanato E Trabalhos Manuais De Apucarana

- O Tabernaculo De Jesus Cristo
- Observatorio Social De Apucarana
- Ordem Do Graal Na Terra
- Organizacao Soldados De Cristo Honra E Gloria
- Paraná Motor Atletico Clube
- Partido Liberal P L Diretorio Municipal De Apucarana
- Partido Social Democrata Cristao
- Pastoral Da Saude Promocao Humana Cristo Rei
- Primeira Igreja Presbiteriana Independente De Apucarana
- Projeto Missao Emanuel - Ministerio Dos Querubins
- Projeto Renascer
- Promocao Humana Da Catedral Nossa Senhora De Lourdes De Apucarana
- Promocao Humana Da Catedral Nossa Senhora De Lourdes De Apucarana
- Pronaos Rosacruz De Apucarana Amorc
- Raio De Sol - Organizacao Nao Governamental
- Recanto Allan Kardec
- Rede Uniao - Assoc. Supermerc. De Apucarana E Vale Do Ivai
- Resgate Life
- Residencia Inclusiva - Casa Do Dodo
- Rotary Club Apucarana 28 De Janeiro
- Rotary Club Apucarana Cidade Alta
- Rotary Club De Apucarana
- Rotary Clube Apucarana Sul
- Sind Catadeiras Cost Empac Mov Merc Geral Do Est Paraná
- Sind Dos Hosp E Ests De Serv De Saude Do Vale Do Ivai
- Sind Empregados Estab Bancarios Apucarana
- Sindicato Da Industria Do Arroz, Milho, Soja E Beneficiamento Do Cafe Do Estado Do Paraná
- Sindicato Das Empresas De Servicos Contabeis, Assessoramento, Pericias, Informacoes E Pesquisas De Apucarana
- Sindicato Das Ind.De Pre Moldados De Conc.Art.De Cim.Np
- Sindicato Das Industrias Metalurgica Mecanica Mat.Eletrico E Autopecas De Apucarana
- Sindicato Do Comercio Varejista De Apucarana
- Sindicato Dos Cabeleireiros, Manicuras E Esteticistas Autonomas De Apucarana E Regiao
- Sindicato Dos Condutores De Veiculos Rodoviaros E Anexos De Apucarana
- Sindicato Dos Contabilistas De Apucarana - Sicap
- Sindicato Dos Emp Em Postos De Serv C Der Pet Lond Ereg
- Sindicato Dos Empregados Em Estabelecimentos De Servico De Saude De Apucarana E Regiao
- Sindicato Dos Empregados No Comercio De Apucarana
- Sindicato Dos Propr.Auto-Escolas No Norte Do Paraná

- Sindicato Dos Servidores Do Magisterio Publico Do Ensino Fundamental E Educação Infantil Do Município De Apucarana
- Sindicato Dos Servidores Publicos Federais Em Saude, Trabalho, Previdencia E Ação Social Do Estado Do Paraná
- Sindicato Dos Taxistas Autonomos De Apucarana
- Sindicato Dos Trab Na Mov De Merc Em Geral De Apucarana
- Sindicato Dos Trabalhadores Domesticos De Apucarana E Regiao
- Sindicato Dos Trabalhadores Em Entidades
- Sindicato Dos Trabalhadores Na Movimentacao De Cargas De Mercadorias Em Geral Do Estado Do Paraná
- Sindicato Dos Trabalhadores Nas Industrias De Artefatos De Couro E Curtimento De Couros E Peles De Apucarana
- Sindicato Dos Trabalhadores Rurais De Apucarana
- Sindicato Rural Patronal De Apucarana
- Sindicato Servidores Publicos Municipais Apucarana
- Sindicato Trab Nas Ind Vestuario De Apucarana E Regiao
- Sindicato Trabalhadores Ind Alimentacao De Apucarana
- Sivale Sindicato Das Ind Do Vest De Apucarana Vale Ivai
- Sociedade Amigos Museu Historico Regional De Apucarana
- Sociedade Brasileira De Eucaliptocultura
- Sociedade Esportiva Dos Xx
- Sociedade Protetora Dos Animais De Apucarana - Soprap
- Sociedade Rural De Apucarana
- Sociedade Voluntarios Da Arte E Cultura Apucarana
- Sodema Soc Para Defesa Do Meio Ambiente De Apucarana
- Solidar Agencia De Desenvolvimento Comunitrio
- Solucao Jr.
- Solvida - Associcao Dos Filoterapicos De Apucarana
- Sos - Eben-Ezer
- Templo Israelita Alianca Com O Eterno
- Therion
- Ummar - Uniao De Mutuarios E Moradores De Apucarana E Regiao
- Uniao Dos Estudantes De Apucarana
- Universidade Livre Para O Desenvolvimento Luz Do Mundo - Unilluz
- V.A.C.A. - Veteranos Atletico Clube De Apucarana

APÊNDICE B – Primeira pesquisa de relevância de governanças

Seq.	Pág.	Tipo de Link	Título do Link	Trata-se sobre	Link	Observações
1	1	Site	Meio Ambiente	Meio Ambiente	http://www.apucarana.pr.gov.br/site/orgaos-da-administracao/meio-ambiente/	Site Oficial da Prefeitura do Município de Apucarana
2	1	Perfil Instagram	A Governança Conecta Apucarana participou nos dias...	Conecta Apucarana	https://www.instagram.com/conectaapucarana/p/DAGtSr3vksI/	Publicidade própria da Instituição
3	1	Publicação	Lei Complementar nº 12, de 31 de dezembro de 2020 - SAPL	Meio Ambiente	https://sapl.apucarana.pr.leg.br/ta/2801/text?print	Site Oficial da Câmara Municipal de Apucarana
4	1	Notícia	Apucarana (PR) Pacto pela Responsabilidade Social	Meio Ambiente	https://www.ipea.gov.br/acaosocial/articleg9fc.html?id_article=176	Notícia veiculada pelo IPEA
5	1	Artigo	A Governança em Arranjos Produtivos Locais (APLs)	Arranjo Produtivo Local	https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/download/14390/16287	Artigo acadêmico
6	1	Notícia	Apucarana sediará a 1ª Conferência Municipal Climática	Meio Ambiente	http://www.apucarana.pr.gov.br/site/apucarana-sediara-a-1a-conferencia-municipal-climatica/	Publicidade própria da Instituição
7	1	Notícia	Ideathon 2023: Apucarana abre maratona paranaense de ...	Conecta Apucarana	https://www.inova.pr.gov.br/Noticia/Ideathon-2023-Apucarana-abre-maratona-paranaense-de-inovacao	Publicidade própria da Instituição
8	1	Artigo	A EXPERIÊNCIA DO PROJETO OÁSIS EM APUCARANA...	Meio Ambiente	https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/7072	Artigo acadêmico

9	1	Documento	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO APL BONÉS DE ...	Arranjo Produtivo Local	https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl/biblioteca-apl/planos-de-desenvolvimento-dos-apls/pd_pr_bones_de_apucarana-cleaned.pdf	Documento criado pela própria instituição
10	1	Documento	apl apucarana.pdf	Arranjo Produtivo Local	http://www.geo.uel.br/didatico/claudio/apl%20apucarana.pdf	Documento criado pela própria instituição
11	2	Notícia	Prefeitura Municipal de Apucarana	Meio Ambiente	http://www.apucarana.pr.gov.br/?p=noticia&id=4605 *	Link composto por diversas notícias, mas, uma se refere 1ª Conferência Municipal Climática, sendo o 6º resultado da busca.
12	2	Artigo	Estruturas de governança em arranjos ou sistemas locais ...	Arranjo Produtivo Local	http://www.apucarana.pr.gov.br/?p=noticia&id=4605	Artigo acadêmico
13	2	Artigo	Estratégias das Empresas do Arranjo Produtivo Local de ...	Arranjo Produtivo Local	https://anegepe.org.br/wp-content/uploads/2021/09/345_trabalho.pdf	Artigo acadêmico
14	2	Documento	Ministério do Meio Ambiente	Meio Ambiente	https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=530&pagina=104&data=03/02/2021&captchafield=firstAccess	Boletim Oficial Ministério do Meio Ambiente
15	2	Documento	PLANO INTEGRADO	Agricultura	https://www.idrparana.pr.gov.br/system/files/publico/Transparencia%20Institucional/TermosCooperacaoMunicipios/2022/A/ApucaranaPlano.pdf	Projeto para desenvolvimento rural submetido pelo poder executivo junto ao IDR-PR
16	2	Notícia	5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente define cinco ...	Meio Ambiente	https://www.apucarana.pr.gov.br/site/wp-content/uploads/2024/10/eixos_tematicos_5cnma-1.pdf	Publicidade própria da Instituição
17	2	Notícia	Governança Conecta Apucarana	Conecta Apucarana	https://www.fap.com.br/fap-apucarana-governanca-conecta-apucarana/	Publicidade própria da Instituição
18	2	Publicação	Lei Orgânica nº 1, de 05 de abril de 1990 - SAPL	Administração Pública	https://sapl.apucarana.pr.leg.br/ta/1/text?print	Lei Orgânica Municipal

19	2	Notícia	CNTT 2024 - ABTT - Associação Brasileira de Tecnologia ...	Desenvolvimento	https://abtt.org.br/cntt-2024/	Evento promovido, em 2024, pela UTFPR Campus de Apucarana com o tema: Inteligência Artificial: Avanços para um Futuro Responsável
20	3	Documento	Experiências de pagamentos por serviços ambientais no ...	Meio Ambiente	https://documents1.worldbank.org/curated/en/548371468021548454/pdf/864940WP0P088000PORTUGUESE0PSAlivro.pdf	Livro do World Bank que cita iniciativas de proteção ao meio ambiente. Apucarana foi citado no livro.
21	3	Publicação	Pesquisa de Vagas para Estágio	Administração Pública	https://www4.pr.gov.br/gee/jsp/frmbusca_vagas.jsp?wmode=transparent	Nada relacionado ao objeto de pesquisa por se tratar de uma publicação sobre vagas de estágio, porém entrou no algoritmo de busca do Google.
22	3	Site	Apucarana-PR	Censo IBGE	https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pr/apucarana/panorama	Censo IBGE
23	3	Artigo	crescimento, desenvolvimento, interações institucionais e ...	Desenvolvimento	https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/download/19244/1192612643	Artigo acadêmico
24	3	Notícia	Destaques	Desenvolvimento	https://www.paranaprojetos.pr.gov.br/Editoria/Destaques?combine=&created=1&created_range%5Bmin%5D=&created_range%5Bmax%5D=&page=6	Publicidade própria da Instituição
25	3	Site	Sustentabilidade	Governança Corporativa	https://www.cocamar.com.br/sobre/sustentabilidade	Fala sobre Sustentabilidade, mas se trata de publicidade própria da instituição
26	3	Site	Administração – Sanepar RI	Governança Corporativa	https://ri.sanepar.com.br/governanca-corporativa/administracao	Publicidade própria da Instituição
27	3	Publicação	ISSQN (ISS) de Apucarana - PR	Administração Pública	https://leismunicipais.com.br/issqn-iss-apucarana-pr	Lei Municipal Nº 85/2002: Dispõe sobre o sistema tributário do município de Apucarana e dá outras providências.
28	3	Documento	Relatório de Sustentabilidade	Governança Corporativa	https://rumolog.com/wp-content/uploads/2023/03/230320_Rumo_RS22-PT_VF2-compressed.pdf	Fala sobre Sustentabilidade, mas se trata de publicidade própria da instituição
29	3	Perfil Facebook	Prefeitura Municipal de Apucarana	Administração Pública	https://www.facebook.com/prefeituradeapucarana/?locale=pt_BR	Publicidade própria da Instituição

APÊNDICE C – Segunda pesquisa de relevância de governanças

Seq.	Pág.	Tipo de Link	Título do Link	Trata-se sobre	Link	Observações
1	1	Site	Indústria, Comércio e Emprego	Administração Pública	https://www.apucarana.pr.gov.br/site/orgaos-da-administracao/industria-comercio-e-emprego/	Site Oficial da Prefeitura do Município de Apucarana
2	1	Notícia	Apucarana inicia planejamento para se tornar uma cidade ...	Conecta Apucarana	https://pr.agenciasebrae.com.br/inovacao-e-tecnologia/apucarana-inicia-planejamento-para-se-tornar-uma-cidade-inteligente/	Publicidade própria da Instituição
3	1	Documento	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO APL BONÉS DE ...	Arranjo Produtivo Local	https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/portais-desconhecidos/observatorioapl/biblioteca-apl/planos-de-desenvolvimento-dos-apls/pd_pr_bones_de_apucarana-cleaned.pdf	Documento criado pela própria instituição
4	1	Documento	PLANO INTEGRADO	Agricultura	https://www.idrparana.pr.gov.br/sistem/files/publico/Transparencia%20Institucional/TermosCooperacaoMunicipios/2022/A/ApucaranaPlano.pdf	Projeto para desenvolvimento rural submetido pelo poder executivo junto ao IDR-PR
5	1	Documento	apl apucarana.pdf	Arranjo Produtivo Local	http://www.geo.uel.br/didatico/claudio/apl%20apucarana.pdf	Documento criado pela própria instituição
6	1	Notícia	Prefeitura Municipal de Apucarana	Meio Ambiente	http://www.apucarana.pr.gov.br/?p=noticia&id=4605 *	Link composto por diversas notícias, mas, uma se refere 1ª Conferência Municipal Climática, sendo o 6º resultado da busca.
7	1	Site	Página: 128 – Prefeitura Municipal de Apucarana	Administração Pública	https://www.apucarana.pr.gov.br/site/page/128/?p=holerite&t=pma	Link composto por diversas notícias.
8	1	Notícia	Ideathon 2023: Apucarana abre maratona paranaense de ...	Conecta Apucarana	https://www.inova.pr.gov.br/Noticia/Ideathon-2023-Apucarana-abre-maratona-paranaense-de-inovacao	Publicidade própria da Instituição
9	1	Perfil no Facebook	Acia Apucarana	Associação Comercial	https://www.facebook.com/acia.apucarana/?locale=es_ES	Publicidade própria da Instituição

10	1	Documento	A CAPITAL NACIONAL DO BONÉ	Arranjo Produtivo Local	http://www.geo.uel.br/tcc/046_oproc_essodeindustrializacaodeapucaranaaacapitalnacionaldobone_2006.pdf.pdf	Monografia de Conclusão de Curso
11	2	Site	Página: 128 – Prefeitura Municipal de Apucarana	Administração Pública	https://www.apucarana.pr.gov.br/site/page/128/?p=holerite&t=pma	Link composto por diversas notícias. (repetido nesta busca)
12	2	Notícia	Melhores cidades para morar no Paraná em 2024 - MySide	Desenvolvimento	https://myside.com.br/guia-curitiba/melhores-cidades-morar-parana	Notícia com Ranking das 10 melhores cidades para se morar no Paraná.
13	2	Site	Apucarana - Unidades do IEL no Paraná	Serviços	https://www.ielpr.org.br/apucarana-1-9521-215680.shtml	Publicidade própria da Instituição
14	2	Notícia	Filósofo Luiz Felipe Pondé falará sobre ética empresarial, em ...	Empresas	https://pr.agenciasebrae.com.br/cultura-empresarial/filosofo-luiz-felipe-ponde-falara-sobre-etica-empresarial-em-apucarana/	Publicidade própria da Instituição
15	2	Artigo	crescimento, desenvolvimento, interações institucionais e ...	Desenvolvimento	https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidr/article/download/19244/1192612643	Artigo acadêmico
16	2	Documento	A DIMENSÃO TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO A ...	Desenvolvimento	https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/be4e11a0-b1d3-438a-a88d-45e569b7c53e/content	Tese de Doutorado
17	2	Documento	DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL	Desenvolvimento	https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/12096/1/Desenvolvimento_regional_Brasil_v3.pdf	Livro digital (e-book)
18	2	Documento	CAMPUS APUCARANA	Informações	https://www.utfpr.edu.br/comunicacao/produtos/materiais-dos-campi/ap/informativo-news/2022/informativo-2022-2.pdf/@download/file/Informativo%202022.2.pdf	Informativo Institucional
19	2	Notícia	Londrina a cidade que mais cresce profissionalmente no ...	Desenvolvimento	https://evermonte.com/londrina-a-setima-cidade-que-mais-cresce-profissionalmente-no-parana/	Portal de Notícias independente

20	2	Documento	fabiane de oliveira domingos - Campus Apucarana	Desenvolvimento	https://apucarana.unespar.edu.br/graduacao/turismo/copy_of_Tese_finalizada.pdf	Tese de Doutorado
21	3	Documento	Parte III - Os arranjos produtivos locais	Arranjo Produtivo Local	https://books.scielo.org/id/83c95/pdf/pires-9786559542529-21.pdf	Livro digital (e-book)
22	3	Documento	DESENVOLVIMENTO O PARANAENSE	Desenvolvimento	https://www.ipardes.pr.gov.br/sites/ipardes/arquivos_restritos/files/documento/2022-08/desenvolvimento_paranaense.pdf	Caderno Estatístico do Estado do Paraná
23	3	Site	Sesi	Empresas	https://www.sesipr.org.br/	Site institucional de empresa privada de direito público
24	3	Notícia	Governo investe R\$ 4,5 milhões em centro de inovação ...	Inovação	https://www.aen.pr.gov.br/Noticia/Governo-investe-R-45-milhoes-em-centro-de-inovacao-com-foco-na-industria-textil-em	Publicidade própria da Instituição
25	3	Artigo	destinação dos resíduos sólidos das empresas do arranjo ...	Meio Ambiente	https://revistas.unicentro.br/index.php/capitalcientifico/article/viewFile/1093/1356	Artigo acadêmico
26	3	Site	CONEXÃO AMBIENTAL	Meio Ambiente	https://www.conexaoambiental.pr.gov.br/	Site Institucional do Governo do Estado do Paraná
27	3	Documento	Governança Metropolitana no Brasil	Desenvolvimento	https://www.ipea.gov.br/redeipea/images/pdfs/governanca_metropolitana/150930_relatorio_analise_curitiba2.pdf	Relatório de Pesquisa
28	3	Documento	P2.1 b2 Pesquisa Qualitativa - Codel - Prefeitura de Londrina	Desenvolvimento	https://codel.londrina.pr.gov.br/images/CODEL_MASTERPLAN/P2.1_b2_Pesquisa_Qualitativa_-_Entrevistas_e_Grupos_de_Foco.pdf	Relatório de Pesquisa
29	3	Documento	RELATÓRIO DO PLANO DE AÇÃO FINAL REVISÃO 2	Desenvolvimento	https://www.planejamento.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2020-08/14.pdf	Relatório final do Plano de Ação do PMAI
30	3	Site	Secretaria de Saúde	Administração Pública	https://www.saude.pr.gov.br/	Site Institucional do Governo do Estado do Paraná

ANEXOS

ANEXO A – Dimensões, fatores e variáveis relacionadas ao patrimônio territorial de um recorte espacial

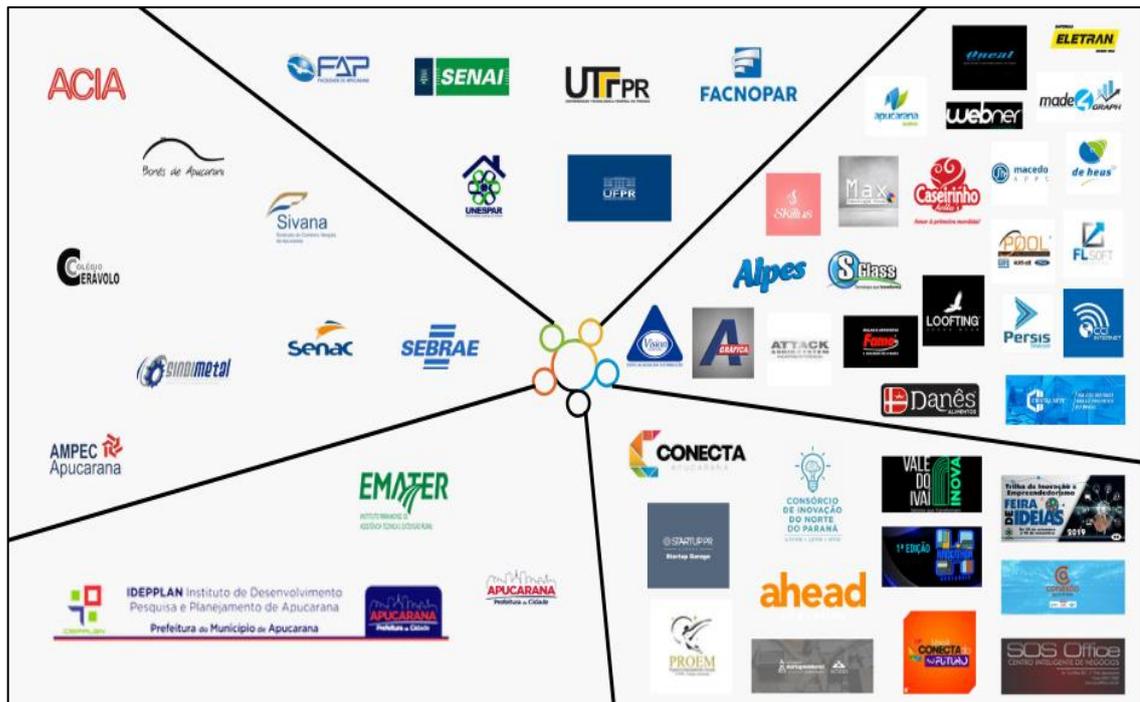
	Fatores	Possíveis variáveis para análise
DIMENSÃO PRODUTIVA	Recursos Financeiro	a- Situação quanto ao montante mensal e anual de renda em circulação local; b- Perspectivas quanto à atração de investimentos futuros; c- Origem dos investimentos (regional, nacional, internacional); d- Existência local de institucionalidades do setor financeiro e disponibilidade de linhas de crédito para investimentos públicos e privados; e- Ganho médio per capita da população local...
	Sistema Agrário	a- Cultivos agrícolas, atividades extrativo-vegetal, extrativo-mineral, pecuária e de hortifruticultura que compõem o sistema agrário local; b- Montante de renda mensal e anual gerados por cada setor; c- Caracterização das atividades quanto (i) à sustentabilidade ambiental, (ii) inovação tecnológica, (iii) capacidade de agregação de valor local, (iv) estímulo à dinamização de novos, ou outros, elos da cadeia produtiva, (v) destino da produção (consumo local, beneficiamento local/regional, comercialização e/ou exportação sem beneficiamento, ou semi-beneficiados); d- Perspectivas de novas atividades ou inovações nas cadeias produtivas locais; e- Percentual de terras agrícolas utilizadas para produção orgânica em relação ao total...
	Sistema Industrial	a- Setores de atividade abrangidos; b-c-d- Idem ao setor agrário. e- Percentual médio do orçamento anual investido em P&D; f- Percentual de investimento em bens de capital; g- Percentual e variação nos gastos da empresa com TICs; h- Percentual de empresas com registro ISO 14.000, ou similares; i- Existência de incentivos das empresas à formação profissional de seus colaboradores...
	Atividades comerciais e serviços	a- Setores de atividades que se destacam no setor comercial e participação de cada um montante de renda local em circulação; b- Idem setor comercial para o de serviços; c- Pessoas empregadas em P&D pro 1000/hab...
	Equipamentos e Infraestrutura	a- Principais aspectos em relação à equipamentos e infraestrutura existente localmente, quanto (i) a identificação e a quantidade disponível, (ii) situação quanto à qualidade e inovação; b- Potencial quanto à contribuição dos equipamentos e infraestruturas na dinamização do setor produtivo e impactos na qualidade de vida das pessoas; c- Situação quanto às necessidades não atendidas, ou melhoras no que existe; d- Número de projetos planejados ou realizados em estratégias de plataformas de transporte e/ou armazenagem multimodais e/ou integradas; e- Percentual de empreendimentos produtivos com utilização de energias renováveis; f- Percentual da área do recorte territorial que seja considerada área de risco; g- Avaliação quanto à existência de projetos de mitigação de riscos; h- Percentagem da população que vive em áreas propensas a riscos; i- Taxa de variação dos gastos anuais em saúde e educação; j- Existência de planos de mobilidade em nível regional e/ou local; l- Avaliação quanto à existência de instalações básicas (centros de saúde, creches, escolas básicas; hospitais, universidade, aeroporto...), considerando a população

		local...
DIMENSÃO NATURAL	Paisagens	a- Caracterização das paisagens, classificando-as como (i) naturais, (ii) antropizadas, (iii) com elementos de valor histórico-artístico-cultural e turístico e (iv) destinadas à preservação ambiental; b- Estado de preservação e aspectos a melhorar...
	Solo e Subsolo (minerais e fósseis)	a- Tipos e aptidões de usos do solo; b- Usos atuais do solo; c- Existência e situação quanto ao aproveitamento e valoração econômica de recursos minerais do subsolo; d- Aspectos paleontológicos: situação e perspectiva...
	Fauna e Flora	a- Caracterização, tipologia e mapeamento dos aspectos da fauna e flora; b- Situação quanto às áreas de preservação ambiental em relação à área total; c- Usos atuais e potenciais e valoração, tanto em termos econômicos, como ecológicos; d- Situação quanto à preservação e aspectos a serem (i) potencializados, (ii) revertidos ou (iii) substituição do seu uso...
DIMENSÃO HUMANA E INTELLECTUAL	Saber-fazer local	a- Descrição dos principais saberes locais com especificidade, quanto (i) ao tipo (culinária, pratos culturais, artes, saber tradicional...), (ii) setor da sociedade envolvida, (iii) valoração e/ou reconhecimento social, (iv) potencialidade de valoração e inclusão socioeconômica; b- situações a melhorar e/ou potencializar...
	Formação Acadêmica e Profissional	a- Inventário dos níveis de formação acadêmica da população, por graus de ensino, básico, médio e superior; b- Inventário da formação profissional da população por setores de atividade; c- Informações quanto à ocupação, sub ocupação, carência de profissionais, seja em relação à formação acadêmica ou profissional; d- Percentual da população ativa com qualificações de ensino superior (títulos universitários e certificados de treinamento profissional de nível superior); e- Taxa de variação da população empregada; f- Necessidades de formação acadêmica e/ou profissional...
	Conhecimento e/ou Criatividade	a- Aspectos presentes na população quanto às atividades com intensidade em criatividade; b- Situação do ambiente sociocultural, favorável ou desfavorável, quanto à preservação da pluralidade de expressão e da criatividade; c- Percentual da população entre 25 e 64 anos com ensino superior d- Percentual da população entre 18 e 24 anos com ensino médio; e- Taxa de escolaridade de crianças e jovens de 4 a 17 anos...
DIMENSÃO CULTURAL	Valores, códigos de conduta e tradições culturais	a- Inventário, tipificação e caracterização das principais expressões e/ou manifestações em termos de valores, códigos de conduta e tradições culturais, presentes no local; b- Situação quanto à (i) aceitabilidade social e (ii) valoração e/ou reconhecimento como elementos de identidade territorial; c- Número de museus e instituições similares; d- Número de profissionais da cultura e percentual em relação à força de trabalho...
	Cultura empresarial	a- Aspectos favoráveis e/ou desfavoráveis, no ambiente empresarial, que favoreçam (ou não) à atração de novos empreendedores; b- Políticas, públicas ou privadas, de apoio a novos empreendimentos; c- Necessidades e/ou perspectivas quanto à criação de um ambiente empresarial favorável a novos investimentos e/ou empreendedores; d- Situação quanto ao comprometimento empresarial, no que se refere ao enraizamento local;

		e- Situação quanto ao comprometimento com os objetivos e princípios do desenvolvimento territorial sustentável...
DIMENSÃO SOCIAL	Valores Sociais	a- Descrição e hierarquização dos valores compartilhados socialmente: cooperação, hospitalidade, solidariedade ...; b- Aspectos em que a presença ou falta de compartilhamento de determinados valores favorecem (ou não) a coesão social; c- Necessidade em termos de compartilhamento de valores sociais e perspectivas futuras...
	Formas de Associativismo	a- Descrição e caracterização das principais iniciativas formais ou informais de associativismo; b- Impactos sociais, econômicos, ambientais e culturais resultantes; c- Coeficiente de Gini na polarização social; d- Necessidade de iniciativas de associativismo que possam ativar potencialidades ou superar carências existentes...
	Redes Sociais internas e externas	a- Situação quanto a formas de interação e/ou intercâmbio social, cultural e/ou artístico, (i) entre setores afins, (ii) entre diferentes setores, localmente, regionalmente, nacionalmente ou internacionalmente; b- Situação quanto à propensão das pessoas ou grupos sociais em se relacionar interna ou externamente, carências ou necessidades...
DIM. INSTITUCIONAL	Instituições públicas, sociais e corporativas	a- Inventário, tipificação (social, político, econômico, cultural, artístico...) e caracterização das principais estruturas institucionais em cada um dos setores (público, privado e corporativo); b- Destaques em relação a sua função e impactos locais; c- Percentagem das instituições que possuem serviços interativos on-line; d- Quantificação da existência e variação do número de projetos de cooperação inter-regional; e- Número total de planos e programas supra municipais; f- Número de associações ou grupos de jovens/10.000 hab.; g- Número de associações ou grupos de adultos e/ou idosos/10.000hab.; h- Número de convênios com instituições internacionais de quaisquer tipos; i- Carências, potencialidades e necessidades em termos de institucionalidades...

Fonte: Dallabrida (2020)

ANEXO B – Mapeamento do Ecossistema Local de Inovação de Apucarana 2023



Fonte: SEBRAE/PR, 2023.

Apucarana - Agosto de 2010

APL realiza terceira missão de negócios para China e Dubai

Notícias do BONÉ

A terceira missão para China e Dubai, caracteriza-se por ser a maior e mais extensa que as anteriores. Organizada pelo APL Bonés de Apucarana, em parceria com o SEBRAE, acontece entre os dias 28 de outubro a 16 de novembro. Seis empresários do arranjo produtivo de bonés participarão da missão que tem como foco visitar fabricantes de bonés, equipamentos, máquinas e matérias – primas.

O consultor do Sebrae, José Henrique Martins, diz que a intenção é melhorar a cada ano e ajustar a missão conforme a necessidade das empresas. "Ajustamos a agenda de acordo com o que foi solicitado pelos empresários. Além de Hong Kong e Guangzhou, a missão agora vai visitar duas cidades a mais na China e ficará um dia a mais em Dubai, nos Emirados Arabes Unidos", explica Martins.

Ele acrescenta que o objetivo da missão para 2010 é fortalecer o vínculo de relacionamento já estabelecido com empresas chinesas em missões anteriores e criar oportunidades de negócios com novos fornecedores.

O membro do APL e integrante da missão, Cleverton Roberto da Silva, que já participou das duas missões anteriores para a China, explica que para ele a segunda missão foi uma continuidade da primeira. "Parcerias foram firmadas e aprendizados adquiridos. Fechar o ciclo, esse é o motivo que participo pela terceira vez. Todo o trabalho é um processo longo e, essa viagem permitirá encerrar este processo", afirma Silva.

Participando pela primeira vez da missão, Taciana Flores, proprietária da RT Bordados, diz estar ansiosa para explorar as novidades que o mercado chinês tem a oferecer. "Já trabalhamos com algumas matérias primas importadas, insumos que não encontramos aqui no Brasil. Buscarei novas oportunidades, novos materiais e novidades para área de design", revela.

O consultor do Sebrae e assessor de empresas na área de comércio internacional, Paulo Peres, participou da missão em 2009 e estará na de 2010, afirma que é preciso conhecer melhor o mercado que mais cresce em exportações.

"Vamos em busca de alternativas. O desafio maior é compreender apropriadamente em como competir com a evolução de um mercado internacional cada vez mais ativo e interdependente", salienta



Empresas de bonés investem em feiras de negócios

Visando prospecção de negócios, empresas de bonés participam cada vez mais de feiras no Brasil e no mundo. Em um mercado competitivo, destacam-se empresas que investem em inovações. É possível fazer inúmeros clientes, com investimento único num só lugar.

José Henrique Martins, consultor do SEBRAE, explica que feiras são canais que facilitam a aproximação e identificação de clientes, ampliando a participação no mercado e uma ótima oportunidade para quem participa.

"Percebi que empresas de confecções de Apucarana, buscam com maior frequência participar de feiras. São ótimos lugares para apresentarem seu potencial, fortalecer a imagem e mostrar no que são diferentes de seus concorrentes.", afirma Martins.

Recentemente empresas de Apucarana participaram de três feiras importantes para o setor: A FENIN, Expo Brindice e Brazil Promotion. Martins acrescenta que uma grande oportunidade para estar em evidência é a Expoboné. Considerada uma das maiores feiras do setor da América Latina, a feira é realizada a cada dois anos em Apucarana e já está na sua 4ª edição.

"A Expoboné está se fortalecendo cada vez mais, considero uma feira com grande potencial de expansão. Nesta edição já houve a evolução para a participação de empresas que produzem camisetas e assim abrindo a possibilidade futura da participação de outras empresas do setor de confecções", destaca Martins.

Digitalizado com CamScanner